

Francisco de Oliveira:

questões, diálogos, depoimentos



Organização

Carlos Alberto Bello

Cibele Saliba Rizek

Joana Barros

Leonardo Mello e Silva



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Francisco de Oliveira

questões, diálogos, depoimentos



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor

Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora

Maria Armanda do Nascimento Arruda



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

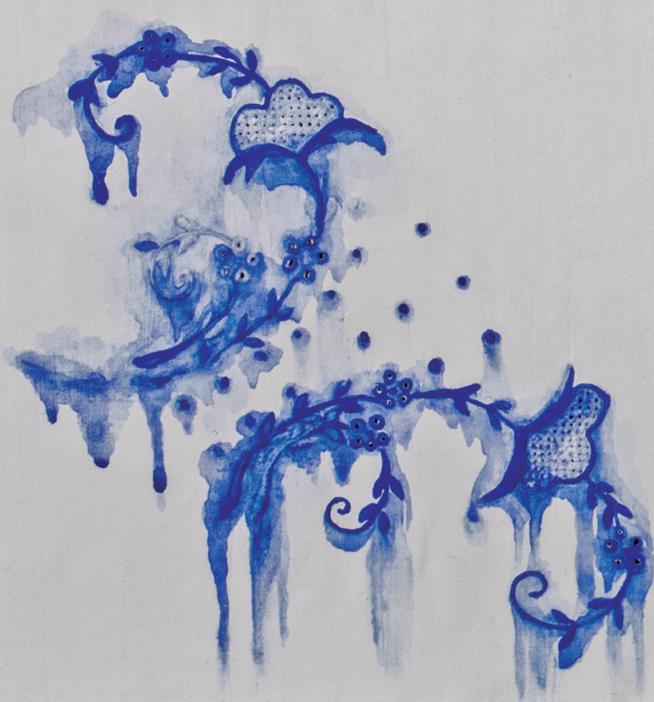
Diretor

Paulo Martins

Vice-Diretora

Ana Paula Torres Megiani

Francisco de Oliveira
questões, diálogos, depoimentos



Organizadores

Carlos Alberto Bello
Cibele Saliba Rizek

Joana Barros

Leonardo Mello E Silva



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, 2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

F819 Francisco de Oliveira [recurso eletrônico] : questões, diálogos, depoimentos / Organização: Carlos Alberto Bello, Cibele Saliba Rizek, Joana Barros, Leonardo Mello e Silva. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2022.
3.173 Kb ; PDF.

Vários autores.

ISBN 978-85-7506-423-8

1. Intelectuais – Brasil. 2. Sociólogos – Brasil. 3. Política social – Brasil.
I. Oliveira, Francisco Maria Cavalcanti de (1933-2019). II. Bello, Carlos Alberto.
III. Rizek, Cibele Saliba. IV. Barros, Joana. V. Mello e Silva, Leonardo.

CDD 338.981



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

Serviço de Editoração e Distribuição FFLCH/USP
M^ª. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Projeto gráfico e Diagramação
Marcos Eriverton Vieira

Capa e Desenhos das Aberturas
Janice de Piero

Sumário

Apresentação

- Homenagem ao Professor Francisco de Oliveira:
Rememorar e celebrar a crítica 11
*Carlos Alberto Bello, Cibele Saliba Rizek,
Joana Barros e Leonardo Mello e Silva*

Questão regional e desenvolvimento

- Chico de Oliveira, o marxista furtadiano, ou o intelectual
que viu o Brasil virar um ornitorrinco 23
Alexandre Freitas Barbosa

- A questão regional e os impasses do desenvolvimento:
as pistas de Francisco de Oliveira 31
Elson L. S. Pires

- Narrativas do desenvolvimento: a região Brasil e o Nordeste
de Chico de Oliveira 49
Joana Barros

O Brasil ornitorrinco

- Do desmanche à exceção: uma pauta de pesquisa 67
Cibele Saliba Rizek

- O ornitorrinco virou um monstro: e agora, Chico? 87
Paulo Eduardo Arantes

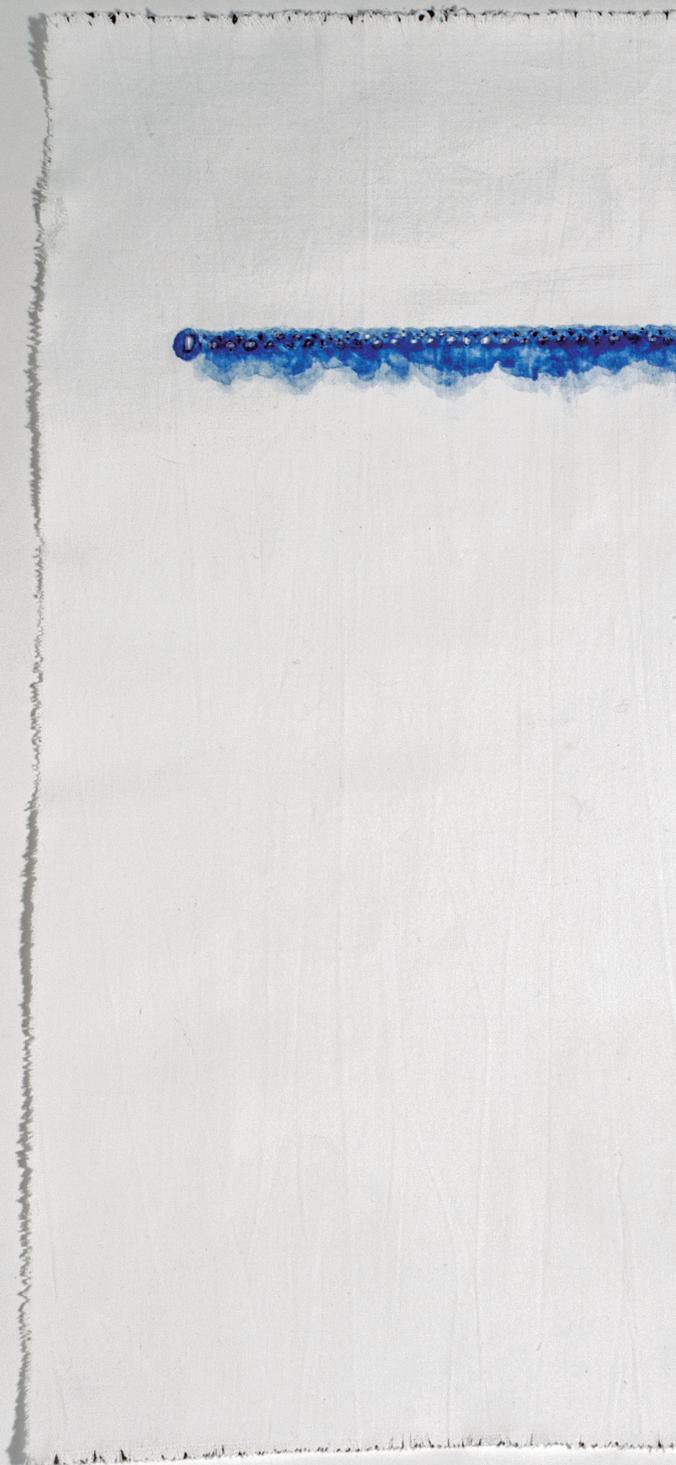
- A Dialética de um Mestre 103
Wolfgang Leo Maar

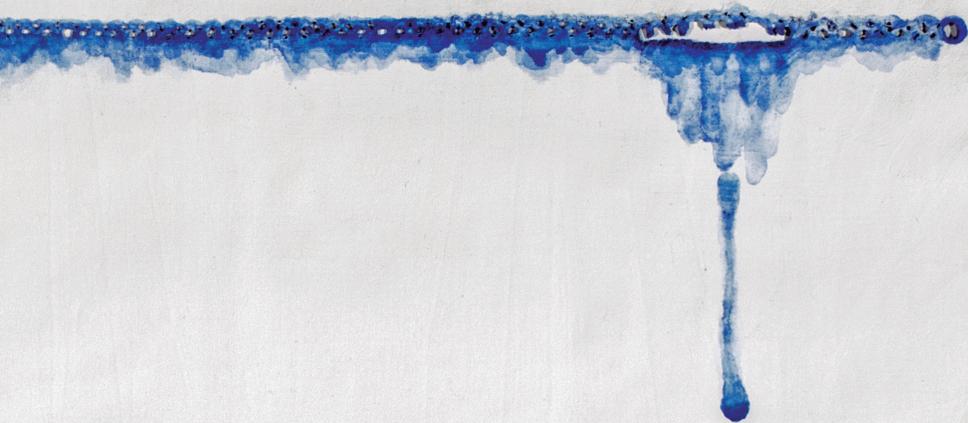
Trabalho, economia, política e direitos de cidadania

As inovações e ousadias de Francisco de Oliveira <i>Carlos Alberto Bello</i>	129
Direitos da cidadania e seu fundamento materialista <i>Leonardo Mello e Silva</i>	139
O “totalitarismo neoliberal”, o trabalho e as classes sociais hoje: algumas notas a partir do legado de Chico de Oliveira <i>Graça Druck</i>	153

Depoimentos

Carta ao mestre Chico <i>Edson Miagusko</i>	169
Francisco de Oliveira e o “tempo de encontros” <i>Luiz Roncari</i>	175
Para Chico, com saudades <i>Ruy Braga</i>	183
Chico de Oliveira e o cinema do avesso <i>Ana Amélia da Silva</i>	189
Vínculo e entendimento <i>Laymert Garcia dos Santos</i>	201
“Saudade do que poderia ter sido” – Uma homenagem a Francisco de Oliveira <i>Lena Lavinias</i>	207
Chico e a Lei Natural dos Encontros <i>Leonardo Mello e Silva</i>	219





Apresentação

*Homenagem ao Professor
Francisco de Oliveira*

Homenagem ao Professor Francisco de Oliveira: Rememorar e celebrar a crítica

*Carlos Alberto Bello, Cibele Saliba Rizek,
Joana Barros e Leonardo Mello e Silva*

Depois de um ano e alguns meses de ausência de Francisco de Oliveira, nosso Chico, o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), que foi fundado e alimentado intelectualmente por ele, prestou-lhe uma homenagem, rememorando sua produção e os momentos de convívio e diálogo que marcaram nossos encontros, seminários, projetos e livros.

Rememorar e reler as obras de Francisco de Oliveira, que ocupa um lugar de destaque no pensamento e na produção das Ciências Sociais nacionais, acaba sendo uma recuperação – nem sempre fácil – da história social e política do país. Uma biografia não autorizada do Brasil – aliás, título de sua última obra – pode ser encontrada nos vários momentos e temas de sua produção. No seminário que realizamos em sua homenagem, de encerramento emocionado e sensível, rememoramos em conjunto o sentimento que então nos tornava, de certo modo, partes de uma mesma família: “somos filhos fundadores”, “somos todos filhos de Francisco”.

Filiações, vínculos, saudade, certo, mas também um conjunto de ideias, proposições, provocações, idas e vindas que foram sendo

identificadas pelos depoimentos e textos no decorrer do evento de novembro de 2020. Essa variedade de leituras, essa identificação de diálogos com outros pensadores e cientistas sociais, esse novelo de heranças e de lembranças parece conter um tesouro que agora partilhamos numa forma escrita. Esse tesouro reside na crítica sem ponto de repouso, em uma inquietação intelectual permanente, em um inconformismo com o que está dado, em uma escolha das leituras a contrapelo que vão da *Crítica à razão dualista*, de 1972, até os últimos textos sobre a tragédia brasileira.

A ideia do seminário surgiu a partir de pesquisadores da nova geração que agora toma a frente do Centro, os quais propuseram aos ‘velhos combatentes’, companheiros dos primeiros tempos do Cenedic, há cerca de vinte e cinco anos, a publicização do evento. A acolhida entre vários outros colegas e amigos que partilharam, de alguma forma, da convivência com o mestre foi imediata e entusiasmada, todos ressaltando a necessidade de homenagear o trabalho intelectual de Chico, de modo a demonstrar a sua enorme fecundidade para pensar a sociedade brasileira em tempos tão difíceis e complicados como os que vivemos atualmente. Além disso, permitiu também expressar o afeto por uma pessoa tão importante na vida de tanta gente.

A atual empreitada, de certa forma, completa uma outra, que teve lugar em 2003, na FFLCH-USP: um seminário sobre a obra de Francisco de Oliveira que resultou no livro organizado por Cibele Rizek (que agora comparece, novamente, como organizadora desta edição) e Wagner de Melo Romão, *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica* (Ed. UFMG, 2006). Desde então, muitos anos se passaram, e a produção de Chico se complexificou, deslocou-se da problemática do desmanche de uma promessa de desenvolvimento para o país até

o diagnóstico sombrio de uma “hegemonia às avessas”, quando boa parte da *intelligentsia* e das forças progressistas apostavam na virada de jogo representada pela chegada de um líder operário ao poder de Estado. No meio do caminho, fomos avisados, havia o “ornitorrinco”.

Portanto, em 2019, não só havia uma produção recente muito relevante de Chico, ainda à busca de decifração adequada, como também vários pesquisadores haviam produzido – e continuam produzindo – novas reflexões sobre o legado deixado pelo mestre. Justificava-se, pois, um novo balanço de sua obra, que foi o que tentamos pôr de pé aqui, a partir do desafio lançado pelo Cenedic.

Aos três “antigos combatentes” do Centro – Cibele, Carlos e Leonardo – participantes do seminário de 2003, junta-se agora Joana Barros, agregando-se ao esforço de projetar o seminário de 2020 e em seguida preparar a sua edição, produto que ora oferecemos ao leitor interessado. Tal esforço consistiu em definir quais seriam os eixos da homenagem, considerando os diversos momentos da produção intelectual de Chico e seus sistemáticos percursos entre abordagens sociológicas, políticas e econômicas, na tradição de um marxismo aberto, e que hoje se torna cada vez mais difícil de praticar, em função das exigências da especialização acadêmica. Trabalhamos desde então para desenhar um quadro que fosse fiel, minimamente, ao leque de interesses de reflexão e pesquisa de nosso autor, ao longo de tantos anos de profícua intervenção no debate público.

As seções estão organizadas tematicamente: a questão regional (na verdade, a região Nordeste); o tópico que poderíamos, talvez, designar como a “forma-ornitorrinco”, enquanto via especificamente brasileira – e não apenas mais geralmente latino-americana – de inserção no neoliberalismo; e finalmente os motivos mais clássicos

– isto é, mais marxistas – do Estado e das classes sociais, dispersos em suas obras. Cada secção conta com três intervenções.

A primeira tem como eixo a experiência pessoal e profissional de Chico, respectivamente como nordestino e como adjunto do grande mestre Celso Furtado na Sudene, da qual foram retirados pelo golpe de 1964. Entre economia, sociedade e política, ele pensava a dinâmica capitalista brasileira sob o prisma do desenvolvimento econômico-social e das lutas em torno da desigualdade social e regional. Convidamos então para compor a mesa três pesquisadores que discutem tais questões, todos muito bem familiarizados com a obra do mestre.

Na segunda seção comparece um segundo eixo da produção de Chico, embora cronologicamente situado mais à frente em seu percurso intelectual, e que foi por nós denominado como “O Brasil Ornitorrinco”. Terreno de confluência entre as dimensões socioeconômicas e político-ideológicas do entrelaçamento das questões do desenvolvimento nacional e das desigualdades sociais brasileiras, pedia um investimento de peso, por sua abrangência e escopo. Para essa mesa convidamos pesquisadores que pensam tais questões – e com elas a obra do autor, que abarca os grandes problemas e dilemas acerca da superação das iniquidades diversas que compõem este nosso país periférico.

Um terceiro eixo da produção de Chico, presente na seção terceira, de algum modo sempre se perfilou em suas reflexões nas variadas conjunturas. Nomeado aqui como “Trabalho, Economia, Política e Direitos da Cidadania”, é nele que podem ser encontrados, por exemplo, os ecos de seu seminal trabalho *Crítica à razão dualista*, assim como do instigante ensaio do final dos anos 1980, “O Surgimento do antivalor”. Quanto aos “direitos da cidadania”, buscou-se

estabelecer diálogos acerca das diversas dimensões desses direitos na obra de Chico; nessa altura, a ênfase foi posta especialmente na produção intelectual relacionada à sua participação no Cenedic, ocasião muito particular em que o marxismo oliveiriano (ou “furtadiano”, como descreve um dos autores que contribui nesta coletânea) dialogou com abordagens da sociologia política. Em especial, entra aqui, nesta seção, a dimensão histórica de ascensão dos direitos nos anos 1980, seu desmanche nos anos 1990, e as trajetórias complexas dos anos 2000 (a partir do que poderíamos chamar de “momento-Ornitorrinco”, como se viu acima). Foram convidados para esta mesa pesquisadores que pensam tais temas de forma conectada, de modo a desvelar a fecundidade do olhar multidisciplinar do mestre.

A organização original das mesas do seminário não foi seguida rigorosamente na composição desta edição, havendo necessidade de composições, fusões e rearranjos, em função dos imprevistos que costumam acontecer nesses casos. Mas o espírito que presidiu à montagem do evento está aqui preservado.

Há ainda a seção de depoimentos, mais pessoal (em certos casos, os textos têm até mesmo formato de crônica), menos dependente de um motivo teórico evidente, e sem pretensões abstratas. Mas há misturas: textos das seções temáticas por vezes carregam uma tintura memorialística também, assim como resulta demasiado forçado extirpar pensamentos densos e provocativos – em termos intelectuais – do que seria mera obrigação encomiástica (conquanto sincera). Isso está de acordo com a forma oliveiriana, se é que se pode falar assim; uma que sempre unia a fluidez do texto (um autêntico jornalista no sentido “público” do termo, e cujo sucesso estava provado pelo deleite confesso de leitores não especialistas em Ciências Sociais) à profundidade requerida pelo tema (uma deslizamento do que os filósofos chamam de “conceito”). Chico gostava de invocar,

frise-se, a metáfora guerrilheira para os seus petardos críticos, curtos e certos, saídos em revistas e publicações fora do circuito académico dominante (a exceção talvez seja a *Revista Novos Estudos*): artifício dos pequenos, dos subalternos, dos dominados que não têm condições de travar a luta desigual com os dominantes no terreno deles. No fim, o conteúdo sempre se impunha, mesmo que o armamento fosse desatualizado. E todos o liam, comentavam, citavam. O resultado aqui apresentado ao leitor de certa forma segue essa via do diálogo, da vontade de perseguir um raciocínio instigante, provocativo e visceralmente sem-cerimônia. Por isso, as seções acabam se comunicando, visto ser difícil separar os temas tão analiticamente quanto o método prescreve. Mas, para além do aspecto protocolar (afinal, é preciso organizar o material), elas demonstram os tópicos envolvidos na reflexão de nosso autor, e o mero sobrevoo por sobre elas já deveria anunciar a fortuna envolvida em sua produção intelectual, desde o final dos anos 1950 até seus últimos dias de efetiva intervenção literária, em meados da década de 2010.

Entretanto, há dois elementos da reflexão de Chico, típicos da vivência do Cenedic, que gostaríamos de registrar, uma reflexão que talvez ainda não esteja bem representada na plêiade de comentários, balanços, ensaios e memoriais dedicados à sua obra, sobretudo aqueles que foram cometidos logo após o seu desaparecimento (2019). Tais elementos podem ser computados apenas por aqueles que tiveram o privilégio de escutar um pouco dos juízos emitidos em conversas despreziosas, mas que, vindos de uma mente rica e fértil, apontam caminhos, vias, acessos para a interpretação. O primeiro é sobre a presença da violência, o segundo é sobre a ação dos sindicatos. Estas não são apenas marcas da sociedade brasileira, mas de uma estrutura global, capturada por um – por assim dizer – viajante/observador com os pés no chão, um cosmopolita do espírito.

No primeiro caso, a violência do capitalismo, espécie de dialética negativa (tal como ele próprio a caracterizava) posta a nu pelo neoliberalismo, que é amplificada na periferia nos mais finos tecidos da vida societária (do estacionamento do supermercado ao parlamento nacional, da vizinhança da periferia das metrópoles ao trabalho “normal”); no segundo caso, o papel, inadvertidamente jogado pelos representantes conspícuos dos trabalhadores, de “civilizar o capital” ao lutar por seus direitos, viabilizando assim, paradoxalmente, a estabilidade do sistema: chocante, mas profundamente consequente com a visão da socialização promovida pela expansão do fundo público, não apenas no Brasil mas no capitalismo em geral (esse último elemento, diga-se, permanece coerente com a tese de Chico sobre aquilo que ele um dia chamou de modo social-democrata de produção). Esses dois temas não foram muito desenvolvidos em suas obras. Mereceriam um tratamento sistemático, que fugisse do olhar convencional dispensado pelos especialistas dos “campos” respectivos. Os textos aqui compreendidos nos convidam a fazer outras possíveis conexões, tomar outras vias ainda de desenvolvimento, o que atesta a presença de Chico de Oliveira como uma fonte contemporânea de questões e de problemas de pesquisa, e além disso, como crava Laymert G. dos Santos – embora essa seja uma exigência difícil de ser honrada individualmente em nosso meio, nos dias de hoje – de destemor¹. Outro aspecto que também não deve ser esquecido é o pendor formativo (talvez não intencional no próprio Chico) associado a sua figura, conforme bem notado por Wolfgang Leo Maar em texto desta coletânea.

1 SANTOS, L. G. dos. Instituição e Destituição do Mundo Público. Invenção e Anulação. In: RIZEK, C.; ROMÃO, W. de M. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Por fim, cabe mencionar especialmente o empenho de Cibele Rizek em todos os momentos do processo de feitura do livro, notadamente nos contatos, nas transcrições e na revisão dos textos, além de até mesmo bancar com os custos de certas tarefas, quando isso foi necessário. Também merece menção Maria Lucineia de Almeida, técnica da FFLCH designada ao Cenedic, que colaborou muito para a realização do seminário e para as providências quanto à finalização desta edição. Janice de Piero, artista plástica da comuna da Vila Romana, cedeu as pinturas de seu acervo pessoal para ilustrar com sensibilidade plástica o traçado que queríamos expor na forma convencional de expressão a que estamos acostumados, isto é, a forma escrita. Agradecemos a Chiara Alves de Oliveira, que transcreveu comunicações orais de Paulo Arantes, Wolfgang Leo Maar e Graça Druck, permitindo sua transformação nos textos que compõem esse volume.



Questão regional e
desenvolvimento

Chico de Oliveira, o marxista furtadiano, ou o intelectual que viu o Brasil virar um ornitorrinco

Alexandre Freitas Barbosa¹

Escrever sobre Chico de Oliveira é fácil. Ciente do seu valor e das suas limitações (todos as temos, mas nem todos nos damos conta delas), ele não prometia mais do que entregava. Nunca se jactou da sua obra ou do seu papel como intelectual. Até fazia pouco caso disso.

Generoso e transparente, Chico compartilhava com as pessoas o seu ser no mundo, estando sempre disposto a uma boa polêmica. Em cada momento histórico, era como se perguntasse: “como eu me ponho a analisar ‘isso’ aqui?” Tinha a confiança necessária de quem se abre para o novo, usando de forma criativa e original o repertório que trazia no seu matulão de ideias, sem baixar a cabeça para ninguém e sem cultivar escolas e modos de pensar rígidos. Chico era ele mesmo. Um iconoclasta de si mesmo, eu ousaria dizer. Sempre se reinventava e nos pregava peças.

¹ Alexandre de Freitas Barbosa é professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP.

Não fui amigo próximo de Chico. Mas ele foi meu amigo íntimo, o grande mestre que tive. Essa afirmação merece ser precisada, pois nunca tive aula com ele e tampouco participei dos seus grupos de pesquisa. Mas desde a minha pesquisa de doutorado, quando tive o prazer de tê-lo na banca, fiz-lhe algumas visitas na casa da rua Tito, convidei-o para diversos eventos e o entrevistei outras tantas. Ele me recebia para conversar, hábito que cultivava com maestria. Mestre, portanto, no sentido daquele autor que a gente lê, de quem a gente se sente discípulo – mesmo que jamais autorizado – e com quem pode tirar dúvidas e cogitar hipóteses alternativas. Além de dar boas risadas.

Aos poucos, fui criando confiança e por vezes cheguei a criticá-lo. Ele não se importava, talvez até gostasse. Mas não arredava o pé. Não por defesa das suas ideias. Ele as via como uma espécie de “trabalho vivo” intelectual, pois representavam a maneira pela qual condensara o real “lá atrás”, no sentido de transformá-lo. Passado o tempo, caberia aos pesquisadores avaliar o seu devido valor. A sua preocupação era continuar pensando, destrinchando o real que corria adiante sem cessar.

Gostaria de desenvolver três observações sobre Chico e sua obra neste ensaio desprezioso, que escrevo por obrigação para com as novas gerações, como uma espécie de dívida que julgo ter com ele, e também porque, depois do baque da sua partida, me pus a perguntar sobre o seu papel no pensamento brasileiro. Pois bem, qual a particularidade de Chico? Por que ele foi (é e será) tão importante para todos nós e para as próximas gerações?

Primeiro, e antes de tudo, nem Chico, nem a sua obra existem sem Celso Furtado. Quando falava do mestre com quem trabalhara por cinco anos (1959-1964), ele se punha solene. Chamava-o de “Dr. Furtado” nos tempos da Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste – Sudene, e creio que assim continuou a fazê-lo sempre. Numa das entrevistas que tive a honra de fazer com ele, para o depoimento de 50 anos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, quando perguntado sobre o que representara na sua vida o trabalho junto ao mestre, ele não conseguiu conter o choro: “era uma espécie de pasárgada”, “eu volto pra lá e vejo a minha vida toda”, “foi uma lição de República como eu nunca tinha visto”². Devo ter ouvido dele umas cinco vezes, pelo menos, a história de Furtado pedindo para dormir no seu quarto no Hotel da Bahia – quando Chico era chefe do escritório da Sudene em Salvador –, para economizar uma diária do erário público.

Como se explica, então, a crítica ácida ao que ele chamou de “dual-estruturalismo” de Furtado em *Crítica à razão dualista*³, livro de 1972? Ensaio uma hipótese abaixo. Antes, cabe lembrar que Chico, como ele próprio menciona, era um fruto da escassez. Formado em Ciências Sociais no Recife, virou economista porque era aquilo de que o país precisava na época. Fez dois cursos de especialização para “técnico em desenvolvimento econômico”, com financiamento da Capes: um em parceria com o BNB, em 1955; e outro, no BNDE, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, em 1957. Passou por esses “dois fornos” e “sua cabeça deu um giro de 180 graus”. O terceiro “forno” foi o

2 MOURA, F.; MONTEIRO, P. (org.). *Retrato de grupo. 40 anos de Cebrap*. São Paulo, Cosac Naify, 2009, p. 157. Entrevista realizada em 2009 por Alexandre de Freitas Barbosa, Abílio Guerra e Henri Gervaiseau.

3 OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista*. In: OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003. O ensaio “A economia brasileira: crítica à razão dualista” foi publicado pela primeira vez em *Estudos Cebrap*, n. 2, de 1972, depois reeditado em *Seleções Cebrap*, n. 1, em 1975 e 1976, e transformado em livro pela editora Vozes, em 1981.

Cebrap, no qual ele se engajou depois de 1970 a convite de Octavio Ianni. É neste momento que ele se encontra com os marxistas uspianos e lê pela primeira vez Marx com rigor e método. Faz a crítica a Furtado para entender a experiência fracassada da Sudene e do governo Jango. Mas o Marx que ele maneja é um Marx à sua maneira, que lhe permite processar o significado das batalhas que travara junto com seu mestre.

Por que a nação não é mais possível depois de ter sido superada dialeticamente pelo reino do capital? Esta é a pergunta que ele parece fazer. Portanto, um Furtado virado de cabeça para baixo, mas ainda Furtado, com as mudanças estruturais, os ritmos assincrônicos da história, as tensões sociais e o papel do Estado a empolgar agora um capitalismo marcado pela desigualdade, onde as incompletudes se cristalizavam, abrindo espaço para o atraso vitaminar o moderno.

Certa vez lhe perguntei: “– Chico, alguma vez o Celso fez menção ao seu livro, à sua crítica?” Ele olhou pra mim, sem esconder a sua frustração, e passou a sua mão em frente dos lábios como quem simula o silêncio e disse: “jamais”. No fundo, era como se tivesse buscado ao longo da vida um comentário, mesmo que negativo, daquele que dera sentido à sua trajetória.

Quando lhe pespeguei a alcunha de “marxista furtadiano”, ele concordou comigo, o que era raro. Talvez porque aquele que pretendia superar o mestre, com ele se (re)encontrara ao fim da travessia, depois de ter agregado o seu mais-valor marxista.

E aqui chego à minha segunda observação. Diferente de muitos dos seus pares do Cebrap, ele ligava pouco para a teoria no sentido “puro”. Gostava era de fazer a sua “teoria”. Certa vez ele disse, “eu estudei com os melhores caras da Cepal, depois só faltava o Marx, aí

era o céu”. O aprendizado com Furtado lhe aprumara o sentido para ver o mundo. As categorias marxistas e a dialética tornaram o seu olhar ainda mais aguçado, dando-lhe asas para voar e conquistar a sua autonomia. Raros os livros de Chico em que ele cita Marx. Mas o velho barbudo lhe corria nas veias. A grandeza de Chico estava em agregar valor ao real – sentido, sofrido e auscultado – por meio de sua lucidez analítica.

Talvez fosse, dos intelectuais da sua geração, o menos apetrechado teoricamente. Mas o que ele fazia com as ferramentas à disposição – em ensaios geralmente curtos e certos, destilando a narrativa com ironia, poesia e vivência cotidiana – produzia abalos sísmicos, desconcertando muitos acadêmicos refestelados na própria pompa teórica. Criava categorias próprias – esculpidas por sua dialética ágil, pouco sutil, por vez até corrosiva – que logo alteravam as possibilidades de leitura do mundo, abrindo novas oportunidades de ação. A teoria era uma prática constante para ver/transformar a sociedade. Como em Furtado. Como em Marx. Assim imprimiu a sua marca no pensamento brasileiro.

Terceira observação: foi o grande pensador da questão regional que tivemos. Justamente por ter acreditado na reinvenção furtadiana da federação e na transformação do Nordeste, foi o primeiro a destrinchar por que o capitalismo no Brasil levaria à “desregionalização da economia regional”, como antes dele já apontara Ignácio Rangel. Seu livro de 1977, *Elegia para uma religião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, começa assim: “esse trabalho foi escrito sob o signo da paixão: paixão de Orieta, do Nordeste, paixão dos operários, trabalhadores e camponeses do Nordeste. Paixão no mais amplo e estrito sentido. Paixão no sentido de Gramsci: de colocar-se em uma posição e,

mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia”⁴.

Desde então, escreveu dezenas de artigos sobre o Nordeste, até “Noiva da revolução”⁵, seu ensaio afetivo sobre a Recife em que viveu, pelo menos até a cidade ter sido abandonada pela noiva (a revolução) no altar. Fica a deixa aos editores: publicar a obra reunida de Chico com os inúmeros artigos dispersos sobre o Nordeste, o capitalismo no Brasil e a questão regional.

Certa vez me disse que “o Nordeste não existe mais”. Eu retruquei que concordava, mas achava que existia de outro jeito. Ele disse que não. Não era fácil convencê-lo. Quando escreveu o “Ornitorrinco”⁶, todos ficaram estupefatos. Mas aí veio o governo Lula. Eu perguntei: “– Chico, o Ornitorrinco não cabe no governo Lula?” Ele disse: “– Você pode estar certo, mas não é isso o que vejo”. Nunca vi o mestre usar argumento de autoridade. Ele costumava acertar. Tinha uma espécie de bússola do processo histórico, por mais que a relação que travara com FHC e Lula no passado talvez impedisse o distanciamento analítico necessário para destrinchar esses governos em toda a sua complexidade.

No dia 22 de fevereiro de 2019, fiz-lhe a última visita. Estava tranquilo e lúcido. Perguntei-lhe sobre o governo Bolsonaro. “– Como você explica, Chico?” “– Como assim?”, ele retrucou. Para então con-

4 OLIVEIRA, F. de. (1977). Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. In: OLIVEIRA, F. de. *Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo, Boitempo, 2008, p. 125.

5 OLIVEIRA, F. de. *Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião*. Op. cit.

6 OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003. O ensaio “O ornitorrinco” foi incorporado a esta edição de “Crítica à razão dualista”, assim como o “Prefácio com perguntas”, ensaio de Roberto Schwarz.

cluir: “Não há nada de novo. Isso é o capitalismo brasileiro”. “– Não sei se concordo, Chico”, respondi, e conversamos por duas horas.

O sociólogo Richard Sennett, aluno de Hannah Arendt, refere-se a ela como exemplo de professora: “em vez de fornecer uma explicação satisfatória, ela nos desorganizava, gerava inquietações que exigiam um contra-argumento”⁷. Assim foi o Chico. Deixou-nos a tarefa de decifrar e desmontar o “Ornitorrinco” por ele antecipado; de mostrar que o animal comporta, sim, dialética, ao contrário do que o mestre pensava.

7 SENNETT, R. *The Craftsman*. New Haven, Yale University Press, 2009.

A questão regional e os impasses do desenvolvimento: as pistas de Francisco de Oliveira

Elson L. S. Pires¹

Introdução

Para todos que o conheciam, Francisco de Oliveira foi um intelectual audacioso, um pesquisador incansável, um professor estimulante e um militante político exigente. Sempre assumiu o lugar da crítica implacável com todo o seu desconforto e, em um debate acalorado, quando o argumento contrário não o convencia, metamorfoseava-se em adversário crítico e radical, ao ponto de deixar o interlocutor desconcertado frente à contundência dos argumentos apresentados. Por conta disso, disseminava controvérsias e oferecia poucas respostas para o pragmatismo da discussão política como profissão.

Convivi com o Professor Francisco como seu aluno no mestrado na PUC-SP, de 1985 a 1986, e como seu auxiliar de pesquisa no Cebrap, de 1987 a 1997. Nesse período, já na Unesp, fui seu

¹ Elson L. S. Pires é professor titular aposentado do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Rio Claro.

orientando no doutorado de Sociologia na USP, de 1990 a 1995. No Cebrap, junto com Carlos Alberto Bello e Hélio Lino, éramos o seu “exército de Brancaleone”, um bando de esfarrapados e maltrapilhos em busca das causas regionais perdidas. Era um profissional sempre confundido com um “economista-sociólogo”, por uns, e com um “sociólogo-economista” por outros. Na universidade, era um cientista social, na melhor tradição da ciência social, em que a economia política institucionalista e a história social eram incorporadas à Sociologia, como instrumentos inseparáveis para interpretação e intervenção na realidade. Na qualidade de orientador, levantava dúvidas e dava pistas de investigação, nunca “respostas”, para que fosse revelada naquela conversa arguta o poder da criatividade “intelectual”.

No cotidiano, Chico, como gostava de ser chamado entre colegas, funcionários e amigos, era uma pessoa generosa, meiga e sedutora, simples e de alma cristã declarada.

Este ensaio procura resgatar a sua paixão pela análise da região, retomando as consequências das suas contribuições polêmicas que deixaram pistas originais e marcaram o debate da história recente da nossa integração econômica nacional, sempre controversa e mal resolvida.

Para Francisco de Oliveira, a clássica “questão nordestina”, que é a nossa “questão regional” por excelência, constituiu-se a partir da segunda metade do século XIX, consolidou-se ao longo do século XX, e metamorfoseou-se na virada deste século, no início da globalização (Oliveira, 1990, p. 86). Chico dizia sempre que a questão regional ficou circunscrita ao Norte, Nordeste e seus pesquisadores e cientistas sociais. A rigor, era o tema da Federação que não frequentava as preocupações no polo dominante, vale dizer no Sudeste e, sobretudo, em São Paulo (Oliveira, 2003, p. 13).

Para apresentar as suas contribuições, pergunta-se: como a questão regional e o regionalismo aparecem na obra de Francisco de Oliveira? Quais as lógicas interpretativas que ele nos fornece para discuti-los? Como ele pensa a questão regional no processo de integração econômica nacional e mundial? Quais as suas principais proposições para destravar a questão regional?

Não pretendo, obviamente, responder de modo completo aos desafios e às questões aqui colocadas. Na realidade, a pretensão é explicar, sob o enfoque de Francisco de Oliveira, a problemática e as consequências da questão regional no Brasil, tão cara a Celso Furtado e a todos aqueles que se debruçaram sobre o tema. Diante desse objetivo, três pistas deixadas por Chico podem nos oferecer um percurso analítico explicativo sobre a questão.

A primeira pista coloca o problema do método, das origens e trajetórias da questão regional, que vem do livro *Elegia para uma re(li)gião* (1977) e de um texto em que critica Wilson Cano, *Comentários do texto "Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos"* (1981). O mesmo problema se insere no debate da dinâmica histórica da integração econômica nacional das regiões brasileiras, que se reinicia nos anos 1990 com o artigo "A metamorfose da arribação" (1990), marcado por uma discussão em torno das *estruturas de poder* na sociedade brasileira emergente, e desemboca, no início deste século, na dinâmica da integração na globalização, no ensaio "As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização" (2006).

A segunda pista persegue o tratamento dado à questão do poder do regionalismo simbólico das regiões, que vem da crítica ao simbolismo do regionalismo patogênico e do falso debate entre um centro explorador de "paulistas" (São Paulo) e uma periferia explo-

rada de “baianos” (Nordeste), que nasce no artigo “O elo perdido” (1987) e renasce em “A questão regional: a hegemonia inacabada” (1993).

A terceira pista, talvez a mais surpreendente delas, tenta reconstruir em dois artigos as “sugestões” de princípios gerais de políticas, para destravar os impasses da questão regional e de um programa de desenvolvimento para o país. O primeiro, inédito, escrito no calor do debate da Constituinte para um evento na Sudene, em 1987, e o segundo, comentando as possibilidades de uma política nacional de desenvolvimento regional no governo Lula, no já citado ensaio “As contradições do ão”, em 2006.

Relendo esses textos, hoje, embora seja possível perceber que o raciocínio que os constrói e os sentidos que neles ganham força já não são os mesmos, a contemporaneidade do método e da força do pensamento crítico da realidade brasileira permanecem. Falecido em 2019, aos 86 anos, Chico está morto, mas não enterrado. Suas qualidades pessoais marcaram todos que o conheceram. Suas ideias inquietantes navegam nas nossas mentes como resistências à simplicidade das teorizações estruturalistas pragmáticas, convidando-nos a formulações interpretativas de caráter interdisciplinar e heterodoxas, que fazem avançar o pensamento social crítico e propositivo.

1. O método, as origens e a trajetória da questão regional na integração nacional

1.1 A trama da armadilha ideológica: locomotiva *versus* vagões

Segundo Chico, a apresentação das disparidades regionais como dadas teria confundido o debate da “questão regional” com a

falsidade da oposição entre “São Paulo” *versus* Nordeste”, ou mesmo de um centro catalisador que se expande para o Nordeste. É nessa arena ideológica, de um lado, que os “regionalistas” do Nordeste dizem que o atraso do Nordeste é fruto da acumulação de riqueza no estado de São Paulo e, de outro, os “não-regionalistas” de São Paulo rebatem que São Paulo é a “locomotiva” (moderna) que carrega os “vagões” (atrasados) da região Nordeste.

Para Chico (1981), adeptos e adversários desta visão do Brasil estariam presos na mesma armadilha, sem perceber que realidade e discurso sobre o real se interpenetram e se confundem. Não perceberam que o modo de divisão regional do trabalho no Brasil significa a não dualização das regiões, mais a combinação de regiões mais frágeis (Norte, Nordeste), que se alimentam e servem de dinamizadoras da região mais dinâmica (Centro-Sul). Portanto, no processo de integração econômica nacional, como na divisão regional do trabalho, a “locomotiva” não se locomove sem os “vagões”, e vice-versa.

1.2 As origens da questão regional e a construção da unidade nacional

Para Francisco de Oliveira, a questão regional é, sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida. Primeiro, tal como as clássicas *questões regionais* no mundo, no fundo da questão regional tipicamente brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho (Oliveira, 1993, p. 45). Segundo, a unidade nacional mal resolvida é simultaneamente a resolução da questão do Estado nacional, a qual somente é assegurada na medida em que as questões do mercado de trabalho e da terra são enquadradas pelas novas classes dominantes (p. 47).

Chico sustenta que a questão regional é resultado desses processos. Gradualmente, com a própria expansão da circulação de mercadorias, São Paulo vence, domina, mas não hegemoniza (Oliveira, 1993, p. 50-52).

Em meados do século XX, a integração do mercado nacional, tanto pela via fiscal quanto, depois, pela abertura das rodovias, funcionou como uma “queda de barreiras”, que servia de proteção das indústrias regionais e locais no Nordeste. Viu-se, então, uma sucessão de fechamentos de fábricas, sobretudo têxteis, e perda de terras da velha agricultura de subsistência na concorrência com a indústria de São Paulo, de maior produtividade. Foi então que veio a Sudene, no rastro de um conjunto de fatores que elevou a “questão regional” ao estatuto de uma “questão nacional” (Oliveira, 2006, p. 40).

1.3 A Sudene e integração econômica nacional

Para Francisco de Oliveira, a partir da criação da Sudene, a regionalização do Nordeste é não apenas reconhecida, mas, sobretudo, ampliada e tornada a substância de uma estratégia visando sua anulação. Incorporam-se à região Nordeste o Maranhão e a Bahia e, para efeitos fiscais, o Nordeste de Minas (Oliveira, 1990, p. 87). Sob a égide da Sudene, a partir da efetiva entrada e do funcionamento dos *mecanismos fiscais-financeiros, e da implantação dos projetos das grandes empresas estatais*, que vai de 1959 a 1985, os projetos executados produziram resultados significativos, que redefiniram a “questão regional” no Brasil (Oliveira, 1990, p. 87).

Com relação à entrada dos mecanismos fiscais-financeiros, com recursos do BID e Banco Mundial, e de dominação política-ideológica na ditadura militar, a questão regional é redefinida a partir de três processos determinantes.

Em primeiro lugar, pela força dos processos internos, e sobretudo por sua ligação aos processos de acumulação de capital em escala nacional, o Nordeste *integrou* sua economia à do resto do Brasil, a tal ponto que, a rigor, não se pode falar em “economia do Nordeste”, mas numa divisão regional do trabalho no Brasil, com atividades regionalmente localizadas. Desta forma, a política de desenvolvimento regional levou à *desregionalização da economia regional* (Oliveira, 1990, p. 87-89).

Em segundo lugar, apesar de integrar sua economia às demais regiões do Brasil, a questão regional do Nordeste se diferencia sensivelmente das outras regiões pelas *características de seu mercado de força de trabalho*, isto é, a composição da população ocupada, níveis de renda e de salários baixíssimos, existência de um marcante exército ativo de trabalhadores informais por conta própria e de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada. Os dados a esse respeito são dramáticos até hoje, e não constituem herança do passado, senão que são produtos da dinâmica da expansão recente (Oliveira, 1990, p. 90).

Em terceiro lugar, embora continue a haver uma forte imigração do Nordeste, esta já não atinge mais as proporções de décadas como as de 1950, 1960 e 1970. Isto é, o mais importante mercado de força de trabalho para a população regional é, dinamicamente, a própria região (Oliveira, 1990, p. 91).

O que resta deste processo é uma mudança importante, do ponto de vista da clássica caracterização da “questão nordestina”. A novidade é que a rápida expansão econômica destruiu todos os mitos e todas as saídas fáceis, muitas das quais repousavam, na maior parte dos casos, sobre a própria tragédia dos que migravam, ao custo de poderosos processos de desenraizamento, perdas pessoais, angústias

da grande cidade, discriminação antibaiana e segregação em guetos nordestinos (Oliveira, 1990, p. 91-92).

O êxito da Sudene marca o ponto de inflexão da presença de nordestinos na política nacional, e o abastardamento tanto da questão regional quanto da política (p. 44).

2. O poder dos mitos das representações simbólicas na (des)integração econômica nacional

2.1 O mito da “baianidade”

Dez anos depois da publicação do *Elegia...* Francisco de Oliveira vai discutir em *O elo perdido* (1987, p. 15), as circunstâncias das estruturas do *poder simbólico na questão regional*, tomando como evidência histórica as especificidades próprias da formação e identidade das classes sociais urbanas em Salvador, na Bahia moderna.

Para Oliveira (1987, p. 105), retomando o método, a busca do que possa haver de singular ou de específico em Salvador somente pode ser inteligível se se der o peso requerido à presença do “nacional” em Salvador, como um processo referente superdeterminante. Por outro lado, faz-se indispensável *situar* a capital baiana no contexto nacional. Assim, o específico, se existir, será um produto desse cruzamento.

Oliveira argumenta que, na consciência social nacional, Salvador jamais será tida como uma *cidade de produção*, uma cidade operária. Esta imagem é, indiscutivelmente, de São Paulo e das cidades industriais da região do ABC (Oliveira, 1987, p. 109).

Para Oliveira, a natureza exuberante, o ambiente lúdico das festas populares e o povo amável farão da Bahia uma espécie de “pa-

raíso perdido”, cercada pelo barulho das máquinas e pelo rigor do processo de mercantilização da vida quotidiana no Centro-Sul (1987, p. 110-111). Assim, as próprias classes médias baianas, se encarregam de propagar o mito da “baianidade”, da “cultura” baiana, do lugar em que o lúdico substitui e dá as costas para a “racionalidade” paulista e capitalista. Para FO, o resultado é constrangedor: por cima da ampla massa dos dominados, (...) surgem agora novos grupos sociais cuja super-representação é transformar Salvador num imenso teatro (1987, p. 111).

Desta forma, a “baianidade” estaria definitivamente incorporada às consciências social, local e nacional. Em vendendo a Bahia dos cartões-postais, vende na verdade a identidade das classes sociais e de seus interesses antagônicos (Oliveira, 1987, p. 111-112). A assunção do “mulato” e da “mulata” ao primeiro plano da auto-representação e da re-presentação *vis-à-vis* dos outros grupos sociais é que constitui a sutileza do racismo brasileiro, e particularmente na Bahia e Salvador (Oliveira, 1987, p. 115).

Na crítica a essa perspectiva, Oliveira vai conceber que há um forte elemento histórico na Bahia e em Salvador que marca flagrantemente a história de hoje: o fato de que a sociedade baiana nasceu sob o estigma do trabalho escravo. Desta forma, segundo Chico, a cor não seria, historicamente, o elemento decisivo: mas o trabalho escravo se metamorfoseia(ria) na cor. Do que decorre que, para o futuro, como já ocorre, a cor será um determinante fundamental (1987, p. 107).

2.2 O mito da “locomotiva” (1993)

Seis anos após a publicação do *Elo perdido*, Chico publica um novo ensaio polêmico sobre o mito simbólico da questão regional na

Revista de Estudos Avançados da USP, desta vez sobre o estado de São Paulo, intitulado “A questão regional: a hegemonia inacabada” (1993).

Sustenta que, na passagem dos anos quarenta para cinquenta, e alcançando até o final da década de cinquenta, o Brasil esteve perto da construção de uma unidade nacional forjada pela hegemonia paulista. Foi o momento em que, da liderança indiscutível da produção industrial, emergiu a construção do imaginário no povo de que havia um futuro no Brasil, e esse futuro tinha um nome e esse nome era São Paulo (Oliveira, 1993, p. 53).

Entretanto, já no começo dos anos sessenta, era visível o esgotamento da possibilidade de constituição dessa hegemonia paulista. Para FO, o deslocamento do imaginário para o tema das reformas e da revolução brasileira indicava claramente que a burguesia havia perdido sua oportunidade de plasmar o país à sua imagem e semelhança. A burguesia perde a liderança no processo, e ninguém mais *imagina* migrar para São Paulo.

Segundo Chico, um dos pontos mais visíveis do fracasso da hegemonia inacabada, ou do inacabamento do mito, diz respeito ao Estado, e particularmente à formação de sua burocracia – isto porque a burguesia paulista jamais se preocupou com o próprio Estado nacional ou com a formação da sua burocracia, ao contrário de sua atitude dentro do Estado de São Paulo (universidades, institutos de pesquisa, fundações) (Oliveira, 1993, p. 54).

O que Oliveira quer pôr em relevo é que, se a burguesia dominante de São Paulo alguma vez teve projeto hegemônico, algo como uma ética paulista, nunca fecundou o Estado brasileiro (Oliveira, 1993, p. 56).

Para Chico, a hegemonia inacabada criou um monstro, que foi, durante muito tempo, uma aliança de interesses entre a burgue-

sia industrial e oligarquias agrárias retrógradas, deixando intacta a questão agrária (Oliveira, 1993, p. 59-60). Posteriormente, parte desta oligarquia aderiu ao agronegócio, redefinindo a questão agrária e a expansão das fronteiras agrícolas.

A hegemonia inacabada significou, também, do ponto de vista dos direitos civis e sociais, uma herança pesada para o país. Ela teve por consequências, por fim, o culto mais completo e acabado do autoritarismo, um ciclo pendular entre populismo e intervenção militar, que deixou o país, à beira do século XXI, com uma estrutura política infantilizada (Oliveira, 1993, p. 61).

Segundo Chico, essa hegemonia inacabada, essa dominação apenas pelo mercado, tem enormes consequências para o debate da “questão regional”. Para ele, não se tratava de reivindicação regionalista, no sentido de que se a hegemonia tivesse sido de outra região, a obra teria sido melhor acabada. Tampouco se trata de bradar pelo acabamento dessa hegemonia. Para FO, seu tempo passou, e os problemas e as fraturas da sociedade que a ausência de hegemonia deixou seriam as tarefas das novas forças sociais e políticas, contra-hegemônicas e antiliberais, na luta política para além do mercado (Oliveira, 1993, p. 58-9).

3. Conformação e possibilidades para a questão regional no limiar do século XXI

3.1 A perspectiva regional na Constituição

Chico considerava que qualquer Constituição é ao mesmo tempo conservadora e progressista, ou pelo menos deveria sê-lo. Ela funciona como “conformação” e como “possibilidade” (Oliveira, 1987, p. 7). Para ele, a questão regional era uma dificuldade

adicional complexa, pois colocava em disputa política essas duas possibilidades. Assim, ele parte de seis princípios gerais que deveriam ser tratados na Constituição de 1988, os quais sumarizam princípios constitucionais que correspondem à flexibilidade das relações inter-regionais no processo de integração nacional, e que garantiriam, entre essas relações, vantagens e direitos “regionais” (Oliveira, 1987, p. 8).

Primeiro, seria fundamental definir as regiões. Quais são, quantas são, onde começam e onde terminam (Oliveira, 1987, p. 8). Aqui ele se referia a outras divisões regionais, como por exemplo a antiga Região Leste (Bahia e Espírito Santo) e a região Nordeste. Na Constituição de 1988, foram mantidas as cinco Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), mas alterando-se os Estados e Territórios componentes de cada Região por critérios mais geoeconômicos do que físicos-naturais (Bercovici, 2003, p. 80).

Segundo, seria necessário estabelecer os princípios de planejamento regional ou de divisão inter-regional do trabalho, ajudados pela presença do Estado para formação do planejamento da economia nacional. Desta forma, Chico achava que o Estado deveria apoiar os setores de especialização regional, para evitar a competição entre as regiões e atenuar os mecanismos de subordinação de umas às outras (Oliveira, 1987, p. 9).

Terceiro, incluir uma ampla reforma tributária, cujos pontos nodais poderiam ser três: em primeiro lugar, uma ampla descentralização na gestão e aplicação dos recursos públicos; em segundo, desconcentração da captação de recursos da União para os Estados e Municípios; em terceiro, uma revisão da estrutura fiscal que beneficiasse enormemente os Estados produtores em detrimento dos Estados consumidores (Oliveira, 1987, p. 10).

Quarto, introduzir uma divisão inter-regional das atividades produtivas estatais, posto que essas empresas produtivas operam em regime de oligopólio, e muitas, em regime de monopólio exclusivo.

Quinto, estabelecer uma revisão na questão da organização dos sindicatos no mercado de trabalho, no que diz respeito à representação dos assalariados e trabalhadores, formais e informais. Nos estados do Nordeste, a enormidade do mercado informal de força de trabalho é o “calcanhar de Aquiles” da região. Ele é uma mescla daquela “herança” de épocas pretéritas com as novas condições propiciadas pela integração da região Nordeste à dinâmica nacional (Oliveira, 1987, p. 12).

Por último, estabelecer dispositivos que assegurem às regiões a capacidade de desenvolverem dinamicamente sua identidade. Uma região não é apenas uma “economia”, – na verdade, é-o cada vez menos – mas sim, principalmente, uma sociedade, um modo de ser, uma cultura, que reivindica direitos, os “direitos das regiões”.

3.2 A questão regional e os impasses do desenvolvimento no governo Lula

Para Francisco de Oliveira (2006, p. 54-55), o Brasil no Governo Lula teria ainda alguma chance de escapar, pela tangente, às determinações e aos constrangimentos que a globalização do capital impunha. Não absolutamente, já alertava, mas na margem.

Sustentava que, caso qualquer programa de desenvolvimento regional quisesse se basear nos recursos naturais locais, nas chamadas “vocações” regionais, estaria fadado ao fracasso, ou a ver repetidas as velhas “especializações” regionais produtivas (têxteis, confecções,

calçados). Com isso, alfinetava os entusiastas da política federal de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Diferentemente, acreditava que os novos setores, definidos como prioritários na política industrial do governo (tais como fármacos, semicondutores, indústrias de *software*), seriam muito mais adequados para localizarem-se no Nordeste, não apenas porque não tinha concorrente no Brasil, mas porque são de localização ubíqua, e com a possibilidade de desfrutarem de um alto padrão de vida, com condições ecológicas privilegiadas (Oliveira, 2006, p. 56).

Quanto às ações e aos incentivos do Estado, em todos os níveis, achava que deveriam ser feitos contratos de ida-e-vinda, com a privatização do público – o uso de incentivos fiscais – e a publicização do privado, e que as empresas se comprometeriam com metas sociais de emprego, prioridade para os grupos menos favorecidos, respeito e estímulo às condições ambientais, salários indiretos e crescente participação dos trabalhadores na gestão do empreendimento. Um programa deste tipo deveria ter como núcleo de seu processo o esforço de elevar a participação da cidadania no centro das decisões, tanto do Estado quanto das empresas. Entretanto, para Chico, a forte *indeterminação da política* parece não suportar ou não acolher a formação de novos espaços de deliberação e decisão. Parece que a *institucionalidade em crise*, no Brasil, não deixa instituir uma nova forma de participação popular, como as tentativas inovadoras de orçamento participativo, câmaras setoriais e arranjos produtivos locais (Oliveira, 2006, p. 56).

É provável que a origem desta indeterminação, como sinaliza Chico, seja fruto da baixa institucionalidade na construção política das regiões, o outro “tendão de Aquiles” da questão regional no Brasil. A formação de regiões administrativas, em detrimento de regiões

econômicas e políticas, parece ser uma fraqueza estrutural da matriz institucional brasileira, herança das relações patrimonialistas entre Estado e sociedade.

Nesse período, Chico considerava que a orientação do governo Lula dificilmente acolheria mudanças significativas, sobretudo na perspectiva da intervenção do Estado e de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Infelizmente, foi o que aconteceu.

4. Conclusão

As pistas deixadas por Francisco de Oliveira indicam que a questão regional é uma questão política mal resolvida da integração econômica nacional, que se materializa nas diferenciações socioeconômicas e culturais das regiões, diretamente ligadas à formação do mercado de trabalho e de intervenção do Estado. A unidade nacional desigual modela a noção de região e de identidade regional, de acordo com as necessidades do poder político, as questões suscitadas pela regionalização política e pelo planejamento nacional do desenvolvimento regional. Por envolver aspectos concernentes à própria forma de Estado (o federalismo), sua resolução passa por uma transformação do poder político que dê conta da desigualdade da distribuição territorial da renda e da discriminação inter-regional no Brasil.

Assim, a questão regional em Francisco de Oliveira traz consigo as desigualdades e diferenças das nossas origens e vivências locais e familiares, as nossas especificidades culturais de cooperar, coordenar e reinventar as nossas ações na esfera da produção de mercadorias em cada região, voltadas para a integração regional do desenvolvi-

mento nacional e voltadas para sua inserção na concorrência global. Nesta perspectiva, a problemática regional deve, eminentemente, buscar uma solução institucional para os problemas econômicos e sociais do país.

No longo prazo, diferente do que se esperava, a desconcentração industrial planejada, bem como a regionalização de gastos em infraestrutura e de políticas de atração de investimentos privados na Região Nordeste não solucionaram a questão do desequilíbrio regional. A crise do Estado nacional, as opções de políticas internas pelo neoliberalismo e a inserção diferenciada das regiões na globalização, trouxeram novos problemas para a questão regional. A fragmentação da integração econômica, social e política continua exigindo um projeto de país com uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional explícita (Araújo, 1999; Karam, 2013), que se contraponha à ausência premeditada das regiões nas políticas macroeconômicas neoliberais.

Pela ausência do debate no ambiente jurídico e político atual, parece que tudo se passou, no âmbito das Ciências Sociais, no Direito e na Economia, como se a questão da Federação e das desigualdades regionais tivesse sido resolvida de uma vez para sempre. Há também uma sensação de que aquilo que poderia se realizar historicamente, não se realizou. As desvantagens das regiões e dos seus direitos continuam, apesar dos avanços da Constituição de 1988.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, T. B. de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica Do Nordeste*, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, abr./jun. de 1999.

BERCOVICI, G. *Desigualdades regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CASTRO, I. E. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FURTADO, C. *Brasil: Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

KARAM, R. *A questão regional na era Lula: uma análise de ideias, atores e interesses*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Comentários do texto "Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos"*. Texto apresentado no CNPq, Brasília, dezembro, 1981, mimeo.

_____. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *A questão regional na Constituinte*. Texto apresentado em reunião da Sudene, Recife, 7-8 de abril de 1987b.

_____. *A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 27, p. 67-92, 1990.

_____. *A questão regional: a hegemonia inacabada*. São Paulo: *Estudos Avançados*, v. 7, n. 18, mai./ago. 1993.

_____. & EQUIPE. *Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 36, p. 3-7, 1993.

_____. *Crítica a razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A enjeitada*. In: BERCOVICI, G. *Desigualdades regionais, Estado e Constituição, Prefácio*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

_____. *As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização*. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UMFG, 2006.

Narrativas do desenvolvimento: a região Brasil e o Nordeste de Chico de Oliveira

Joana Barros¹

Para Chico, com o coração aberto

Certamente este texto já começa com uma dívida e uma dor imensa. Queria tê-lo escrito para Chico ouvir, apertar os olhos se algo lhe chamasse atenção e conversar em volta da mesa da *nossa aldeia dos gauleses*, como ele se referia aos seminários do Cenedic nas tardes de sexta. Este é o segundo texto meu que ele não lê; está carregado, então, de dores e de saudade. O primeiro deles é sobre Canudos, mais especificamente sobre a importância de escutarmos as narrativas da resistência conselherista nos dias atuais. Foi escrito para Chico e em sua companhia. No dia anterior ao lançamento do livro no qual está este texto, Chico nos deixou e não pude entregar a ele o livro que andava comigo na bolsa, com a intenção de ser presenteado na visita próxima.

Quando Cibele me chamou para este Ciclo em homenagem a Chico, me deu um medo imenso. Certamente há muitos outros

1 Joana Barros é professora da Universidade Federal de São Paulo, coordenadora do CMURb (Centro de Memória Urbana da Unifesp), pesquisadora do LaNaUrb (Laboratório de Narrativas Urbanas).

pesquisadores e professores, alguns agora colegas de profissão, mas ainda meus formadores, que melhor conhecem não só a obra de Chico mas o tema específico desta mesa – a questão regional e o desenvolvimento. Aqui faço um parêntese: entre as muitas das qualidades de Chico, estava a de ser um formador nato. Com seu apego pela conversa e seu desejo de debater, deixou um longo rastro de pessoas formadas e influenciadas por seu trabalho. De todo modo, passado o medo inicial, me debrucei sobre este convite, animada de novo pela fala do meu “des-orientador”, como ele se nomeava: *Joaninha, abra seu coração*.

A tentativa aqui é pensar com Chico, alinhavando algumas questões que estão nos seus textos; puxando fios que estabelecem relações evidentes entre a questão regional e o desenvolvimento, a partir dos textos reconhecidos neste campo, e outros nas bordas desta parte de sua produção, mas que me parecem conter elementos importantes sobre este mesmo tema. Não faria sentido fazer uma resenha de seu pensamento e, portanto, optei por fazer aquilo que ele mesmo fazia: ouvir/ler e construir um diálogo com seu interlocutor.

*

O primeiro entremeado deste fio é a própria posição adotada por Chico de Oliveira, que marca, me parece, toda a sua obra, trajetória intelectual e ação no mundo. “Este trabalho foi escrito sob o signo da paixão”, diz ele na primeira linha de *Elegia para uma re(li)gião*, texto no qual discute e analisa a experiência da Sudene. Mas sua obra toda está escrita sob o signo da paixão. Esta perspectiva teórica metodológica de “colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia” (Oliveira, 2008, p. 126), que o autor adota tomando emprestada a

formulação de Gramsci, o coloca no coração da interrogação sobre a Sudene, e, desde lá, ele descortina uma interpretação pungente sobre o Nordeste, mas sobretudo sobre o Brasil. Analisando o sentido da experiência e do papel da Sudene, ele nos faz tomar a modernização brasileira não como um objeto acabado e dado passivamente à investigação, mas como “uma causa, uma paixão”. Se elementos da sua vida pessoal e de sua trajetória estão presentes nesta belíssima apresentação e no andamento de *Elegia*, que “é sim, um canto de amor: principalmente, do novo amor”, Chico ali canta “o amor que se foi, pela ausência da pessoa amada”. Canta “o amor pelos milhões de nordestinos que pereceram, vítimas de um sistema de opressão e opróbrio, e jogaram suas vidas não na inutilidade de desafiar Zeus, mas na audácia do desafio; ao agir assim, legaram ao futuro aquelas circunstâncias de que falava Marx em *O 18 Brumário*; nada, nenhum desdobramento do Nordeste futuro e do Brasil, poderá passar por cima desse legado. (...) Esta *Elegia* canta o amor do futuro. Não esquece, porém, que, ao cantar, esse futuro se realiza pelo aprofundamento da exploração, nesse futuro imediato” (Oliveira, 2008, p. 130).

Já no primeiro parágrafo do texto, somos advertidos de que o “processo em questão não é um objeto de estudo e sim, uma causa”. Tal advertência diz que toda a sua produção intelectual, na qual ação e pensamento são uma coisa só, é a tarefa da crítica. Fala de uma vida dedicada a compreender a intrincada teia de relações que constituem este ornitorrinco-Brasil, refutando qualquer dimensão teleológica da História; dedicada a entender os caminhos e veredas por onde a transformação social é vislumbrada, resultado da luta encarniçada, do trabalho de Sísifo dos pobres e dos trabalhadores, transformação que se mostra como uma fresta, uma fulgurância, uma possibilidade. Por isso, o lugar que Chico de Oliveira ocupa

na sua longa reflexão sobre o país está marcado por uma tensão que ele assume, tomando-a pelas mãos e segue nos mostrando o caminho.

Este é um lugar potente de análise, embora não inteiramente ao abrigo dos ataques da crítica mais tacanha, que lhe cobra “neutralidade” – refutada tantas e tantas vezes –, lugar de onde parte toda a obra de Chico, desde os textos considerados pilares de sua produção, os de economia política “dura”, até as pequenas comunicações, cheias de histórias e nuances. Estas últimas não compõem uma obra lateral, mas, formando um par dialético de análise com aqueles textos “duros”, através delas podemos vê-lo pensando, conversando com seus interlocutores de texto ou de luta; buscando elementos que, postos em perspectiva, compõem com o “núcleo duro” de sua elaboração um par indissociável. Indissociável, porque é a partir da vida, dos conflitos, da experiência, da materialidade da produção da vida “segundo as condições que têm” que as *personas* constroem a história, assim como também é a partir da vida que suas análises são tecidas e que, por meio deste seu olhar para o aparentemente desimportante, vemos o movimento do real.

Elegia para uma re(li)gião juntamente com *O elo perdido* é o método em ação, o materialismo dialético; e por isso são também uma grande declaração de amor e compromisso, não com um constructo morto, e sim com uma possibilidade de, ao conhecer, poder intervir e transformar o mundo ao lado de seus camaradas. Na *Crítica à razão dualista* (um dos trabalhos mais brilhantes de sociologia política e sobre a formação social brasileira), Chico de Oliveira estabelece as bases de uma crítica da economia política capaz de, por um lado, colocar em questão as teorias econômicas que explicavam o país como uma enorme falta ou incompletude (incluindo aqui aquelas de extração cepalina). Distanciando-se das

explicações etapistas no conjunto da esquerda ou campo progressista (construindo, neste fio da navalha, uma linha de análise que toma a sério as especificidades do capitalismo na periferia do mundo), em *Elegia* e *O elo perdido* (conhecidos como trabalhos sobre a questão regional) o que se vê é uma intensa e profunda discussão sobre o país, ou, em suas palavras, sobre a expansão do espaço econômico hegemônico do capitalismo no Brasil.

Rigorosamente, Chico nestes trabalhos não está discutindo a Bahia ou o(s) Nordeste(s). Está sim, desde este lugar específico – a teoria marxista que neles espousa – lendo, analisando e explicando a contradição que move a expansão do capitalismo no Brasil ou, em outros termos, a modernização brasileira. Desta perspectiva, está falando do país, da expansão do capitalismo no Brasil, cujo centro se alterou, construindo e reconstruindo regionalidades e centralidades nessa alteração.

Sem dúvida alguma, *Elegia* é um trabalho basilar sobre a questão regional. Nele o autor realiza uma precisa e acurada análise que de fato estabelece um campo de debates novo e vigoroso sobre a questão regional e lança os marcos da discussão sobre desenvolvimento na chave marxista, diversa do que se tinha até então. Mas queria aqui argumentar que a *Crítica à razão dualista*, a *Elegia* e mesmo *O elo perdido* são reflexões cujo fio de continuidade vai muito além do método. Neles, o caráter de excepcionalidade da formação social brasileira, que mais tarde será tratado em muitos textos como a *exceção permanente*, já se anuncia como *especificidade* da forma de expansão do capitalismo no Brasil, integrando região e espaço nacional numa dinâmica desigual e combinada, de modo que, lá onde aparentemente se afirma a região, é precisamente aí que se constrói a nacionalização do espaço econômico brasileiro.

Aqui, mais uma vez, a ponte entre os textos-pilares e os textos “laterais” me parece uma boa chave. Em uns e outros, de formas diferentes, ele faz emergir uma intrincada rede de relações entre atraso/moderno, sertão/nação, Nordeste/Brasil. A partir da discussão sobre o conceito de região, traz para o centro de seu trabalho e de suas preocupações a dimensão da política e da luta de classes, do conflito.

“Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de ‘região’ que se queira introduzir seja a da dimensão da política, isto é, de como o controle de certas classes sociais dominantes ‘fecha’ a região. Essa dimensão política não é uma instância separada da econômica: pelo contrário, é ou será da imbricação das duas instâncias que poderá surgir mais completo o conceito que aqui se propõe, pelo menos na tradição teórica do marxismo” (Oliveira, 2008, p. 151).

De onde podemos pensar que a própria construção econômica e política do Nordeste como signo de atraso, e sob esse signo, é ela mesma ação política que não apenas cumpre um papel ideológico, mas produz materialmente relações atrasadas, relações não-capitalistas, reiterando formas arcaicas de dominação, para sustentar a modernização da economia, seja no Nordeste açucareiro, no Nordeste algodoeiro-pecuarista (os baluartes do atraso), ou na região paulista do café, na região Centro-Sul, na região São Paulo (baluartes do moderno), que, de forma combinada e desigual, modernizam o país. Aqui este processo não é lido somente a partir de suas sobre-determinações econômicas.

“Claro está que este movimento não é puramente econômico, no sentido em que os economistas o empregam; sem o correspondente movimento na estrutura de poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha.

As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os ‘Nordestes’ e o Centro-Sul, e assistem-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos ‘Nordestes’, em todos os setores” (Oliveira, 2008, p. 202-203).

Importa ainda dizer que nesta expansão do capitalismo monopolista, que alarga as fronteiras do espaço econômico e nacionaliza-se, tornando-se hegemônico no processo centralização-concentração descrito amiúde por Oliveira, a produção do atraso (já anunciada na *Crítica*) é o motor da produção da modernização brasileira, ao mesmo tempo que é produzida por ela. Sua acurada análise sobre estes processos não deixa espaço para dualismos nem essencialismos sobre o Nordeste (ou sobre o próprio Brasil).

A produção de uma hegemonia paulista, tomada e autoidentificada como a locomotiva do Brasil, é na verdade a produção desta homogeneização do espaço capitalista sob o nome de Brasil, que expande e consolida uma região – a região Centro-Sul ou região São Paulo – como centro hegemônico do capitalismo no país, uma vez que consegue impor sua mercadoria como equivalente geral nacional. Aqui então é possível dizer, com Chico de Oliveira, que a criação de um Nordeste *atrasado* é condição *sine qua non* para a produção da modernização brasileira.

Se atraso e pobreza são uma persistência na formação social brasileira, é certo que a pobreza e o atraso flagrados em seus textos são diferentes, não são mera repetição de um erro de nascença. Contudo, essa transformação (comprovada à exaustão pelos levantamentos socioeconômicos que indicam crescimento econômico e melhora das condições de vida da população, mas que não explicitam

o recrudescimento da concentração de renda, por exemplo) revela mais do que a transformação de um país agrário, recém-constituído e emancipado em um país que se urbanizou e se industrializou, que promulgou direitos sociais e espaços de participação social. Enfim, uma sociedade que, apesar da pobreza “persistente”, ou por causa dela, fez-se moderna. A persistência incômoda desse atraso e dessa pobreza (ou seria a presença incômoda dos atrasados e dos pobres?) revela a forma específica como esta sociedade articulou mecanismos estritamente modernos aos nomeados como atrasados. A formulação de Francisco de Oliveira, em *A crítica à razão dualista*, é a que mais precisamente desvenda essa combinação de atraso e moderno:

“O processo descrito, em vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual, mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio novo” (Oliveira, 1972, p. 28, grifos no original).

Atualizada, essa combinação de atraso e moderno foi figurada como o esquisito, mas existente e vivo, bicho ornitorrinco:

“O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desiguais – mais até que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas –, apesar de ter experimentado as taxas de crescimento mais expressivas em período longo; sou tentado a dizer com a elegância francesa, *et pour cause*. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado neste *Crítica à razão dualista*, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa” (Oliveira, 2003, p. 143).

Essa leitura autoriza uma percepção do país não mais como incompletude. Portanto, o atraso não é uma pedra a ser retirada do caminho, assim com a pobreza não será incorporada ou redimida pelo desenvolvimento e suposto espraiamento dos direitos. Não se trata de um mecanismo truncado. As arestas do processo – o atraso e, portanto, aqueles que carregam as suas marcas, que se interpõem ao desenvolvimento (o que quer que isto queira dizer), ou os pobres ainda não beneficiados por suas benesses – não são resquícios de um tempo pré-capitalista; são rigorosamente seus produtos, como demonstraram Chico de Oliveira (1972, 2003) e, por outro caminho, Maria Sylvania Carvalho Franco (1997) – a quem Chico cita nos dois trabalhos, *Elegia* e *O elo perdido*, não por acaso.

Em “Oração a São Paulo” – texto escrito para a cerimônia de outorga de cidadania paulistana – Chico retorna a isto, mas pelas bordas (numa referência aqui a Jerusa Ferreira – outra nordestina, ou baiana, para ser rigorosa com a ideia da região-Bahia) e já sob a discussão regional-nacional e atraso-modernidade a partir de sua elaboração sobre a *exceção permanente* brasileira.

“Tenho quase quarenta anos de paulistanidade e aqui refiz minha vida, depois do exílio a que me vi obrigado, deixando minha cidade pobre, musical e bela, Recife (...). Mas na minha primeira experiência eu odiei nesta cidade exatamente o caráter de exceção da migração forçada, embora este não tinha sido meu caso, nem antes nem depois. Ofendia a minha formação socialista que as pessoas fossem obrigadas a um desenraizamento tão profundo. E não ajudava muito, ao contrário, o preconceito contra os ‘baianos’, que reiterava a exceção da exclusão e que ainda grassa (...). Fomos e ainda somos vistos como a ameaça, os bárbaros que atentam contra a civilização. A cidade não reconhece que é ela que cria a exceção, e que os migrantes que ainda acodem são apenas sua consequência. Esta cidade [São Paulo] formada por migrantes de todas as partes tem a obrigação de forjar uma transformação que dê cabo da discriminação” (Oliveira, 2006, p. 244).

Chico pensa a formação social brasileira de tal maneira que o debate regional comparece nela não como uma externalidade, mas como um elemento central (centralidade esta que também aparece, aliás, em seu pensamento). Distancia-se assim de uma visão etapista, bem como da dos cepalinos, me parece, ao apontar na sua aposta de industrialização o aprofundamento da desigualdade entre as regiões, não pelo fracasso das apostas delas ou pela incompletude de suas políticas e programas, mas justamente pelo lugar em articulação por meio do qual internacional-nacional-regional, desenvolvimento e atraso, de forma combinada e desigual, estruturam o país. Esta sua análise nos dá uma chave para compreender que o Nordeste, ou antes as economias regionais, são fundamentais na estruturação da economia capitalista brasileira, não como uma grande reserva ou reminiscências de uma economia não moderna, superando uma visão na qual os dois “Brais” convivem em um país desigual e aparentemente apartado em regionalidades estanques.

“A exceção nos obriga a pensar excepcionalmente” – dirá Chico de Oliveira. A *especificidade* dá margem à elaboração sobre a nossa *exceção permanente*. Aquilo que ele escreveu ou sistematizou em texto no final dos anos 1990 e no começo dos 2000 como a exceção permanente, já estava desde muito presente em sua obra, na sua elaboração sobre o país, no centro do qual a exceção pode ser percebida como um problema a ser investigado. Chico, como bom marxista, pensa, escreve, vê, analisa, se coloca na questão através da contradição, a partir dela. Ao explicar o Nordeste, ele também o construía e influía na compreensão sobre aquela região, sobre a movimentação das classes e suas múltiplas determinações. O foco de sua análise nunca foi o imobilismo, o que petrificou, mas sim, aquilo que movimenta a história, e diria mais, *aqueles* que movimentam a história, colocando-a e se colocando em processo.

“– Não renuncio a minha cidadania recifense”, frase dita por Chico no recebimento do título de cidadão paulistano, pode soar aos incautos como a afirmação de um regionalismo presente na sua obra e na sua vida. Abusando de sua forma dialética de construir suas frases, livros e agradecimentos, ele nos diz mais à frente: “todos pensam que meu hino é a Internacional; ela é o segundo hino. O primeiro tampouco é um hino: é *Evocação nº 1*, de Nelson Ferreira, o grande maestro negro de minha cidade, cujo toque nostálgico suspira pela cidade que um dia foi a Noiva da Revolução” (Oliveira, 2006, p. 244-245). A declaração de amor pela cidade revela entre os véus da noiva a imbricação entre o amor pelo Recife e sua posição de classe. Chico dizia que havia visto a *Noiva*: a possibilidade de ruptura da ordem de dominação na sua cidade amada, possibilidade construída e disputa pelos pobres, camponeses, semiproletários, proletários, trabalhadores que partilhavam a experiência de opressão, de pobreza, de violência com tantos outros sujeitos que experimentaram a

vida Severina. Experiência que mistura as marcas do atraso àquelas da modernidade: um amálgama entre trabalho, pobreza, violência e aviltamento. Chico, ao cantar sua Recife, sabia que a experiência da revolta muitas vezes não conseguiu plasmar-se em uma posição que disputasse a hegemonia da sociedade na qual ela tinha tido lugar. O casamento entre revolta e mudança não se consumara. A consideração de tal experiência – que pode ser percebida nas bordas da obra de Chico de Oliveira –, indica sua atenção e compromisso, mas não só com estes, os oprimidos, para usar uma expressão cara a Benjamin do Recife que chegou muitas vezes a ser “noiva da revolução, quase se casando”.

Não por acaso no texto “Noiva da revolução”, no qual o autor refaz a história do Recife, a prosa dura da crítica da economia política de *Elegia* ou ainda *O elo perdido* cede lugar para uma escrita na cadência da Recife cantada, dançada, “o Recife pegando fogo, na pisada do maracatu”, na qual vemos Chico colocar em cena sua Recife a partir de “arruaceiros, prostitutas, valentões, confundidos todos na categoria das ‘classes perigosas’” (Oliveira, 2004, p. 135). Em outro texto brilhante, chamado “Nordeste: a invenção pela música”, Chico nos encanta falando de músicas que contam a experiência de afronta através da qual estas *personas* da história (expressão recuperada de Marx) nos dão a conhecer a cidade na qual se experimentou a revolta, o enfrentamento, a transformação de uma experiência de pobreza e aviltamento em força política que foi capaz de mudar os rumos da luta de classes e incidir de maneira bastante importante na configuração política do país, ou, nos seus próprios termos, de disputar hegemonia – e esta não às avessas.

Não é preciso muito para lembrar Maria Célia Paoli, em seu belíssimo “Direito ao passado”, a nos dizer – e posso até ouvir os dois conversando sobre isto: “A construção de um outro horizonte

historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos” (Paoli, 1992, p. 27). E Chico, em *Noiva da Revolução*, sabia que “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” (Benjamin, 1998, p. 224) e, certamente faria coro a Maria Célia em sua elaboração sobre a importância de “resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo” (Paoli, 1992, p. 27).

Desta perspectiva, em um diálogo não autorizado explicitamente, percebemos que a *noiva da revolução* anuncia isto: as possibilidades abertas e criadas pelos trabalhadores/pobres/os de baixo/oprimidos, em luta, e que foram anunciadas como possibilidade de transformação, de rompimento dos círculos de dominação; aquilo que Chico, numa conversa em pé de porta, anunciou como o projeto político da elite brasileira (em suas múltiplas alianças e transformações): “o projeto é a dominação”.

Chico dizia, de um jeito gracioso, enquanto comíamos uma rabada no bar Cacilda, depois de uma atividade política, “nós que temos este defeito de participar de partido”, referindo-se à experiência partilhada de militância partidária, “pensamos/buscamos a ação política dos trabalhadores”. Chico nunca foi complacente com as minhas crenças e meu encantamento com as revoltas dos oprimidos, mas partilhávamos a mesma certeza: os oprimidos sabem do que se trata, sabem fundamente sobre a dominação e o aviltamento causado pelo capitalismo. E eles lutam, se organizam, disputam e, eventualmente, abrimos brechas neste projeto de dominação, neste projeto de desenvolvimento. Chico me ensinou que sua paixão era acima de tudo compromisso com os trabalhadores, com as classes dominadas, com suas lutas e com seus projetos utópicos. E por isso,

desse lugar, Chico narra este país, a sua formação e, me atrevo a dizer, a luta dos oprimidos. Como Guimarães Rosa, Chico de Oliveira sabe que narrar é resistir, construir veredas por onde a *noiva da revolução*, ao som de frevo, pode anunciar que a liberdade pode se fazer.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas – volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

_____. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, São Paulo, 2003b.

_____. Nordeste: a invenção pela música. In: CAVALCANTE, B.; STARLING, H.; EISENBERG, J. (orgs.). *Decantando a República*, v. 3: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 123-138.

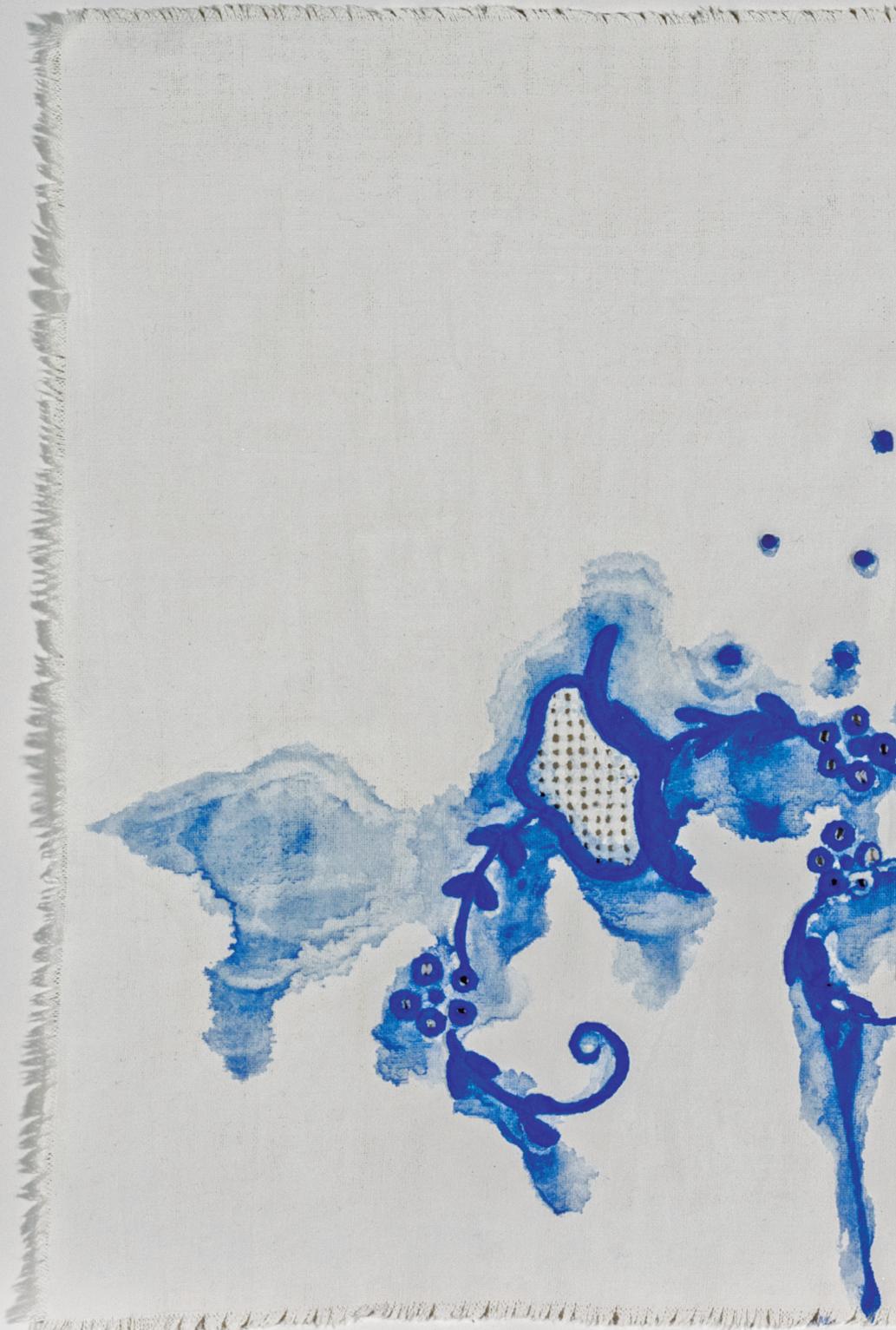
_____. Oração a São Paulo; a tarefa da crítica. In: RIZEK, C.; ROMÃO, W. (orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 241-249.

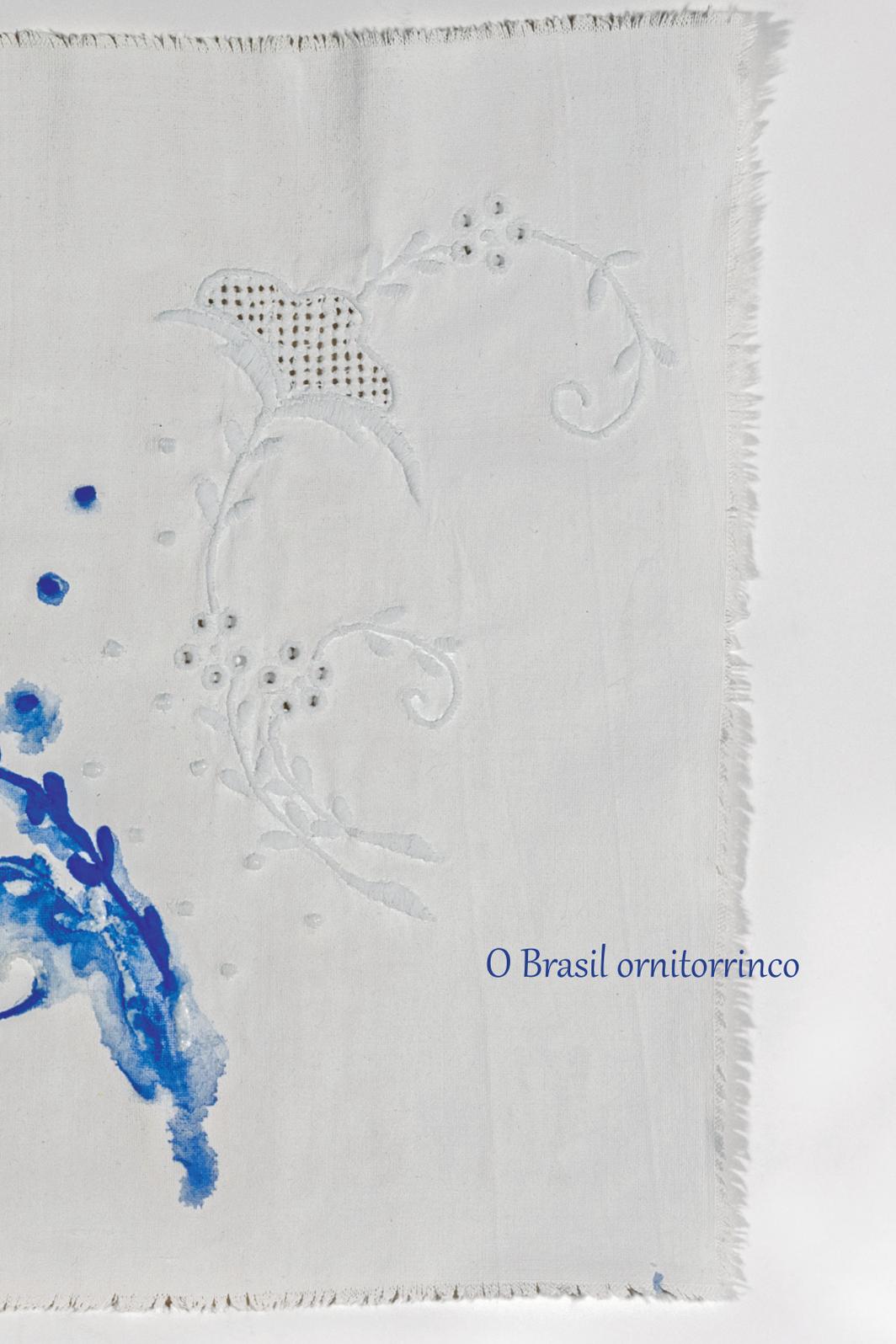
_____. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Pernambuco. Planejamento e luta de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.





O Brasil ornitorrinco

Do desmanche à exceção: uma pauta de pesquisa

Cibele Saliba Rizek¹

Francisco de Oliveira, Mestre Chico, era um contador de histórias, muitas histórias, algumas anedóticas e prazerosas, cheias de impressões, cheias de sabor. Eram casos que revelavam sua leitura do mundo, da universidade, dos acontecimentos. No meio desses casos saborosos, Chico fazia a defesa de uma produção, referindo-se com frequência a textos e temas dos pesquisadores do Nedic, depois Cenedic, inclusive pela afirmação constante de que éramos o que ele entendia como um coletivo democrático e autogerido, em que a palavra circulava sem hierarquia ou censura. Por mais atabalhoadas que fossem as reuniões, Chico nos via como “uma tribo de Asterix”. Embora alguns episódios merecessem ser rememorados, já que poderiam evidenciar o que significava conviver com um amigo e um mestre do calibre de Francisco de Oliveira, não vou fazer um depoimento sobre sua vontade e prática radicalmente democráticas, nem sobre a defesa inquestionável da Universidade

1 Cibele Saliba Rizek é professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da USP. Pesquisadora do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pesquisadora do CNPq.

pública. Organizei este texto a partir de uma retomada da produção de Chico dos anos 2000 – alguns textos muito conhecidos, como *O Ornitorrinco*, e outros menos lidos, como “O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção”.

Meu intuito é falar brevemente sobre esses textos, do que se pode entrever a partir de sua leitura, para além da obra anterior do autor, vastamente comentada: *Crítica à razão dualista*, *Elegia para uma Re(li)gião*, *A Economia de dependência imperfeita* e muitos outros. A releitura desses textos permite então levantar algumas das dimensões mais recentes e mais sombrias da contribuição de F. de Oliveira, do meu ponto de vista contribuições impressionantes, porque puderam apreender um movimento, um percurso, campos de força que, nos últimos anos, foram se mostrando implacável e inelutavelmente em marcha. Talvez o eixo dessa homenagem seja a surpreendente apreensão desse movimento, na contramão do elogio ou da exaltação de uma suposta virada política que teria tido lugar por ocasião da eleição e dos governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores e sua maior liderança. É assim, à luz desse Brasil em chamas, dessa república de milícias, onde a indeterminação que Chico detectou nos primeiros anos do século grassa por todos os lados, que reencontro suas descobertas, sua apreensão potente do movimento do real em suas primeiras sistematizações e desdobramentos.

Se a *Crítica à razão dualista* apreendeu um conjunto de forças cruzadas, reciprocamente determinadas e determinantes, na encruzilhada de um marxismo revisitado e da teoria cepalina recomposta, *O Ornitorrinco*, *O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção* e “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” detectavam algo como variações sobre um tema cujo anúncio era sombrio, de horizontes carregados, lidos e relidos

a partir de um amargor que, afinal, como o decorrer dos acontecimentos parece teimar em demonstrar, se desenhava como necessário. Mestre Chico foi então visto como profeta de um memorial da maldição, aferrado a um pessimismo que escurecia as perspectivas de ação política, como alguém que anunciava o apocalipse. Sua apreensão dos processos em curso reverberava em suas críticas aos governos e políticas implementadas pelas coalizões lideradas pelo PT e seus governos, em suas posições dentro da Universidade (vale a pena lembrar o “Roda Rodas”, com o qual enfrentava uma gestão reitoral desastrosa), suas discussões que subiam de tom quando as perspectivas políticas do país estavam em questão. Nesses primeiros dez anos do século XXI selava-se um diagnóstico, delineava-se um encolhimento de horizontes e de esperanças. Citações, recortes e referências presentes nesses textos me permitem reencontrar a voz de Francisco de Oliveira. Recuperar esses temas ajuda a pensar os acontecimentos que se enredam um ao outro desde maio de 2016, acontecimentos que ratificaram seu diagnóstico, ratificaram o que percebeu como um conjunto de forças e entrelaçamentos que afinal se desdobravam num ordenamento que ele chamaria de dominação sem política. Trata-se, assim, de um conjunto de truncamentos, encolhimentos, rebaixamentos e inflexões que se anunciavam por meio de processos, indícios, articulações cada vez mais sombrias que presidiam os rumos do país... se é que ainda se podia reconhecer um país em meio aos envelamentos e, sobretudo, regressões. O Ornitórrinco parecia se conformar assim como índice de uma esperança frustrada, como desmanche, como avesso de uma promessa cuja viabilização teria sido possível ao longo do que Francisco de Oliveira teria identificado como uma “era das invenções”, nos longínquos anos de luta pela democracia, de formação e de um fazer-se da classe trabalhadora como sujeito político, de um percurso ascendente que

teria se despedaçado mais uma vez, insidiosamente, o que o faria ler a história dos trabalhadores brasileiros a partir da metáfora dos trabalhos de Sísifo.

O *Ornitorrinco*, a “Política numa era de indeterminação”, o *Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção* e, posteriormente, *Hege- monia às avessas* (tanto o texto com esse título, quanto o projeto de pesquisa e mais tarde o livro de mesmo nome) marcaram um conjunto de diagnósticos sobre o Brasil do século XXI – opaco, sombrio, desmanchando tanto os processos econômicos, sociais e políticos que marcavam a singularidade do subdesenvolvimento, como as perspectivas políticas inerentes a um fazer-se das classes, a um fazer-se classe dos dominados continuamente atingidos por erosões sucessivas que acometeriam as formas de sociabilidade política brasileira a partir dos anos 1990 – década neoliberal por excelência, marcada pelo que Francisco de Oliveira identificaria como transformismo, noção que emprestava de Gramsci, pelo Plano Real, pelo endurecimento contra as greves, por um conjunto de guinadas no interior mesmo da ação sindical – e das primeiras décadas do século XXI, sob a égide da Carta aos Brasileiros e das eleições presidenciais que conduziram Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República.

O que seria o Ornitorrinco? Trata-se de um contraponto ao subdesenvolvimento visto e pensado como singularidade e não como elo na cadeia do desenvolvimento; o diagnóstico do subdesenvolvimento o identificava como produção da dependência conjugando divisão internacional do trabalho e interesses internos e, assim, como momento em que havia abertura para uma articulação entre luta de classes e rearranjo da divisão internacional do trabalho. No Ornitorrinco, por outro lado, F. de Oliveira desenha o subdesenvolvimento “a partir das formas irresolutas da questão da terra e do estatuto da força de trabalho, [d]a subordinação da nova classe social urbana,

o proletariado, ao Estado, e [d]o ‘transformismo’ brasileiro, como forma da modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa.” (Oliveira, 2003, p. 131). Acentuava-se ainda que a especificidade dessa “revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia” (Oliveira, 2003, p. 131), exceção que se exercia “permanentemente sobre os oprimidos, exceção que se faz como opressão que atravessa os campos da experiência social” (Oliveira, 2003, p. 131).

Como seria o ornitorrinco? “Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo” (2003, p. 132), um fortíssimo agronegócio sem nenhum resíduo pré-capitalista. Possui um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, e um setor tateante vinculado às tecnologias digitais e moleculares. “Em termos da PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que teria tido seu auge na década de 1970, mas decrescente também, e explosão continuada do emprego nos serviços. (...) Parece dispor de ‘consciência’, pois se democratizou há já quase três décadas. Falta-lhe, ainda, produzir conhecimento, ciência e técnica: basicamente segue copiando” (Oliveira, 2003, p. 133-134). Desse ponto de vista, uma «evolução» seguida de regressão teria reconfigurado o que se compreendia como informalidade. No momento subdesenvolvido, o “informal” poderia ser uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais” (Oliveira, 2003, p. 135), o que chegou a ser vislumbrado nos últimos anos da década de 1970. Nas palavras de F. de Oliveira, “na minha própria interpretação, tratava-se de uma forma que combinava acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial. Em termos teóricos, tratava-se de uma for-

ma aquém do valor, isto é, utilizava-se a própria mão de obra criada pelo movimento em direção às cidades (...) – para prover de serviços as cidades que se industrializavam” (2003, p. 135). Sua caracterização das novas formas de uso e exploração do trabalho, entretanto, seria conformada a partir de outro patamar.

“Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. (...) Aqui, fundem-se mais-valia absoluta e relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores *hard* da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. (...) Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção. (...) Mas o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal. O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente. (...) Suprime-se a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores, pois já não existe medida de tempo de trabalho sobre o qual se ergueram os direitos do *Welfare*, ou os direitos do Anti-Valor” (Oliveira, 2003, p. 135-137).

E, contrapondo a caracterização do presente à análise dos anos 1970, sua argumentação segue e se aprofunda:

“O subdesenvolvimento pareceria ser uma evolução às avessas: as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação: ‘consciência’ e não acaso. Ficava aberta a porta da transformação. Hoje, o ornitorrinco perdeu a capacidade de escolha, de ‘seleção’, e por isso é uma evolução

truncada, uma evolução marcada por um conjunto de regressões” (Oliveira, 2003, p. 138).

Do ponto de vista da acumulação de capital, os novos patamares da revolução molecular-digital teriam fundas consequências:

“Aterrissando na periferia, o efeito desse espantoso aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato virtual, não pode ser menos que devastador. Aproveitando a enorme reserva criada pela própria industrialização, como ‘informal’, a acumulação molecular-digital não necessitou desfazer drasticamente as formas concreto-abstratas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas. Realiza, então, o trabalho de extração de mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravavam a completa exploração. A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva, assiste-se ao que Castel chama a ‘desfiliação’, isto é, a desconstrução da relação salarial, que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego (...) e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego” (Oliveira, 2003, p. 142).

Diante desses efeitos devastadores, mais uma vez a metáfora de Sísifo seria utilizada para determinar qual sentido teriam as políticas públicas voltadas para o trabalho, políticas ancoradas nas perspectivas de qualificação e treinamento que permitissem a volta ao mercado formal. Chico apontava essas políticas de boa vontade com a caracterização que se segue:

“ (...) jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira voltará quando o ciclo de negócios se reativar. Será o contrário: quando se reativar, e isso ocorrerá de forma intermitente, sem sustentabilidade previsível, então em

cada novo período de crescimento o trabalho abstrato virtual se instalará mais fundamente” (Oliveira, 2003, p. 143).

As determinações mais evidentes desse conjunto de condições sem superação à vista residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme a *Crítica à razão dualista*, mas, combinando-se com a segunda, produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, o que se desdobrava numa reiteração que nada tem de virtuosa. Do avesso ao truncamento, destes à exceção, rebaixamento e regressão não como momento ou fase, mas como condição permanentemente reposta, de olho nas formas de sociabilidade política e nas possibilidades e impossibilidades da ação política de classe, Oliveira apontava:

“Todas as formas dos produtos da revolução molecular-digital podem chegar até os estratos mais baixos de renda, como bens de consumo duráveis: as florestas de antenas, inclusive parabólicas, sobre os barracos das favelas é sua melhor ilustração. Falta dizer, ao modo frankfurtiano, que essa capacidade de levar o consumo até os setores mais pobres da sociedade é ela mesma o mais poderoso narcótico social.” (Oliveira, 2003, p. 144).

“As forças do trabalho já não têm ‘força’ social, erodida pela reestruturação produtiva, e pelo trabalho abstrato-virtual e ‘força’ política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a

ruptura com a longa ‘via passiva’ brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento.

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada (...)” (Oliveira, 2003, p. 145-146).

O ornitorrinco tem como marca de nascença a impossibilidade de permanência no âmbito do subdesenvolvimento, já que seria impossível avançar aproveitando as brechas abertas pela industrialização. Em sua reflexão, Oliveira apontava que “as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora, a partir da dominância financeira (...). O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de ‘buraco negro’” (2003, p. 150) que suga e destrói cada elemento que se articulava em um ordenamento anterior – marcos de regulação, programas, previdência – numa voragem que agrega acumulação truncada com a produção de uma “sociedade desigualitária sem remissão”.

Se o texto de 2003 traz enormes inovações, ousadia e inventividade analítica, Francisco de Oliveira também recuperava temas que estavam anunciados na leitura do subdesenvolvimento. O que se fechava eram os horizontes desenhados em 1972, já que, na senda de sua evolução truncada e um tanto aberrante desse ornitorrinco chamado Brasil, o futuro parecia ser apenas produto de novas modulações, o futuro corria o sério risco de ser mais do mesmo, reduzido então à duração e eternização, uma zona de transição que, como apontaria Benjamin, teria se tornado uma zona de detenção. Esse era o diagnóstico de 2003 – que vai se complementando e ga-

nhando radicalidade ao longo dos anos subsequentes. Cabe ainda apontar que é possível encontrar no *Ornitorrinco* uma releitura e atualização da *Crítica à razão dualista* que se soma à indicação de um ponto de inflexão que retoma e radicaliza o desmanche – expressão de Roberto Schwarz com alguma proximidade com Robert Kurz. Esse desmanche, que caracterizava o fim de um horizonte de expectativas ancorado nas lutas pela democratização, era a face sombria dos anos noventa, portadores dos transformismos que faziam de intelectuais vinculados aos movimentos pela democratização, expoentes de um ordenamento que se desdobrou na chamada privatária tucana, na severa repressão aos movimentos sindical e de trabalhadores, na abertura e no ímpeto às reformas de cunho neoliberal. Para além do que se desmanchava, os textos de Oliveira apontariam para a vigência de um outro ordenamento, uma outra conformação, um patamar sem volta para o qual a perspectiva do desenvolvimento simplesmente não parecia fazer mais nenhum sentido.

Desde sua leitura do totalitarismo neoliberal no final dos anos noventa, Francisco de Oliveira experimentava uma aproximação com os temas e olhares ancorados nos autores da Escola de Frankfurt. Neles parecem ancorar-se as ideias de rebaixamento, regressão, impossibilidade de superação, síntese permanentemente truncada e, de modo cada vez mais significativo, a ideia de exceção, não como fase ou momento, mas como condição permanente. No *Ornitorrinco*, F. de Oliveira associava exceção ao subdesenvolvimento. Nos textos posteriores, as situações e transformações truncadas, a superação obstaculizada, um esforço de classe a ser permanentemente recommçado vão se desenhando com pesar cada vez maior.

Nesses mesmos textos, o diagnóstico relativo aos processos de acumulação presentes no *Ornitorrinco* se combinaram com um conjunto de desdobramentos nos circuitos da reprodução, em suas relações e articulações com os arranjos e ordenamentos do trabalho impropriamente qualificado como informal, do trabalho não pago, com o barateamento e rebaixamento dos salários, com as condições de vida e de desigualdade urbana. Produção e reprodução, os circuitos da acumulação atravessavam a forma da moradia dos trabalhadores pobres, a agricultura de subsistência, as combinações e articulações entre formas de dominação, violência, exploração. F. de Oliveira discutia assim – a partir de um reordenamento e de uma constante requalificação do debate sobre cada um desses temas por meio da ênfase na relação entre eles – trabalho, moradia, produção das cidades, divisão regional do trabalho. Continuaría a procurar esses vínculos e a estreitá-los, para além de cada objeto de interrogação e de pesquisa. Assim, estado e urbano compareceram entre seus temas e se entrelaçaram a alguns dos enfoques que apontariam a emergência e a reelaboração contínua da noção de Estado de exceção. Inquirindo as relações entre planejamento e cidade, Francisco de Oliveira passaria a apontar que a exceção teria revertido um processo de normatização e enquadramento, num rebote e num salto que produziram uma inversão: a exceção que deveria ser o alvo de combate originalmente proposto das formas de planejamento teria se transformado em seu enquadramento, em produção contínua da mesma exceção que deveria ser no mínimo contida.

“No fundo desse processo, jaz a enorme desigualdade que marca a sociedade brasileira. Toda a transformação ocorrida fundou outra desigualdade, qualitativamente diferente sobretudo quando vista sob a ótica da liberdade, e quantitativamente maior se observadas as distâncias entre os muito ricos e os muito pobres. Mas a

nova diferença quantitativa obriga os dominados a um esforço descomunal para superá-la, o que introduz uma nova qualidade na desigualdade, que, se já não é a completa ausência de liberdade, é a quase completa ausência de horizonte de superação” (Oliveira, 2003b, p. 10).

O aumento da desigualdade e crescimento capitalista mais uma vez se entrelaçam, de modo que é a intensidade desse crescimento e não sua ausência que se encontra entre suas causas mais importantes. A soma e a combinação da herança escravista, da poderosa coerção estatal, o rebaixamento permanente do estatuto da força de trabalho produziram extorsão avantajada de mais-valia.

“Essa compactação de tempo histórico, no século XX, em que parece que toda a letargia do livre-cambismo do século precedente, que obstaculizou a industrialização, foi acelerada até o limite, chamou para regimes de exceção, na longa ‘via passiva’. Se o nazismo durou apenas doze anos na Alemanha e o fascismo, no máximo vinte na Itália, nossas ditaduras na segunda metade do século XX alcançaram a invejável (?) marca de 35 anos, igualando-se a Franco e Salazar. A desigualdade brasileira mora aí” (Oliveira, 2003b, p. 10).

“A progressão da relação salarial foi coartada no começo dos anos oitenta do século passado pela combinação da reestruturação produtiva com a globalização; isto forneceu as bases para um enorme avanço da produtividade do trabalho que jogou para as calendas a possibilidade e/ou necessidade da relação formal de trabalho: pelo contrário, o que se chamou no passado de ‘informalidade’ tornou-se a regra. Pede-se ao trabalhador formal os atributos do ‘informal’: flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centros de nossas cidades. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avesso” (Oliveira, 2003b, p. 10-11).

Esse atravessamento entre a antiga informalidade e uma formalidade constantemente rebaixada, o anúncio do fim da jornada de trabalho e a formidável dissolução das linhas de separação entre tempo de trabalho e tempo de vida, cujo exemplo eram os camelôs, anunciavam os trabalhadores *just in time* cuja remuneração se descola crescentemente da porção variável do capital, tal como Francisco de Oliveira teria antevisto em 2003.

“Termina a variabilidade do capital antes na forma de adiantamento do capitalista. É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas. Disso decorrem todos os novos ajustamentos no estatuto do trabalho e do trabalhador. (...) Como ‘capital variável’, os salários eram um ‘custo’: como dependentes da venda de mercadorias/produtos, os rendimentos do trabalho (...) já não são ‘custo’. Disso decorre que os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho e que as regras do *Welfare* tornaram-se obstáculos à realização do valor e do lucro (...). Se o capital não podia igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores, pois já não existe medida de tempo de trabalho sobre o qual se ergueram (...) os direitos do Antivalor” (Oliveira, 2003, p. 137).

Assim também uma dissolução das matrizes subjetivas e simbólicas de uma sociabilidade política fundada no trabalho, ancorada na constituição e formação da classe como sujeito político, pôde ser tematizada como expressão de um formidável ataque ideológico neoliberal responsável pelo desenho e pela implementação de um consenso pelo avesso:

“Emprego estável é privilégio, regras de previsibilidade foram traduzidas como burocracia. A financeirização das economias

e principalmente dos orçamentos públicos retira autonomia do Estado; produz-se uma autonomização do mercado, que é o outro pilar da exceção. Mas a contradição está em que, tornado supérfluo pela autonomização, o Estado se funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. E a exceção está em que as políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda (...) e se transformaram em antipolíticas de funcionalização da pobreza.

O que estou descrevendo é o Ornitorrinco, com maiúsculas. (...) Capital financeiro na cabeça, informatização em todos os meios de produção e de consumo, dívida externa, altíssima informalidade, pobreza (...). Isto é, mamífero com bico e patas de pato, semi-aquático, cujas mamas são pelos, e que (...) bota ovo” (Oliveira, 2003b, p. 11).

A perspectiva de uma apreensão e discussão sempre transversal, sempre a partir de relações e mediações, sempre avessa aos enfoques mecânicos, vulgarizados, era a marca dos textos e das descobertas de F. de Oliveira. Provocava novos olhares, via cada elemento em um quadro de relações no qual os desdobramentos políticos, as relações possíveis entre economia, relações sociais e política mudavam o debate de patamar. Produzia assim deslocamentos que se associavam a cruzamentos da CEPAL com Marx, do trabalho com a conformação das cidades, dos processos econômicos vistos a partir de suas possibilidades de conformar ou cercear e obstaculizar práticas e sujeitos políticos. Seu olhar, sua leitura são assim rigorosamente transversais, recuperando determinações, mediações, imbricações. Mais um pouco de seus textos sempre saborosos pode ainda encaminhar o sentido irreverente e afiado de algumas de suas afirmações.

Conforme suas palavras:

“As cidades são os lugares por excelência dessas exceções, e o conjunto delas é a administração da exceção. Trata-se de um Estado de Exceção, na medida justa da teoria schmittiana, pois o soberano é o que decide a exceção: quem é o soberano? O mercado, não como abstração, mas precisamente (como) o que coloca 41% abaixo da linha da pobreza. Pensemos: o subdesenvolvimento (...) havia sido produzido pelo capitalismo em expansão, o qual, montando-se sobre sociedades criadas ou apropriadas para produzir o excedente que na verdade criou o capitalismo mercantil, não poderia, jamais, reproduzir o original. O Ornitorrinco é a exceção permanente, porque já não é singularidade: ele contém todos os elementos do original desenvolvido, já não há espaços pré-capitalistas, já não há fronteiras de expansão do capital.

(...) A consequência das exceções parciais, que forçamos a barra para pensar ainda no paradigma da normatividade porque nos assusta pensar na exceção totalizadora, é que o ‘normal’, a norma, é puxada para baixo pelo ‘anormal’: esta é a síntese que faz a exceção (...)”.

E arremata:

“(...) é a cidade como exceção. (...) A morte da pólis é a morte da política e a negação da negação: todo espaço público deve ser privatizado, deve estar sob o olhar panóptico, porque o perigo é o público. (...) Não há mais política: há tecnicidades e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a ‘realidade’ e, em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações” (Oliveira, 2003b, p. 11-12).

Em *A era da indeterminação*, F. de Oliveira traz os temas do desmanche. Seus eixos vão sendo explicitados assim como seu impacto sobre as formas de sociabilidade construídas ao longo das lutas

pela democratização. Tomando suas palavras, o campo das invenções que teve lugar entre 1964 e 1990 teria caducado, teria se tornado ruína antes mesmo de envelhecer, tal como afirmava Benjamin a respeito dos tempos modernos. Mais uma vez em suas palavras:

“o permanente *ad hoc* requer a violência estatal permanentemente, a exceção permanente, a qual poderia sugerir que o monopólio legal da violência foi reconquistado para o Estado. Longe disso, a violência permanente significa dizer que o Estado também é *ad hoc*. Operações são refeitas cotidianamente, a governabilidade é lograda graças ao uso permanente de medidas provisórias, as cláusulas contratuais são rapidamente ultrapassadas e a arquitetura da privatização requer injeções de recursos públicos em larga escala, para sustentar a reprodução do capital. (...)

As consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço. A possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera mas, num sentido intensamente dramático, isto não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas... as conexões de sentido são erráticas” (Oliveira, 2007, p. 37-38).

“O partido político da era da indeterminação não conduz, é conduzido pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e pela imagem. Uma dispersão de microcentros de organização do social simulacra a sociedade civil: é uma organização da política social, que concorre com o Estado e os partidos, desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos. Nascidas como porta-vozes da nova complexidade, na época em que a ditadura militar tentava conter a própria criatura que brotou da expansão capitalista, essas organizações transformaram-se em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer ‘social’ e ‘política’. (...) [E]scondem-se (...) nas dobras da crítica ao Estado ‘mau gerente’ a privatização das políticas sociais, a desuniversalização, a

volta ao assistencialismo ou, (...) a filantropização da pobreza” (Oliveira, 2007, p. 41-42).

Operou-se, no período neoliberal,

“uma mudança extraordinária na dominação burguesa no Brasil. Em primeiro lugar, a financeirização da economia pré-determina a acumulação possível e o lugar do Estado na economia. Em segundo lugar, as intensas privatizações retiraram do Estado a capacidade de fazer política de produção. (...) As relações entre as classes mudaram substancialmente com as privatizações e com a financeirização” (Oliveira, 2006, p. 285).

A erosão, o desmanche, esperanças que não se sustentavam mais, selam enfim um diagnóstico:

“é uma dominação que se faz pelo terror, diretamente, sem mediações. É uma dominação sem política. O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição com capacidade de barrar os processos de exploração de classe” (Oliveira, 2006, p. 287).

Ao longo desses textos e de muitos outros, ao longo da produção do livro *A era da indeterminação* e dos seminários realizados por cada um de pesquisadores envolvidos no Projeto temático que lhe deu origem, um diálogo intenso se produzia. É verdade que a inspiração e parte considerável dos *insights* vinham de Chico, de sua irreverência, mas também do fato de que Chico ouvia cada um de nós. Ouviu e incorporou as questões trazidas pelas discussões das tecnologias da informação, da biotecnologia, da revolução molecular-digital, ouviu e discutiu pesquisas empíricas, leu teses e

textos e, pela aproximação com Maria Célia Paoli, encontrou temas e autores, que ressoam livremente em sua reflexão. Alguns deles talvez mereçam ser mencionados – Hannah Arendt e E. P. Thompson, ao lado dos ecos da produção da Teoria Crítica e de Jacques Rancière.

Essas inquirições recíprocas entre autores tão diversos entre si, a continuidade desses cruzamentos, tal como fizera com Celso Furtado, Rosa Luxemburgo e Karl Marx, temperados com a tese do desigual e combinado, a sensibilidade e acuidade do que vinha lendo nos processos em curso nas últimas três décadas, tudo isso fez de Chico um mestre que encontrou, indicou e explicitou mais um elo entre a destituição da política, a despolitização da pobreza, o truncamento da ação de classe e as sombras que se desenharam no horizonte daqueles anos e que acabaram dando lugar a mais esse momento de destituição, de destruição de direitos, de conquistas, dando continuidade e profundidade às sombras que estiveram presentes na formação social e política brasileira.

Queria terminar este texto apontando para a amizade que presidiu a essa outra confluência, essa constelação peculiar que destilou temas, produziu conhecimento e insuflou um modo singular de pensar o país. O Cenedic, seus olhares, um modo de fazer e atualizar as Ciências Sociais, nasceu da aproximação ao mesmo tempo improvável e carregada de afeto entre Maria Célia Paoli e Francisco de Oliveira. Tão próximos e tão diversos, esses dois mestres foram protagonistas de uma relação de amizade selada a partir da liberdade e da não assimilação de temas, enfoques, posições, uma amizade que apostava na autonomia de cada um e na riqueza de um confronto e um embate permanente de perspectivas. A eles meu mais profundo respeito. Mesmo tendo nos deixado, Chico e Maria Célia “aparecem como pessoas falantes (...) por terem escapado

às dimensões temporais, podem se tornar, nas coisas do espírito, companhias duradouras nas coisas da mente” (Arendt, 1999, p. 73). É preciso aprender, como queria Arendt, a conviver com eles, com o que nos legaram, presentificando suas lições.

Referências bibliográficas

- ARENDR, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reen-cantamento. In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.
- _____. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, maio de 2003, p. 9-14. (b)
- _____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/2010101031724/10DeOliveira.pdf> Acesso: novembro 2020.

O ornitorrinco virou um monstro: e agora, Chico?

Paulo Eduardo Arantes¹

Agradeço o convite de me associarem a esta homenagem ao meu querido amigo Chico de Oliveira, de quem tive a honra de publicar alguns livros nas coleções que dirigi².

O tema é “O Brasil Ornitorrinco”, e pretendo fazer uma breve exposição em três partes. Vou primeiro traçar uma pequena história intelectual da origem do texto “O ornitorrinco”³ e da sua intuição teórica. Será uma história, paralela e comparativa, feita na minha condição de cronista (não digo oficial, mas oficioso) da Tradição Crítica brasileira. Afinal, estamos falando de um dos últimos grandes dessa Tradição Crítica que nos deixou ano passado. Em seguida, apresento uma breve opinião a respeito do que foi o Ornitorrinco

1 Paulo Eduardo Arantes é filósofo, professor aposentado sênior da Departamento de Filosofia da FFLCH-USP.

2 Pela coleção Zero à esquerda: *Os direitos do antivalor* (Petrópolis, Vozes, 1998). Pela coleção Estado de sítio: Francisco de Oliveira e Cibele Rizek (orgs.), *A era da indeterminação* (São Paulo, Boitempo, 2007) e Francisco de Oliveira, Cibele Rizek e Ruy Braga, *Hegemonia às avessas* (São Paulo, Boitempo, 2010).

3 Francisco de Oliveira, “O ornitorrinco”, em *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003.

ontem, isto é, há vinte anos. Por fim, enfrento a pergunta óbvia (por conta daquilo que estamos atravessando mundial e nacionalmente): que figura o Ornitorrinco da vez assumiria hoje? Isto é, se Chico estivesse acompanhando no detalhe, de que forma ele encararia a atual metamorfose do Ornitorrinco que nos coube viver nesta quadra histórica? São estes os três pontos que eu gostaria de abordar.

1.

A deixa para nossa breve história intelectual e política do Ornitorrinco foi dada pelo próprio Chico de Oliveira, que, em um colóquio de 2004 sobre a obra de Roberto Schwarz⁴, diz textualmente que a intuição por trás da comparação zoomórfica entre aquele animalzinho simpático e ao mesmo tempo grotesco e o Brasil daquele momento remonta a um texto de Roberto: “devo dizer que o Ornitorrinco muito deve a ele. Em ‘Fim de século’, ensaio que está em *Sequências brasileiras*, o animal está lá”⁵. Valendo-me desse mote, vou me centrar em uma espécie de estudo comparativo desses dois grandes clássicos da Tradição Crítica brasileira.

Com um pouquinho de espírito de porco, no entanto, eu diria que, embora seja bem possível que o Ornitorrinco já estivesse mesmo lá no texto do Roberto, quando Chico o leu pela primeira vez, em

4 Os resultados do colóquio “Um crítico na periferia do capitalismo”, realizado em agosto de 2004, na Universidade de São Paulo, foram posteriormente reunidos em livro: Maria Elisa Cevalco e Milton Ohata (orgs.), *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz* (São Paulo, Cia. das Letras, 2007).

5 Francisco de Oliveira, “Um crítico na periferia do capitalismo”, em: *Um crítico na periferia do capitalismo*, cit., p. 149.

1994, ele não o reconheceu. E que quando, num segundo momento, o identificou, não gostou do que viu – achou um bicho feio, de maus bofes – e virou a cara. Esse o desencontro que me interessa explorar.

Há uma espécie de percurso intelectual paralelo entre nossos dois autores, Roberto Schwarz e Chico de Oliveira. Um primeiro marco nessas trajetórias paralelas – que em um determinado momento ameaçam convergir, e finalmente convergem lá no início do século XXI – se encontra na última palavra dada numa polêmica da nossa Tradição Crítica. Refiro-me ao famoso debate a respeito do dualismo brasileiro: isto é, a coexistência ou coabitação desconforme entre o moderno e o arcaico, como se dizia desde que o país é país. A reflexão que encerrou esse debate – ou que lhe abriu portas novas – foi dada simultaneamente pelos nossos dois autores no ano de 1972.

Foi o ano em que Chico de Oliveira publicou um texto que foi um epitáfio da visão dualista do Brasil e ao mesmo tempo uma espécie de certidão de nascimento de uma possibilidade de superação, em virtude da recém-identificada simbiose demoníaca entre o antes e o depois na história econômica e social do Brasil – afinal, ambas estavam conjugadas e uma poderia servir de escada para a outra em uma eventual superação, ao lançar a luta de classes na formação da nacionalidade a outro patamar. Era essa a esperança política do diagnóstico da “Crítica à razão dualista”⁶, quando Chico criticou toda a tradição cepalina, inclusive do seu querido mestre Celso Furtado, e mudou o debate a respeito dessa dualidade clássica.

Sem que tivesse a menor notícia de que a “Crítica à razão dualista” estava sendo concluída e publicada no Brasil naquele momento,

6 OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica a razão dualista. *Cadernos CEBRAP*. Centro Brasileiro de análise e planejamento: São Paulo, v. 2, p. 4-82, 1972.

Roberto meditava em Paris sobre essa mesma tradição e chegava à mesmíssima conclusão sobre a curiosa circulação e determinação recíproca entre esses dois polos em torno dos quais, alternadamente ou paralelamente, o país gravitava – que no caso eram liberalismo e escravidão – desde ao menos o Brasil Independente, para não remontar à Colônia. Isto é, decifrando a forma literária de Machado de Assis, Roberto também sepultava – ou dava por encerrado e passava para uma nova etapa – esse debate sobre a dualidade brasileira: éramos contemporâneos do capitalismo e o capitalismo era contemporâneo daquilo que aparecia como uma anomalia estritamente periférica, que havia contribuído funcionalmente para a acumulação primitiva.

Ao fecharem seus respectivos diagnósticos, ambos estavam criticando a razão dualista exatamente na mesma época, sem que um soubesse o que o outro estivesse fazendo⁷. Os dois começaram juntos, fizeram o mesmo diagnóstico do Brasil naquele momento, viraram a página da ideia de dualidade e cravaram que estávamos em um rumo diferente. É certo que essa página já havia sido virada em parte pelo próprio golpe de 1964, que à sua maneira havia anunciado que a ideia de acumulação endógena – geração endógena de tecnologia, de moeda conversível, que nos tornaria uma espécie de nação salarial autônoma – tinha sido passada para trás. Mas por mais

7 Aliás, sou testemunha ocular da história, pois, assim que o Roberto terminou o capítulo “As ideias fora do lugar” – que é justamente a pedra fundamental do raciocínio vindouro, o início do seu ciclo machadiano – ele veio em casa e leu pa-chorrentamente durante duas horas a prosa daquele primeiro capítulo. Eu e Otília escutamos, e quando a gente escuta de supetão um texto daquele calibre a gente perde metade do que estava em jogo, as coisas vão sedimentando aos poucos.

que com o Golpe a ideia dessa construção a ser concluída já estivesse aposentada, ainda era necessário esse arremate teórico final.

Passa-se o tempo e Roberto completa o seu ciclo machadiano com a publicação de *Um mestre na periferia do capitalismo*, em 1990, sem que a hipótese que mais adiante será apropriada pelo Chico sob o nome de Ornitorrinco fosse formulada. Isto é, sem que fossem tiradas as devidas consequências da revelação de que a reestruturação produtiva do capitalismo global e inclusive a Terceira Revolução Industrial haviam de certa forma não só fechado as portas para o progresso técnico gerado endogenamente num país periférico como o Brasil, como ainda haviam mudado substancialmente seu teor da reprodução social em um momento no qual as forças produtivas e a produtividade do trabalho davam um salto exponencial que era então selado (uma verdadeira *enclosure*) por patentes, grandes corporações e países centrais – feito que de certa maneira teria abolido o nosso futuro, ou a nossa expectativa desenvolvimentista e de superação possível de todas as anomalias e barbaridades do Brasil, marcando a despedida da perspectiva de que ainda pudéssemos ingressar em uma sociedade coesa num certo sentido, em que a luta de classes pudesse ser conscientemente impulsionada como criadora de instituições democráticas. É uma concepção que se revelou ilusória *a posteriori*, mas naquela época era uma forte convicção política.

Essa revelação veio para Roberto no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, muito antes da leitura da “crítica do valor dissociação”, como gostam de dizer os adeptos do seu xará alemão Robert Kurz: a intuição de que o barco tinha naufragado pode ser rastreada na própria obra do Roberto. Mas quando ele terminou seu ciclo machadiano com a interpretação do *Brás Cubas*, a ideia de que o Brasil tinha se

inviabilizado (a expressão não é das melhores) nos termos em que até então nós o costumávamos pensar, não havia pintado ainda. Para uma contraprova dessa convicção de que continuávamos ainda no rumo para o qual nos empurrava a História e a história do capitalismo (periférico inclusive), cito apenas como exemplo um livro de 1987 chamado *Que horas são?*, no qual se encontra um capítulo decisivo chamado “A Santa Joana dos Matadouros”. No comentário introdutório ao trecho de Brecht que ele está traduzindo e apresentando ao distinto público, Roberto escreve que, entre todas as virtudes daquela peça, que é absolutamente genial – fazer poesia, raciocinando sobre crise econômica, não é para qualquer um –, está o fato de que ela tinha tudo para ecoar naquela sua conjuntura atual. De fato, tratava-se de mais do que uma conjuntura qualquer – ele escrevia no início dos anos 1980, quando o processo de abertura se acelerava, a ditadura estava se esboroando, o Partido dos Trabalhadores havia sido fundado dois anos antes –, de modo que nosso crítico ainda podia dizer com todas as letras que, agora que a classe trabalhadora voltou à cena e terá voz política nesse capítulo, nós teremos todo interesse em reler essa peça, em que a classe trabalhadora aparece como a massa coral literariamente decisiva:

“Hoje o ponto de vista dos trabalhadores volta a integrar – e perturbar, pela natureza das coisas – o nosso espectro político legal. Ora, como nenhum outro, o teatro de Brecht fixou as dissonâncias e contorções que transfiguram a cultura burguesa sempre que os explorados têm a palavra, a qual por sua vez é interesseira, contraditória, inautêntica, frustra etc., pois o autor não é populista. É certo que a Alemanha de Weimar não é o Brasil da abertura, mas este quadro, com os esvaziamentos e as relativizações que ocasiona, está na ordem do dia entre nós”⁸.

8 SCHWARZ, R. *Que horas são?* São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 88.

Portanto, nossos sujeitos monetários sem dinheiro, ex-proletários virtuais, não tinham entrado ainda em cena – pelo menos não na cena mental dos nossos dois heróis pensadores. Naquele mesmo momento, voltando de uma longa estadia na França, Chico de Oliveira havia redescoberto a socialdemocracia e aquilo que ele chamou de antivalor⁹, e, portanto, uma possibilidade de que a disputa política por fundos públicos de acumulação pudesse mudar o rumo de estruturação de uma sociedade de classes em luta. Pois a luta consciente e o esforço coletivo que emanam dessa dinâmica política poderiam ensejar instituições cada vez mais inclusivas, de modo que seus protagonistas poderiam então assumir seu próprio destino. Esse é o projeto do Chico nos anos 1980 e eu diria, *mutatis mutandis* – o Roberto poderia concordar com isso ou com aquilo, aí todo mundo brigava com a teoria do valor –, todos nós estávamos de acordo, era possível.

Até que as coisas começaram a piorar. O que facilitou para nosso crítico literário naquele momento a percepção de que havia uma virada – aquela anunciada pelo seu xará alemão foi a confluência de várias coisas. Havia como que um lado A e um lado B: Chico olhou para o primeiro, Roberto para o segundo. O lado A para o qual Chico estava olhando era uma espécie de ressurgência democrática, uma espécie de primavera democrática que nós vivemos nos anos 1980 – do ponto de vista econômico todo mundo chama de “década perdida” por conta da hiperinflação, da dívida externa incontrolável etc. Mas do ponto de vista da cultura política e da democracia foi uma das décadas mais animadas e importantes da

9 OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

história do Brasil contemporâneo, que viu a formação do PT, do MST, da CUT e por aí vai. Por outro lado, sobretudo para quem tem olho literário e olho literário social, já era possível vislumbrar uma sociedade em decomposição acelerada – naquele momento, pela regência fisiológica Sarney, que representava um regime militar que ainda não havia saído inteiramente de campo, e que depois é sucedida pelo mandato destrutivo das elites encarnadas pelo Collor em um cenário marcado por hiperinflação, o narcotráfico comendo solto e o surgimento de uma nova figura da violência urbana em um Brasil democrático. Esse lado é registrado em um romance chamado *Estorvo*¹⁰, e Roberto, com o olho clínico dele, identificou que algo ali estava dando para trás. Ele estava com o espírito armado e as categorias mais ou menos encaminhadas, de modo que, quando leu essa triste notícia de que a decomposição havia começado, essa ficha caiu: ela começa não pelo centro, como havia imaginado o “barbudo”, mas pela periferia, e da periferia transborda para outra semiperiferia que era a União Soviética, e mais cedo ou mais tarde vai bater no centro – essa estruturação produtiva vai inviabilizar países e sociedades inteiras, essa inviabilização de sociedades fracassadas, derrotadas, as obrigará a se reproduzir de outra maneira¹¹.

Quando Roberto anunciou essa visão, Chico inicialmente a repudiou, insistindo que o processo continua. Afinal, ainda haveria para ele uma revolução democrática em marcha no Brasil, a luta de classes no país não deixara de comportar uma espécie de fermento de autossuperação para um patamar institucional superior, em que

10 Chico Buarque, *Estorvo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

11 SCHWARZ, R. O livro audacioso de Robert Kurz. *Folha de S. Paulo*, 17 mai. 1992.

haverá cidadania ou capitalismo com direitos e cidadania. Chico continuou nessa toada durante todos os anos 1990¹², até que em determinado momento ele olhou de lado, tirou da estante o livro de seu grande amigo, releu o artigo no início dos anos 2000 e começou a enxergar aquele bichinho curioso, mistura de ave, mamífero e réptil, resultado de diversos tipos de evolução e que não é passagem para nada. Não cabe aqui esmiuçar o diagnóstico do “Ornitorrinco”, que todo mundo conhece de trás para frente, apenas sublinhar que naquele momento Chico o reconhece nos escritos de seu amigo, ao lado de quem caminhava politicamente junto esse tempo todo.

Aqui chegamos ao nosso mistério. Pois mesmo depois de ter feito esse diagnóstico no início dos anos 1990, Roberto sustentou sua nota teórica sem contudo abrir mão da nota prática, acompanhando politicamente as esperanças do Chico de Oliveira, de que ainda pudesse haver uma superação milagrosa nessa luta de classes travada pela degradação do mundo do trabalho que ele começa a descrever em “O ornitorrinco” a partir da famosa e enigmática universalização do trabalho abstrato – que até agora ninguém sabe o que é –, essa fusão de trabalho formal e informal e de todos os tipos de degradação no mundo do trabalho, sem falar na degradação do mundo político.

É nesse momento que nossos dois autores convergem e começam a tirar conclusões diferentes a respeito dessa identificação de zoologia aplicada que está aí viva e saltitante de um lado para o outro¹³. Chico começa uma espécie de anatomia daquilo que

12 OLIVEIRA, F. de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

13 Já aviso que não posso me estender sobre isso, mas é um assunto sobre o qual recomendo que os futuros pesquisadores da história política intelectual da Tradição Crítica brasileira se debruçem.

pedantemente se chamaria de “biopolítica”, “biopoder” ou “administração de populações supérfluas numa sociedade derrotada”, como ele diz. E Roberto, por sua vez, de maneira mais cética, à la Montaigne, segue por comparação de desgraças – a desgraça da “administração da pobreza” que estamos administrando agora é menor do que a desgraça eventual sem essa administração – e, por assim dizer, baixa suas expectativas políticas sem abrir mão das suas convicções teóricas a respeito dessa implosão. De modo que, do ponto de vista político, a conclusão mais contundente é do Chico, porque ele já está anunciando que essa gestão da pobreza deve estar gerando um monstro que não sabemos ainda o que é.

2.

Aqui entramos propriamente no nosso segundo ponto, a saber, a enormidade do raciocínio do Chico de Oliveira naquele momento, ao fazer o diagnóstico do “Ornitorrinco”. Chico tem o topete (isso é com ele mesmo), a ousadia, a desinibição de lançar essa pequena bomba seis meses depois da inauguração do novo governo democrático e popular que muitos imaginavam ser uma espécie de encaminhamento de uma eventual redenção nacional. Mal inaugurado o primeiro mandato do presidente Lula, Chico já dizia que aquilo ali não iria dar certo. Comete, na verdade, duas heresias. Com poucos meses de governo ele já vislumbrava uma estratégia assentada: não cavalgávamos nenhum tigre, mas um bichinho estranhíssimo, que não é nada, nem desenvolvido nem subdesenvolvido, nem pobre nem rico, em um cenário no qual o trabalho está assumindo tais e tais formas, e portanto o que virá pela frente será tudo, menos aquilo que se esperava nos anos 1990. Não só ele diz essa enormidade, como

emenda a segunda heresia: a Era Lula e a Era FHC que a precedeu compõem juntas um só período ornitorrinquico.

Nada mais equivocado, portanto, do que dizer que o Ornitorrinco nascia na véspera de publicação de seu artigo. Pelo contrário, Chico reconhecia que aquela anomalia zoomórfica vinha de longe e coincidia com o diagnóstico daquele seu amigo crítico literário que em princípio não entendia das coisas que se passam no mundo real, como diziam seus desafetos: abrange o período que vai de 1994, ou, se quisermos recuar até Itamar, quando tudo começa em 1992, desde o *impeachment* de Collor até o *impeachment* da Dilma, quando tem início nosso último capítulo. A cifra desse mesmo período, entendido como um bloco só, é a constituição de uma nova classe dirigente que tem um lado A e um lado B – um lado tecnocrático banqueiro financista e um lado sindical, que tem acesso ao mapa da mina dos fundos públicos, nos termos de Chico. É essa nova classe, que em parceria alternada governa a sociedade aberrante, sem perspectiva de saída endógena, que era ali batizada de Ornitorrinco.

3.

Citadas essas duas constatações chocantes que o Chico fez naquele momento, passo a concluir com uma terceira, que agora aplico ao nosso tempo. Trata-se do período em que Chico já não está mais presente e poderíamos consagrar toda uma sessão para discutir como é que se deu a metamorfose do Ornitorrinco nisso que ele se tornou agora. Afinal, como foi que aquele bichinho simpático, que já era um fim de linha, se transformou agora numa monstruosidade social? O que é esse monstro? Ele atende ainda pelo nome de Ornitorrinco? É o Ornitorrinco plenamente realizado? É o que temos que discutir neste momento.

Ora, se os intérpretes do Ornitorrinco têm razão, o bichinho traria consigo a lógica de sua própria metamorfose. Um economista (Daniel Feldmann) e um cientista político internacional (Fábio Luis Barbosa dos Santos) escreveram recentemente um artigo que traz um conceito muito interessante: a ideia de contenção que acelera¹⁴. Eles entendem, tal como Chico, que falava em gestão das populações descartáveis e controle do mundo de trabalho degradado, e tal como Roberto, que falava em administração da pobreza, que o modelo de administração de uma sociedade à beira da desintegração resumia-se a comprar tempo com dinheiro. Não vou retomar aqui a origem deste termo¹⁵, mas basta lembrar o já citado artigo de 1994, “Fim de século”¹⁶, em que Roberto Schwarz descreve a “lógica da desintegração” que caracteriza nosso atual modo de reprodução social. Pois justamente segundo o esquema mencionado, de Gabriel Feltran, passamos a adiar a desintegração social comprando tempo com dinheiro, isto é, irrigando as periferias – e não só as periferias sinistradas – com transferências monetárias diretas e indiretas.

14 Daniel Feldmann e Fábio Luis Barbosa dos Santos, *O médico e o monstro* (no prelo).

15 Título de um livro de Wolfgang Streeck, *Tempo roubado: a crise adiada do capitalismo democrático* (trad. Marian Tordy e Teresa Toldy, São Paulo, Boitempo, 2018), que, no entanto, não estou empregando em sua acepção original, mas torcendo-o na direção do argumento desenvolvido pelo sociólogo Gabriel Feltran, no artigo “O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”, *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, set./dez. 2014, p. 495-512.

16 Roberto Schwarz, “Fim de século”, comunicação apresentada no colóquio sobre “As culturas do fim do século na América Latina”, na Universidade de Yale, em abril de 1994. Publicado originalmente em Josefina Ludmer (org.), *Las culturas de fin de siglo en América Latina* (Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1994) e depois colhido no volume do próprio autor *Sequências brasileiras* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999).

Endividamento, consumo endividado, capital humano endividado, microempreendedor endividado irrigado por crédito a perder de vista: essa é a maneira de conter a desintegração, essa é a política de controle do Ornitorrinco. Ora, ela gera um dique de proteção, e esse dique ao mesmo tempo estava acelerando essa sua metamorfose monstruosa, que nós estamos vendo agora. Essa é uma possível explicação para a mutação com a qual nos defrontamos hoje.

Nossa primeira tarefa para levar essa investigação a cabo começaria pela morfologia, pela anatomia dessa nova reencarnação do Ornitorrinco: onde está a patinha dele espalmada, onde está o bico de pato, onde está o rabo de pato, onde está o ferrão do macho, tudo aquilo que é descrito na epígrafe do Chico. Onde é que eles estão? Teremos assim uma fusão patológica ou teratológica de um bico militar, uma patinha miliciana, uma mama teocrática da qual escorre leite e os filhotes são alimentados, e um ventre dilatado que é o fisiologismo, chamado “centrão” – fisiologismo juntando com milícias, militares, teocracia e uma família reinante delinquente.

O que é esse monstro? Como ele foi gerado? Ora, ele foi gerado no ventre do Ornitorrinco: trata-se do Ornitorrinco 2.0, não há a menor dúvida. Chico diagnosticou isso. Ele só não imaginava que fosse possível que esse mecanismo de controle de populações pudesse sair do controle. Acontece que esse controle de populações é tão forte que ele se reconfigura. Por mais monstruosa que seja a configuração atual, ela é uma espécie de decalque demoníaco da forma anterior do Ornitorrinco. Tanto é que hoje já está se falando em microcrédito, microcrédito para os microempreendedores, transferência de renda e por aí vai. Portanto, não conseguimos romper esse ciclo infernal que agora assume a forma de uma espécie de mimetismo satânico da fase ornitorrinquica anterior, que não começou na Era Lula, já se fazia presente na Era FHC e cuja sementinha – claro, descontada

a dinâmica das forças produtivas capitalistas que degradaram e tornaram possível essa reprodução do trabalho como estamos vendo agora – já tinha sido plantada pelo Banco Mundial com suas chamadas políticas compensatórias.

Uma das profecias controversas do Chico a respeito do Ornitórinco é justamente o que ele chamava de universalização de trabalho abstrato, que se tornava portanto indistinto, tanto faz se formal ou informalizado. Ora, há dois artigos muito bons de dois jovens sociólogos que nos dão pistas para desvendar o que está ocorrendo nesse sentido. O primeiro, de uma pesquisadora chamada Ludmila Abílio, que tem escrito muito sobre uberização e capitalismo de plataforma¹⁷. O segundo, de um pesquisador chamado Henrique Costa, que escreveu sobre trabalho e empreendedorismo dos pobres na pandemia¹⁸. Referindo-se diretamente ao modelo do Ornitórinco, ele aponta como na crise que estamos vivendo atualmente estaríamos constatando uma centralidade negativa do trabalho, tornada visível como uma espécie de retrato negativo, justamente quando se retira o trabalho das pessoas, seja por infecção, seja por contágio, seja por *shut down* de todas as atividades econômicas. O trabalho abstrato, portanto, se universalizou, mas nessa forma “sem forma” que estamos vendo, e nisso se confirma pela pesquisa de Henrique Costa uma das profecias de Chico de Oliveira. Isto é,

17 ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? *Revista Contracampo*, v. 39, n. 1 (2020): Trabalho de Plataforma. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, 2020, p. 13-26.

18 COSTA, H. Entre o *home office* e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia. *DILEMAS – Revista de estudos de conflito e controle social*, Reflexões na pandemia de 25/09/2020. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. p. 1-19.

se antes, na época da “Crítica à razão dualista”, Chico mostrava a funcionalidade do chamado “atraso” em relação ao moderno, no ornitorrinco de agora vemos uma nova dinâmica que não reproduz o que era herdado, mas antes produz essa nova selvageria de um mundo do trabalho caracterizado por uma intensificação de um trabalho aparentemente supérfluo, na medida em que a criação do valor já não depende essencialmente dele – e daqui outra corrente vai também tirar suas próprias conclusões desse mesmo esquema.

Bom, vou ficar por aqui. É isso. É a minha homenagem ao Chico, meu tributo ao Chico: o Ornitorrinco virou um monstro – a ponto de acharmos que o anterior era um bichinho simpático. Chico, se você estivesse vivo, o que você faria?

A Dialética de um Mestre

Wolfgang Leo Maar¹

I.

Francisco de Oliveira desenvolveu uma presença política múltipla na realidade do país, por sua atuação militante, por sua intervenção teórica e por seu espírito formador.

Vi Chico de Oliveira pela primeira vez como palestrante, em 1972 ou 1973, quando frequentei um curso de pós-graduação em política de Francisco Weffort na recém-rebatizada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Parecia Karl Marx, ou ao menos como naqueles anos de chumbo imaginávamos que o “Mouro” seria. Seu nome fora passado por um amigo que, como ele, era então professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. Atraiu a atenção pelo seu famoso artigo “Crítica à razão dualista”, que acabara de ser publicado nos *Cadernos Estudos* do Cebrap, em 1972. Vim a saber depois que organizava um grupo de discussões sobre *O Capital*, o que o levou à prisão em 1974.

¹ Wolfgang Leo Maar é filósofo, professor titular da Universidade Federal de São Carlos.

O conhecimento pessoal aconteceria no final de 1974 ou início de 1975, por ocasião da fundação do semanário *Movimento* por um grupo dissidente do *Opinião*, de Fernando Gasparian. Foi o período da chamada imprensa alternativa, que não era apenas veículo de informação e comunicação, mas também militância e organização e, sobretudo, discussão com afiado conhecimento crítico da realidade brasileira, tão ausente da militância carente de uma “teoria do Brasil”. Trata-se da construção de conscientização e atuação políticas vinculadas a um projeto social alternativo ao autoritarismo ditatorial e sua sociedade excludente e autocrática. Chico era um dos líderes intelectuais desse projeto. Estava – junto a Celso Furtado, FHC e outros tantos – no Conselho Editorial do jornal e se distinguia por ser extremamente acessível a nós, colaboradores, que assistíamos às reuniões, salvo engano, aos sábados. Após mais ou menos dois anos, o *Movimento*, conduzido por Raimundo Pereira, produziu duas novas dissidências: *Em Tempo*, dirigido por Flávio Andrade e Bernardo Kucinski, e *Amanhã*, liderado por Chico de Oliveira, do qual participei e que teve apenas três números, publicados em 1977. Esse período foi muito formativo, com suas discussões, primeiro internas ao *Movimento*, depois em relação ao que fazer, com nova separação de grupos. Nessas intensas reuniões, pude conhecer e sobretudo aprender com Chico de Oliveira.

Munido dessa formação política assentada na realidade brasileira, fui editorialista do jornal *Aqui São Paulo* em 1977, a convite de Samuel Wainer. No mesmo ano, Cláudio Abramo criou e organizou a seção “Tendências e Debates” na *Folha de São Paulo*, para a qual convidou Chico e alguns jovens como eu, para meu grande orgulho. Devo essa ao período de formação de que Chico foi a referência. “Tendências e Debates”, onde publiquei quase uma centena de artigos, foi o primeiro espaço de crítica política, social e cultural pública na

grande imprensa nacional, fundamental para a desconstrução da ditadura e a construção democrática do Brasil.

Na época, eu estava no Comitê pela Anistia, na Assembleia Legislativa de São Paulo, e no movimento que resultou na criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, participando das Conferências da Classe Trabalhadora, as Conclats, que resultaram na criação da CUT. Encontramo-nos também na criação do PT, onde Chico era um forte entusiasta da estrutura de núcleos partidários, menos burocratizados que os diretórios, com permanente participação militante e abertura para a base social.

Chico sempre foi personagem de proa nas formulações programáticas nas campanhas do PT desde a campanha para o governo estadual, e na campanha *Diretas Já*. Foi muito ativo nos Comitês para as campanhas presidenciais até o primeiro governo Lula. Organizou a elaboração de um projeto de reforma política para este primeiro governo do PT.

Nos primeiros meses do governo Lula, em 2003, Chico, ao lado de Antonio Candido (só no início), Paulo Arantes, Fábio Comparato, Paul Singer, Roberto Schwarz, Maria Vitória Benevides, Claudineu de Melo e uns tantos outros, se reunia num grupo dos mais relevantes intelectuais do PT e seu entorno, que me incluía, para encontros quinzenais com Paulo Vanucchi. O objetivo era discutir os rumos políticos, na tentativa de manter um espírito crítico propositivo, sustentado em políticas públicas para o governo.

Chico, Fábio Comparato e Paulo Arantes abandonaram as reuniões com as primeiras decepções geradas pelos rumos do Banco Central, pela política econômica conservadora, pela reforma da previdência pública, bem como pela timidez com a implementação de mudanças estruturais. Os encontros com esse grupo de intelectuais

críticos e “inorgânicos”, que vinham da campanha eleitoral, terminaram após cerca de seis meses. Cito isso aqui para explicar minha entrada no Cenedic. Eu fora convidado para uma das primeiras reuniões do recém-criado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para discutir a reforma da previdência. Chico se interessou e me convidou para falar dessa experiência, no que foi minha primeira reunião no Cenedic em 2003. Fiz um relato, resumido por ele em “O Momento Lenin”, publicado em *Novos estudos Cebrap* e em *A era da Indeterminação*: “é o retrato da sociedade que o PT e Lula pensam que existe e querem que exista” (Oliveira, 2007, p. 270). Essa *centralidade da questão da sociedade* nas preocupações de Chico de Oliveira conduz à segunda parte de minha intervenção.

Nesse trajeto da minha interação com ele, aparece o Chico militante, o Chico formador, o Chico teórico.

II.

Não existe melhor homenagem a um pensador do que a continuidade de seu legado. É preciso explicitar suas contribuições, porém mais relevante ainda é levar em frente, pela discussão, o *espírito* da reflexão apresentada.

Trata-se de continuar a pensar e de pensar adiante, pensar além, tal como Chico de Oliveira o faria. Adiantar-se à prática levando em frente a sua perspectiva, os problemas apontados, os novos assuntos assim propostos, os prismas que possibilitaram aproximações diversas de velhas questões, para expor as vias abertas ou fechadas em relação à realidade brasileira.

No âmbito da reflexão teórica contemporânea acerca da realidade brasileira, Francisco de Oliveira legou contribuições definitivas

ao apreender, decifrar e apresentar os difíceis nexos entre política e sociedade em nosso país. Ou seja: nexos entre humanos que fazem a sua própria história, embora não a partir de sua livre escolha e nas condições impositivas legadas do passado com que se deparam, conforme a formulação famosa do *18 de Brumário* do “barbudo”, como o chamava carinhosamente nosso sociólogo.

Chico alcançou resultados exemplares no que se refere às *formas sociais* e históricas da nossa sociedade atual em suas relações com a dinâmica política e social. Eis o enorme mérito de seu originalíssimo percurso intelectual, desde a publicação de *A Crítica à razão dualista*, dos idos de 1972, até *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil*, de 2006.

Roberto Schwarz conferiu a Francisco de Oliveira o perfeito e mais do que apropriado título de “Mestre da Dialética”. Essa “dialética magistral” precisa ser exposta a partir da investigação de como ela se expressa na sequência da obra. Cumpre apreender os seus elementos constituintes e a dinâmica de suas inter-relações, as dimensões do contexto em que aparece realmente, bem como, sobretudo, os potenciais assim desvelados, pois por certo ela não se esgotou e continua viva.

Em seu *Prefácio com perguntas*, Schwarz situa com clareza a dialética na obra de Chico: de início aparentemente ausente, numa apreensão da sociedade brasileira “considerada mais no que veio a ser, do que nas suas chances de mudar” (Oliveira, 2003, p. 12). E, posteriormente, como dialética agora imobilizada, com a ausência da “perspectiva de autossuperação” (p. 18).

Em Chico de Oliveira a dialética não é uma abordagem metodológica heurística; seu âmbito refere-se à dinâmica própria da realidade social em sua efetividade. Isso se evidencia, por exemplo,

no final de *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil*, onde é explicitada no contexto de uma configuração real, no caso em questão a habitação. Para nosso autor, situações que se contrapõem aparecem nesse plano em duas perspectivas: ou ocorrem em um processo de superação, mediante o qual dão lugar “a uma nova e superior contradição”, ou então se processam como rebaixamento dos problemas, “utilizando-se formas precárias, arcaicas, regressivas” que não formam contradições e constituem “falsas soluções” (Oliveira, 2018, p. 77). Em vez de haver transformação, existiria assim até mesmo um reforço do vigente. Já podemos vislumbrar aqui a gênese da ideia de hegemonia às avessas.

O ponto central nessa abordagem da “dialética negativa” é a ausência de determinação “positiva” do desenvolvimento da luta de classes, isto é, do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que implicaria uma transformação das relações de produção. Uma determinação dialética positiva é a exposta por Engels ao se referir ao período do segundo império de *Louis Napoleon*. O forte avanço do processo de acumulação apoiado pelo autoritarismo do regime também gerou um crescimento do contingente de assalariados e de suas organizações, refletindo-se “positivamente” na luta de classes com suas contradições e, portanto, na potencial transformação histórica da sociedade (Marx, 2011a, p. 188s.).

Este não é o caso no Brasil, onde “o capital perde o efeito civilizador que pudesse ter” (Oliveira, 2003, p. 13). Numa paráfrase de Walter Benjamin, pode-se dizer que, no lugar da boa sociedade de sempre, estão em pauta as suas formas sociais novas e perversas (Benjamin, 2015, p. 464).

A sociedade, como se encontra exposto em *O Ornitorrinco*, é uma forma social desprovida de “remissão” endógena. A dinâmica

social *pode* regredir de uma sociedade munida com seus nexos de reconhecimento mútuo, para formas sociais degradadas, uma verdadeira “semisociedade” constituída por coletivos de indivíduos com comportamentos desprovidos de representação pública e coletiva e de consciência de si. Nesse contexto, já não haveria uma dinâmica positiva para as contradições de classe, elas próprias obstruídas.

O âmbito da dialética é a realidade social. Realidade cuja apreensão, como Chico de Oliveira insistia sempre, exige levar em conta ao mesmo tempo três dinâmicas e suas inter-relações. A *dinâmica do capital*, a *dinâmica da luta de classes* e, por último, mas não menos importante, a *dinâmica da sociedade*. Ou seja, a dinâmica das condições sociais e históricas concretas em que se dá o jogo de força das contradições de classe entre capital e força de trabalho.

Dar relevância à apreensão da sociedade junto à abordagem dos movimentos do capital, da luta de classes e de suas interações, significa enfatizar a sociedade como um pressuposto à parte, nem que ela constitui uma realidade inerte, eterna condição para a vida social e política. Ela se forma, com intensa interação, no mesmo bojo dinâmico da produção e reprodução material da realidade.

Essa é uma perspectiva de grande originalidade nas análises da realidade brasileira, a diferenciar o prisma de nosso sociólogo daqueles prismas centrados basicamente nas dinâmicas localizadas *na* sociedade. Nesses últimos, haveria pouca ênfase no nexo entre a dinâmica interior à sociedade e o processo que resulta na produção *da* sociedade ela própria. Marx advertira para esse problema: “Os economistas, enredados nas ideias capitalistas, veem sem dúvida como se produz *no interior* da relação capitalista, mas não como se produz esta relação, nem como, simultaneamente, se produzem nela as condições materiais de sua dissolução” (Marx, 2004, 138).

A perspectiva dinâmica facultou a Francisco de Oliveira uma apreensão refinada das difíceis relações entre sociedade e política. O âmbito da dialética não é “a” sociedade, mas se encontra no plano da “produção da sociedade” como uma forma social determinada historicamente. Assim, por exemplo, quando leva em conta a forma social, Chico com frequência refere-se a “sociedades”, como quando remete às “sociedades da periferia capitalista”. Essa é uma diferenciação fundamental para a compreensão de suas análises.

Ao afirmar que “o ornitorrinco capitalista é uma sociedade desigualitária sem remissão”, por excluir dialética e política, Chico teve o cuidado de explicitar as possibilidades internas ao formato social: “não há a possibilidade de permanecer” (...) nem “a possibilidade de avançar” (Oliveira, 2003, p. 150). Mas o “ornitorrinco” é uma sociedade da periferia capitalista; é uma forma social determinada. Assim como o liberalismo e o neoliberalismo representam determinadas formas sociais históricas, as quais obstruem a política com o fim de se perpetuarem. Esses são os termos com que termina *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil*:

“Na longa trajetória em companhia do capitalismo, o liberalismo realizou a façanha de retirar da política seu caráter agonístico de decisão, nos termos de Carl Schmitt. Na periferia, o neoliberalismo completou o círculo; a política se tornou irrelevante, uma ‘conversa sem fim.’” (Oliveira, 2018, p. 77).

A forma social – liberal ou neoliberal – é vinculada diretamente à política ou a sua ausência no âmbito das relações de classe. O caráter de decisão da política seria retirado dessa “forma social” da sociedade. Mas essa é “a realização de uma façanha”, ou seja, é fruto da política numa outra dimensão: justamente aquela da produção dessa forma social, o liberalismo como sustentáculo da racionalidade capitalista.

A tríplice perspectiva foi adotada por Chico “para se alcançar a saturação histórica do concreto”, isto é, “apanhar a multiplicidade de determinações” do mesmo. Como explicou em *O Elo Perdido*, seria um modo de evitar a aplicação abstrata de modelos em que “a divisão da sociedade e as classes constituem um dado, um pressuposto, quando a rigor são um produto das relações antagônicas e de seus movimentos de reprodução” (Oliveira, 1986, p. 10-11).

Foi justamente essa “saturação histórica” que possibilitara a *Crítica à razão dualista*.

A análise se alimenta da investigação da própria ação cotidiana do processo de acumulação, e não provém de uma formulação prévia pressuposta. Essa é uma prova da dimensão da agudeza intelectual do nosso mestre: régua e compasso não são abstratos, mas pensados a partir do social-histórico concreto. Por um lado, não se procede conforme pressupostos desprovidos de esclarecimento no contexto concreto da própria reflexão. Por outro, não se estabelecem cadeias formais de interação entre conceitos sem levar em conta o contexto histórico, social e material real.

O modelo seguido à risca é, em primeiro lugar, o Método da Economia Política dos *Grundrisse* e da *Crítica da Economia Política* de Marx. Mas também, como destacado em *Brasil: uma biografia não autorizada*, uma reconfiguração que leva em conta os termos da dialética “negativa” de Adorno para escapar da ortodoxia e suas fórmulas. É a Teoria Crítica da Sociedade e seu primado do objeto – a sociedade capitalista – em sua captura progressiva e totalizante do social.

Essa reflexão materialista no seu melhor sentido pode ser acompanhada em seu próprio desenvolvimento. Na própria dinâmica econômica, de produção e reprodução centrada na acumulação

capitalista, geram-se formas de sociedade e de classes. Mas esta determinação material das classes não é suficiente.

“Faz-se necessário um processo de mediações (...) Esta abordagem não tem a pretensão ingênua de pôr em evidência a existência de ‘classes puras’. Muito ao contrário, posto que o problema reside precisamente na ‘impureza’, na opacidade da tessitura das relações” (Oliveira, 1986, p. 14).

São mediações institucionais, sociais, culturais e políticas que, para operar com categorias explicativas da realidade, impõem ajustes finos à apreensão das classes, sua representação e suas relações.

Classes, identidades de classe, formas de financiamento da exploração do trabalho, processos de trabalho e processos tecnológicos, formas de realização do valor, formas de submissão do trabalhador ao capital e ao Estado etc., influenciam “relações no interior das classes, entre as classes, e destas com o Estado” (Oliveira, 1986, p. 132). Assim, a sociedade não é pressuposta, mas se desenvolve junto com a dinâmica dos conflitos de classe.

Em *O Elo Perdido*, Chico mostrou a dinâmica social na passagem da sociedade liberal concorrencial para a sociedade de massas como “deslocamento da luta de classes da relação de produção *stricto sensu* para a relação social constitutiva do Estado” (Oliveira, 1986, p. 132). Desse modo, revelou como a dinâmica social impõe mudanças na forma de apreender as formas de representação de classe. Aquelas próprias do “capitalismo concorrencial já não servem para expressar as novas contradições sociais e políticas do capitalismo contemporâneo. Continuar privilegiando-as exclusivamente surtirá apenas o efeito de ‘ideias fora do lugar’” (p. 132).

A luta de classes transita do âmbito da esfera produtiva, ou econômica, para o plano do Estado, ou da política. Com essa mudança social associada ao referido deslocamento de classes, estas últimas também passam por transformações que retroagem socialmente. Tais mudanças refletem sobretudo a violência representada institucionalmente no Estado burguês, que passa a se converter numa violência desprovida de representação classista, que passa a condensar a luta de classes em relações diretas de força, sem mediação jurídico-institucional.

Esse Estado máximo representa a dinâmica da sociedade como guardião da dinâmica do capital. As classes teriam sua dinâmica resultando nos sujeitos monetários. Permanecem sob a subsunção real – e não formal, porque não são assalariados – do capital. Uma sociedade pautada pela dinâmica da reprodução capitalista: seja pelos excluídos, mas sob a dependência do capital; seja por fundos públicos, mas para a privatização de interesses de classe.

O Ornitórrinco é um exemplo radical da mudança social vinculada ao deslocamento das classes. A dinâmica da acumulação capitalista “tecnológica” é tal que, como uma superexploração, supera tanto a mais-valia absoluta quanto a mais-valia relativa. As forças produtivas se desenvolvem como racionalidade tecnológica – a razão instrumental dos frankfurtianos – e nesse sentido já não se contrapõem necessariamente ao desenvolvimento das relações de produção. A fase tecnológica da acumulação prescinde da sociedade de classes democrática, com seu conflito entre forças produtivas e relações de produção. Assim, as forças produtivas já não comportam um potencial de transformação; ao contrário, contribuem elas mesmas para a estabilização da situação vigente. “A autonomia do capital no Brasil é tal que o progressivo crescimento dos direitos está fora do horizonte” (Ridenti & Mendes, 2012, p. 616). Pela organiza-

ção de seu processo de reprodução, o Ornitorrinco é avesso à sua transformação democrática.

Nesse capitalismo avançado, *a própria organização social é organização de poder*. Mesmo sem recurso à estrutura estatal, pode deter qualquer potencial de transformação. Doravante a política está no interior da questão social. Nas palavras de Roberto Schwarz, para Chico “a ideia de enfrentamento entre as classes é menos ligada ao assalto operário ao poder que ao autoesclarecimento da sociedade nacional” (Schwarz, 2003, p. 20).

Como consequência, a dinâmica do capital nessa sua configuração já não constitui uma sociedade capitalista, em que os trabalhadores estariam num contexto em que as contradições de interesses poderiam fomentar transformações da sociedade. Florestan Fernandes, a inspiração de Chico em seu movimento de dispor a política no âmbito da questão social, ainda pensava nesses termos. Para Florestan, no Brasil

“a aceleração do desenvolvimento capitalista (...) concorreu para expandir bruscamente a sociedade de classes, e, assim, para aumentar o volume e a potencialidade daquelas forças, reprimidas e represadas, mas visíveis e temidas” (Fernandes, 1975, p. 362).

Isso já não vale. Nessa medida, Chico e Florestan se distanciam. Agora o processo de acumulação já não precisa integrar, como contraditórios, os interesses dos trabalhadores. Doravante a sociedade capitalista de produção tecnológica molecular-digital forma pessoas excluídas da sociedade. A formação de valor independe da reprodução de valor de uso. Portanto, ela coloca em xeque a formação, dentro da sociedade, de eventuais potenciais de transformação

social a partir de conflitos dos interesses de classe. Ou seja: o desenvolvimento das forças produtivas conforme uma racionalidade tecnológica – instrumental, pela denominação consagrada pelos frankfurtianos – já não se contrapõe ao desenvolvimento das relações de produção. Ao contrário: serve para consolidá-las, por mais irracionais que sejam suas consequências. A rigor, essa já é a lição da *Crítica à razão dualista*: o avanço como reposição do atraso e o atraso como parte integrante do avanço dão conta de uma forma social muito particular, centrada sobretudo na preservação de sua ordem desordenadora. A anulação dos potenciais de transformação emancipadora por essa supressão do conflito, que seria baseado na contradição, tem como corolário a ausência de “remissão”. Essa é a grande questão posta no *Ornitórrinco*, como que uma decorrência lógica da *Crítica à Razão Dualista*.

A lógica do diagnóstico proposto no *Ornitórrinco* e finalizado em *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil* se sustenta na reprodução material do capitalismo brasileiro. Pela “combinação da permanente aceleração da estrutura material de produção e ‘propriedade’ dos fundos de acumulação” (Oliveira, 2003, p. 149), não se desenvolvem possíveis potenciais de representação dos interesses dos trabalhadores.

“As forças do trabalho já não têm ‘força’ social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual, e força política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação de classe. (...) A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa ‘via passiva’ brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento” (Oliveira, 2003, p. 145-146).

Sem os “avanços nas brechas da Segunda Revolução Industrial” presentes na etapa do subdesenvolvimento e sem poder avançar rumo à acumulação digital-molecular pela ausência de bases internas de acumulação, a situação vigente caminha “com formas precárias, arcaicas e regressivas” rumo ao rebaixamento da dinâmica social aquém da formação de contradições com potencial de superação (Oliveira, 2018, pg. 77).

A “voragem da financeirização”, com a acumulação de capital a juros, absorve tudo e impede “um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular”. Com esse bloqueio se obstrui a possibilidade de uma mudança social pela formação de uma força baseada numa posição de classe contraditória com os interesses da acumulação. “O ornitorrinco capitalista é essa acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (Oliveira, 2003, p. 150). Há uma sociedade desprovida de dinâmica de superação.

Ocorre uma acumulação truncada porque até mesmo a chamada “acumulação primitiva” já não seria propriamente acumulação, mas transferência de patrimônio sob a regência do capital financeiro, tal como no caso da privatização da aposentadoria.

Em vez de ser fator de reprodução da força de trabalho, a aposentadoria seria canalizada para a reprodução do capital fictício. Aqui percebe-se claramente o curto-circuito registrado por Chico na dinâmica social, com a anulação de seu potencial transformador. Os aposentados, em vez de contribuírem para a formação de Fundos Públicos destinados a políticas públicas, participariam do processo de acumulação pela apropriação privada dos recursos desses fundos (Oliveira, 1998, p. 46).

Ou seja: os Fundos Públicos, em vez de formarem simultaneamente capital e força de trabalho (Oliveira, 1998, p. 37; Oliveira,

1986, p. 14 e 130), só geram meros “consumidores”, dependentes do capital pela relação de consumo. Uma inclusão no mercado, mas uma exclusão da sociedade e de sua dinâmica não reduzida à sua forma mercantil. Os excluídos são os chamados “sujeitos monetários”, conforme a denominação de Robert Kurz citada no *Ornitórrinco*. De fato, são sujeitos reduzidos a agentes da acumulação capitalista que apreendem a si próprios como capital.

É interessante notar como a abordagem conforme esse prisma altera também o papel do intelectual na sociedade. Para Florestan Fernandes, o intelectual deveria sobretudo colocar-se a serviço da luta de classes e de seus agentes, os trabalhadores e as massas espoliadas, para que os mesmos tomem o curso da evolução histórica em seu rumo a partir das contradições presentes na sociedade (Fernandes, 1986, p. 253). Já para Chico de Oliveira, com a obstrução da dinâmica social, caberia ao intelectual esclarecer as condições do vigente e criticá-las para ir além da sua imposição. Ao decifrar potenciais de transformação, a tarefa do intelectual agora é a crítica. Está em manter viva a possibilidade da mudança da sociedade face à sua aparente, mas ilusória, perenidade e naturalização. Adorno asseverou, logo no início de sua *Dialética Negativa*, que a filosofia permanece viva só em função dessa crítica, já que “se deixou passar o momento de sua realização”, que poderia ser a remissão racional do mundo.

A dialética persiste não diretamente no contexto do *Ornitórrinco*, mas no plano do conflito que o gerou. A dialética obstruída na formação social do *Ornitórrinco* indica um plano de gênese do mesmo, cuja dialética cabe desenredar. A forma ornitórrinco não ocorre apenas porque faltou consciência de classe das contradições que poderiam levar à mudança. Mais do que uma questão subjetiva, é uma objetividade social, uma organização da sociedade em seu processo

de reprodução, que enrijeceu o *status quo* pelo avanço tecnológico-financeiro. A sociedade também pode se mostrar sujeito. Só uma nova organização da sociedade, não direcionada apenas à extração do mais-valor, pode levar à mudança, e não um recuo à questão da consciência ligada ao processo de produção do capitalismo liberal.

O final de *O Ornitorrinco* remete, pela via do tema da acumulação truncada, a um outro ensaio de Chico de Oliveira, anterior em umas três dezenas de anos, “O surgimento do antivalor”. Nele também há uma apreensão da dinâmica econômica, porém numa outra direção. Aqui o Estado não é pensado apenas como guardião do capital, como o “comitê executivo da burguesia’ da concepção original de Marx, explorada por Lenin” (Oliveira, 1986, p. 38), mas como âmbito em que se estabelece a possibilidade de “sujeitos políticos e a prevalência dos seus interesses sobre a pura lógica do mercado e do capital” (Oliveira, 1998, p. 40). Nessa configuração, o fundo público é voltado “às necessidades da reprodução social, em todos os sentidos. Não é mais a valorização do valor *per se*” (p. 40). São necessidades sociais. “(...)Não se trata de promover educação apenas para transformar a população em força de trabalho. São necessidades definidas *aprioristicamente* como relevantes em si mesmas. (...) [Desse modo, o aumento da produtividade pode até ser o resultado, mas não é mais o pressuposto.” (p. 40). Para Chico, tal feição do fundo público até mudaria o significado da moeda, que deixaria de ser necessariamente valor, vinculado ao tempo de trabalho socialmente necessário, para ser somente “relação entre credores e devedores” (Oliveira, 1998, p. 32).

Nesse sentido, existe uma “função do fundo público como antivalor” (Oliveira, 1998, p. 46). É um efeito conjunto às necessidades da continuidade da reprodução ampliada de capital, que já não pode se dar apenas a partir de uma produção voltada ao lucro, mas

exige inversões em tecnologia, educação etc. A política hegemônica evidentemente se volta ao controle dessas inversões; o que importa porém é que há uma *possibilidade* de controlar esses controles privados mediante controles públicos (Oliveira, 1998, p. 47). Assim se desenvolveriam, em “condições de uma forma transformada de luta de classes” (p. 47), limites para o capital, isto é, forças contraditórias à sua continuidade.

O diagnóstico do *Ornitorrinco* não se aplicaria. Ao contrário: há a formação de interesses públicos a partir dessa dinâmica. Só isso basta para recomendar a leitura conjunta dos dois ensaios. Há os fundos públicos, que socializam o excedente, não constituem diretamente capital e os bens e serviços prestados por políticas públicas que eles sustentam são antimercedórias. Sua função não é gerar lucros, nem mediante sua ação se explora mais-valia. A fração do trabalho não pago se reduz socialmente. Esses “direitos do antivalor” conforme um trabalho desprovido de mais-valor ou mais-valia, como Marx assinala nos *Grundrisse* (Marx, 2011, p. 588), a rigor geram uma forma social de sociedade contraposta à forma social “ornitorrinco”.

Enfim: a produção do valor gera também sua negação. A própria dinâmica da acumulação capitalista gerou aqui uma espécie de “modelo” de socialização, de forma de sociedade “não capitalista”. É preciso pensar numa nova classe, formada não em si, nem para si, como Chico ensinou, mas na relação com as outras classes. Classe para a qual políticas públicas não são apenas salários indiretos, mas elementos que podem constituir o que Chico chamou de elo perdido entre a classe e sua identidade.

Há uma dialética gerada pelo próprio cotidiano da acumulação capitalista de nossa sociedade, gerando formas sociais opostas.

Chico lembra que “dominantes e dominados não partilham o mesmo espaço de significados”. Teríamos aqui, então, uma dialética entre dois espaços de significados gerados pela dinâmica da sociedade capitalista.

Assim, na sociedade vigente capitalista pelo espaço de significação dominante, a solução para a falta de saída “interna” da dinâmica, de transformação da sociedade vigente, estaria na apreensão dos modos pelos quais surgem e se desenvolvem as formas de sociedade. Não bastaria procurar apenas pelo que ocorre *na* sociedade, mas seria preciso atentar à produção *da* própria formação social, do Estado, das instituições, da luta de classes. A produção do significado dessa forma de *sociedade*.

Há outro espaço de significado. Não há apenas um deslocamento de classe, mas há uma reconfiguração da “classe” como agente, coetânea à transformação do próprio capitalismo. Seria o estabelecimento de uma outra sociedade, nova. Com novas ligações e nexos, interações. Nela, as classes dominadas não seriam necessariamente sujeitos monetários. Nem os fundos públicos, capital. A contradição, a luta de classes poderia se centrar contra a imposição da dependência do capital – da ideologia do mérito, por exemplo. Os conflitos e as formas de exclusão racial, de gênero e de “cultura de mérito” são formas dessas contradições. Assim como a diversidade no acesso às políticas públicas, como na educação e na saúde etc., pode culminar em novas “ligas” – a expressão é de Roberto Schwarz – como sujeitos para a sociedade.

No final de *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil*, a “sociedade desigualitária sem remissão” retorna nos termos de uma “dialética negativa” – citada em um “uso fácil” –, com o que se quer dizer que a solução é falsa, pois repõe os

problemas num estágio inferior à própria contradição. A possibilidade é anulada. A seguir, Oliveira finaliza o texto com uma referência ao liberalismo que “realizou a façanha de retirar da política seu caráter antagonístico, de decisão (...). O neoliberalismo se completou, a política se tornou irrelevante” (Oliveira, 2018, p. 78).

Penso que aqui encontramos uma chave que permite dispor em um lugar mais adequado o que é formulado no *Ornitórrinco*. Este finaliza como uma situação aparentemente sem saída, no sentido de estática. Finalmente haveria o retorno do sempre idêntico e a suspensão da dinâmica social.

O Estado conforme sua apreensão liberal de fato retira a esfera econômica da interferência política. Trata-se de um campo ao qual se impõe uma despolitização pela via do Estado: espaço privilegiado de uma naturalização da dinâmica capitalista, necessária à continuidade do processo de acumulação. Fica claro assim que nos encontramos em um plano disposto numa “longa trajetória de companhia do capitalismo” pelo liberalismo. Estamos *na* sociedade assim delineada. Porém no neoliberalismo a política já não se institui só pelo Estado, mas sobretudo pela organização social do poder na produção do valor, “*Leviathan* no verso e *Behemoth* no reverso” (Fernandes, 1975, p. 359). Florestan Fernandes diria que ao Estado autoritário se soma a autocracia fascista social. Gabriel Cohn explica que aqui autocracia “não é sinônimo de autoritarismo – pois este corresponde a uma forma de exercício de poder e não de sua organização na sociedade” (Cohn, 2004, p. 404). A política está presente na questão social. O próprio social neoliberal como organização do poder – e razão do mundo – é político.

O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil retoma a política; a ausência de remissão só é uma necessi-

dade nesta forma social de sociedade. Pensar a política sem decisão econômica: liberalismo. No contexto econômico, não há escolha. Mas o contexto econômico como plano dominante é uma escolha.

A lembrança da dialética negativa permite repor os termos da dinâmica da sociedade. Para Adorno, a dialética negativa é sempre crítica: a implicação do “negativo” é crítica em relação ao “positivo” fático vigente. A razão não é configurada como determinante, necessária. Seu plano é a possibilidade: utopia. Conforme Adorno, a sociedade não é uma totalidade coerente dedutiva: “O todo é o não verdadeiro” (Adorno, 2008, p. 46). A racionalidade convive com a irracionalidade. A razão é aporética e não impõe desenvolvimentos objetivos necessários. Mas implica possibilidades concretas de múltiplas determinações, cuja realização só se dá conforme condições políticas objetivas.

A centralidade essencial do processo de acumulação no capitalismo não significa uma orientação única e necessária do processo de evolução.

“O processo vital de fundo é, por certo, um processo econômico. Mas, nas leis econômicas, o mesmo já se encontra estilizado num sistema de operações rigorosamente racionais, que é adotado tanto mais insistentemente como esquema explicativo, quanto menos realização efetiva tem encontrado” (Adorno & Horkheimer, 1971, p. 37).

O primado do objeto, as relações de produção, avançam em sua imposição sobre as forças produtivas e sua racionalidade; cresce a imposição social sobre o âmbito do sujeito.

Nessa medida, não há um caráter desanimador nas formulações de Chico. Elas são um sinal de alarme para interromper um rumo ameaçador. A constatação da perda da possibilidade de um

ordenamento racional, humano, constitui o primeiro passo para uma mudança possível: é assim que Adorno termina o artigo “Sociedade” (Adorno, 1998, p. 19). A mudança não é só uma reação, mas uma resposta, cujos termos não são apenas reativos, mas ativos, e acompanham uma dialética “negativa”. Numa concepção dialética de sociedade, esta, enquanto é objeto, também pode ser sujeito, como visto anteriormente. A organização da sociedade, como objetividade social, pode afetar as relações de produção, como demonstra a acumulação do antivalor.

A aparência sombria e pouco animadora decorre da obstrução da dialética. Dialética não considerada no contexto do *Ornitórrinco*, mas no contexto do conflito que o gerou. A dialética obstruída ou imobilizada na formação social do *Ornitórrinco* indica um plano de gênese do mesmo, cuja dinâmica cabe desenredar.

No final do ensaio, a política é retomada como “ação agonística” de cunho decisório. O “agonístico” é a decisão política ausente na sociedade presente, mas imanente ao próprio processo social de reprodução da sociedade, que apaga seus traços. Continuidade e ocultação que são também resultados políticos. O plano do “político” abrange simultaneamente a política e sua obstrução.

Embutida no argumento há uma distinção dos planos do político e da política. O político contempla tanto a política – ou sua “ausência” – quanto a política no interior do social, a evolução social comandada pela organização e administração dos mecanismos de reprodução do vigente. É preciso ver as condições em que isso se dá, as causas. No contexto do político encontra-se a evolução naturalizada como forma social-ornitórrinco, que tanto é produto humano sustentado numa forma de produção e reprodução material da sociedade, quanto o é a política que obstrui.

Esse é o plano que Bertolt Brecht assinalava em suas *Cinco dificuldades no escrever a verdade*: “Se quiserem escrever com êxito a verdade sobre situações graves, deverão escrever de maneira que permita reconhecer suas causas evitáveis. Reconhecendo as causas evitáveis, pode-se lutar contra essas situações” (Brecht, 1967, p. 25). É o que demonstra o momento atual, que revela com clareza um viés novo no peso correspondente às políticas públicas. Isto é, a imposição da reprodução da vida para além da reprodução do capital está posta.

Vai Passar, cantou Chico. O outro, também originário de Pernambuco.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Minima Moralia*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.
- _____. Gesellschaft. In: *Gesammelte Schriften – 8*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998, p. 11-19.
- _____; HORKHEIMER, M. *La Sociedad*. Buenos Aires: Proteo, 1971.
- BENJAMIN, W. *Ausgewählte Werke - II*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2015.
- BRECHT, B. *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COHN, G. Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, L. D. *Introdução ao Brasil*. São Paulo: Senac, 2004, p. 393-412.
- FERNANDES, F. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARX, K. *Capítulo sexto – inédito – de “O Capital”*. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

OLIVEIRA, F. de. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O Momento Lenin. In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 257-88.

_____. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.

RIDENTI, M.; MENDES, F. Do Dualismo ao Ornitorrinco. *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 601-22, set./dez. 2012.



Trabalho, economia, política e
direitos de cidadania



As inovações e ousadias de Francisco de Oliveira

Carlos Alberto Bello¹

O mestre Francisco de Oliveira teve como uma das suas mais marcantes características um pensamento profundamente inovador e ousado, e ainda muito particular, por tentar articular economia, política e sociedade como poucos fizeram no país. Meu intuito aqui é mostrar a fecundidade dos olhares do mestre sobre essas dimensões e suas articulações. Escolhi o período 1930-64 pela importância que ele tem para entender toda a nossa trajetória, e também o período pós-1994, de inflexão nitidamente distinta em relação ao período anterior à ditadura militar. Ao final, farei uma breve exposição de sua proposta teórica mais arrojada, os direitos do antivalor, que revelou ao final dos anos 1980 uma perspectiva de aprofundamento de uma então efetiva democratização da sociedade através das lutas de classe. Tentarei sugerir uma hipótese para constituir um novo momento de democratização, apesar das condições adversas.

¹ Carlos Alberto Bello é professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *Campus* Guarulhos. Pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

A virada de 1930 e a industrialização 1930-64

A crise de 1929 reflete-se no Brasil a partir do momento em que a burguesia cafeeira tornou-se uma oligarquia antiburguesa, pois o capital agrário-exportador consumia-se no seu autofinanciamento (já que a intermediação comercial e financeira dos capitais ingleses apropriava-se da maior parte do excedente) e limitava o crescimento urbano-industrial, ao drenar fundos públicos para a sustentação do preço do café e reverter as desvalorizações cambiais que estimulavam o crescimento urbano – a valorização cambial atendia aos interesses dos devedores (burguesia agrária e governo) e dos capitais ingleses, que avaliavam sua taxa de lucro pela moeda central, a libra (Oliveira, 1984, cap. 1).

A virada de 1930, contra os interesses da fração economicamente superdominante (mais de 60% do PIB vinha do café) e das convicções burguesas (fincadas no não intervencionismo estatal), não foi pouca coisa, pois contrariou os mais fortes burgueses de então, nacionais e internacionais.

Diversas transformações viabilizaram uma rápida industrialização, e elas somente poderiam decorrer de uma profunda reformulação da ação estatal, mudando profundamente a dinâmica econômica do país. Como Oliveira discutiu de forma inovadora, a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, ao estipular padrões salariais que viabilizaram o cálculo empresarial e ao fomentar a formação de um amplo exército industrial de reserva (Oliveira, 1975). A transferência de excedentes da agroexportação para a indústria deu-se através do confisco cambial e também através da ação do Estado, de continuar a comprar café, mas a preços 50% menores, desestimulando o investimento, de

modo que então os recursos fluíram para financiar os investimentos na indústria.

Mas estes não seriam possíveis sem a utilização da abundante mão de obra para expansão da infraestrutura urbana (moradia, transporte e comércio) através do setor informal, um setor atrasado social e tecnologicamente que barateia os custos desta infraestrutura e não usa os recursos financeiros de que a indústria tanto necessitava.

A ligação entre economia, sociedade e política fica ainda mais clara quando Oliveira diz que todas estas ações foram viabilizadas pelo apoio popular obtido através do pacto populista, o qual, em contrapartida, permitiu a reprodução das formas que caracterizam processos de acumulação primitiva no campo, pois, ao excluir o campo da CLT, evitou-se uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais.

Por outro lado, a realização destes investimentos industriais requeria a expansão das empresas estatais e a articulação entre a entrada de capitais estrangeiros e a expansão das empresas privadas nacionais. Tais mudanças só foram possíveis devido à autonomização fiscal e monetária do Estado, a qual também representa uma ruptura política relevante, pois a burguesia agrária, os capitais financeiros e os capitais internacionais lutavam contra esta autonomização, considerando que ela ameaçava resultar em aumento da inflação e em desvalorização da moeda nacional (Oliveira, 1984, cap. 3).

A era de indeterminação

Oliveira entende a era de indeterminação como a ruptura da possibilidade de uma dinâmica política que ligue classes, interesses e

representação (Oliveira, 2007a). Cabe esclarecer: a dinâmica política continua tendo forte conteúdo de classes, mas ela não aparece na cena pública enquanto tal, embora atualmente alguns falem de ricos contra pobres, por exemplo, ao tratar do lulismo.

A maioria da burguesia apoiou as reformas neoliberais (como privatização e desregulamentação do capital e do trabalho), as estratégias de redução da inflação e de internacionalização produtiva e financeira implementadas pelos governos de FHC, as quais, no seu conjunto, não só enfraqueceram substancialmente as já fragilizadas classes trabalhadoras (a reestruturação tecnoprodutiva iniciou-se em 1990), como provocaram profunda desnacionalização da propriedade do capital e acarretaram poderosos efeitos sobre as diversas empresas, levando Oliveira a completar sua análise da indeterminação, ao sustentar que a burguesia nacional já não manda e que o capital financeiro já se desligou de uma representação de classe.

A supremacia ideológica do neoliberalismo é salientada por Oliveira ao afirmar que a sociabilidade do individualismo, e o mercado como última racionalidade, estão sendo aceitos acriticamente. Entretanto, muitas vezes houve grande instabilidade monetário-financeira (sobre a taxa de câmbio, os juros e as contas públicas) de 1994 para cá, com recorrentes crises econômicas, sociais e políticas. Para tentar dar conta dessas crises, foi constituído um estado de exceção (Oliveira, 1999), uma sucessão incessante de movimentos *ad hoc* da política econômica, sob uma fortíssima subordinação das finanças públicas às oscilações do mercado, estreitando enormemente a possibilidade de o orçamento ser um campo de disputa política demarcada institucionalmente.

Sem essa demarcação, e face à ruptura das relações que ligavam classes, interesses e representação, a esfera política deixa de ser um

espaço onde os segmentos mais fracos pudessem ter uma significativa capacidade de se contrapor aos mais fortes. Mas as crises podem mudar este quadro.

O lulismo

A crise econômica inaugurada em 1999 abalou o governo FHC e permitiu a eleição de Lula. Oliveira avaliou que o fracasso do governo FHC e a escassa representatividade do sistema político (produto da era da indeterminação) teriam aberto a brecha para um novo estado de exceção, cujas características poderiam ser fortemente distributivistas, uma espécie de revolução em nome das classes do futuro – uma analogia com a Revolução Russa, na qual a classe operária não era majoritária na estrutura social (Oliveira, 2007).

Embora os programas petistas expressassem a elevação da questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política, o governo Lula não fomentou esta perspectiva, submetendo-se ao poder de influência ou de veto de agentes poderosos e ficando refém da lógica da autonomização do mercado.

Hegemonia às avessas

Francisco de Oliveira cunhou a expressão “hegemonia às avessas” para avaliar os governos Lula. Chama a atenção para o paradoxo de que os dominados estariam dirigindo os dominantes, transcrito nos seguintes trechos:

“Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a ‘revolução moral’ – derrota do *apartheid* na África do Sul;

eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada (...). São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a direção moral não questione a forma da exploração capitalista”. (Oliveira, 2010, p. 27)

Para chegar a esta conclusão, relembra as potencialidades positivas, ao dizer:

“A longa ‘era da invenção’ forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa-Família, que é uma espécie de derrota do apartheid. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe, e destruídas as barreiras da desigualdade”. (Oliveira, 2010, p. 24-5)

Entretanto, em seguida ele avalia que não foi este o caminho:

“Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. A pobreza, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa”. (Oliveira, 2010, p. 25)

E mais:

“Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. (...) Nas condições em que se deu, a vitória eleitoral anula as esquerdas no Brasil. Toda crítica é imediatamente identificada como sendo de ‘direita’ – que

é um termo inadequado para a defesa de um governo que tem na direita pilares fundamentais, do pequeno PP a setores do PMDB, como os de Jader Barbalho e José Sarney. (Oliveira, 2010, p. 25).

Avalio, seguindo o mestre, que o lulismo produziu passividade nas classes populares e debilitou o ideário petista que Lula e o PT protagonizavam anteriormente, ou seja, fazendo-se às avessas da direção intelectual e moral construída pelo petismo desde fins dos anos 1970. Esta conclusão é um pouco diferente, mas não antagônica à hipótese do mestre, que coloca em destaque o reforço à dominação burguesa.

Nesse momento de governo Bolsonaro, o que o mestre diria? Arrisco dizer que, com o fracasso econômico inicial do governo Dilma, a hegemonia às avessas foi para o segundo plano, e a passividade das classes populares que aquela hegemonia representava tornou-se muito relevante para a ascensão de Bolsonaro e para o êxito das reformas ultraliberais de Temer (reforma trabalhista e criação do teto de gastos) e de Guedes (previdência). Acho que os progressistas terão poucas chances se focarem suas ações na memória do lulismo, sem autocritica e sem propostas mais ousadas de redução da desigualdade.

A democracia no capitalismo: ontem e hoje

Na sociedade capitalista contemporânea, como dizia o mestre Chico em 1988 (Oliveira, 1988), o fundo público tornou-se imprescindível à reprodução do capital (inovação, exportações, empresas estatais nos serviços públicos, atualmente também valorizando-se os capitais rentistas) e da força de trabalho (aposentadorias, seguro-desemprego, saúde, educação, habitação e transporte, só para ficar

nos mais importantes itens da vida dos trabalhadores). No período entre 1945 e 1975, aproximadamente, e basicamente na Europa ocidental, o fundo público tinha caráter abrangente (não focalizado), estável (não emergencial ou sujeito a sistemáticos ajustes fiscais) e regido democraticamente, com participação ativa dos principais grupos sociais. Esta esfera pública, ou mercado institucionalmente regulado, como Chico o nomeava, propiciou o maior crescimento contínuo da história do capitalismo (4% ao ano em média, entre 1948-1973), com o Estado orientado pela busca do pleno emprego e da expansão dos direitos da cidadania.

Cabe lembrar que se tratava de lutas de classe, com sistemática competição pela regulação e pelo fundo público, porém tais lutas eram marcadas pelo reconhecimento da alteridade, sem possibilidade, ao menos até os anos 1980, de profundo retraimento da ação do fundo público quanto à reprodução do capital ou da força de trabalho.

Ao encerrar seu texto de 1998, o mestre era bastante otimista e sinalizava com uma perspectiva socialista, apesar de os partidos social-democratas já não dominarem tanto a Europa e já estarem mudando, em parte, de orientação política. Dizia ele:

“Quando todas as formas de utilização do fundo público estiverem demarcadas e submetidas a controles institucionais, que não é o equivalente ao Superior-Estado ou ao Estado Máximo, então o Estado realmente se transformará no Estado Mínimo. Trata-se da estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante. Mas os *valores* de cada grupo social, dialogando soberanamente. Na tradição clássica, é a porta para o socialismo”. (Oliveira, 1998, p. 48)

Nos dias de hoje, há pouca esperança de um avanço democrático que possa incluir interesses empresariais, especialmente quanto aos grandes capitais financeirizados e internacionalizados. Mas creio que a aposta do mestre Chico pode valer, ao menos – e isto não é pouca coisa –, para tentar criar uma espécie de esfera pública subalterna, entre segmentos de esquerda e centro-esquerda hoje atuantes em diferentes partidos e movimentos sociais.

Imagino, e gostaria de acreditar que seria viável, que assim poderia haver a construção de um projeto de hegemonia a partir dos de baixo, uma aglutinação de forças que pudesse apontar para a criação de um país minimamente digno e democrático, quem sabe para mais do que isto.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. Seleções Cebrap 1, São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. O surgimento do antivlor. In: OLIVEIRA, F. de. *Os direitos do antivlor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 19-48.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (orgs.). *O sentido da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 55-81.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007a, p. 15-45.

____. O Momento Lenin. *In*: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007b, p. 257-287.

____. Hegemonia às avessas. *In*: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010, p. 21-27.

Direitos da cidadania e seu fundamento materialista

Leonardo Mello e Silva¹

A relação de Chico de Oliveira com os direitos de cidadania está relacionada à sua reflexão sobre o *Welfare State*. Não está relacionada a uma reflexão sobre a democracia, ou à teoria democrática, como fazem os cientistas políticos. Os direitos da cidadania traduzem o reconhecimento de atores coletivos em contexto de um capitalismo que socializa mais e mais a riqueza pública. Essa socialização é paradoxal, pois que, em se tratando de capitalismo, sua apropriação privada é desigualmente distribuída. Mas o chamado “fundo público” comparece inevitavelmente tanto no investimento do Estado – como é óbvio –, quanto no investimento privado. Dada a *escala* necessária para ativar o circuito produtivo, e dado o papel de *sinalizar* uma certa previsibilidade nas condições de acumulação, absorvendo certos riscos próprios dos empreendedores, o fundo público é um

1 Leonardo Mello e Silva é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Este texto resulta de intervenção no Seminário organizado pelo Cenedic em homenagem a Francisco de Oliveira, 13 de novembro de 2020. Foi mantido o tom coloquial da exposição, com pequenos ajustes para a compatibilização da forma escrita, e algumas adições para aclarar o sentido, que permanece o mesmo. O título é *post-festum*.

componente fundamental da iniciativa privada em condições de capitalismo do pós-guerra.

“Fundo público” não é o mesmo que Estado, pelo que uma análise institucionalista pode perdê-lo de vista. “Fundo público” pode estar presente em fundos de investimento, públicos e mesmo privados (pense-se em subsídios diretos ou benefícios fiscais), portanto não se confunde empiricamente com uma *empresa* ou corporação. “Fundo público” está presente nos títulos da dívida pública, que é uma facetas da moeda. “Fundo público” comparece também em todos os momentos da chamada “desmercadorização da força de trabalho”, por meio da absorção de parte de seus custos de reprodução: saúde, educação, transporte, cuidado, até mesmo cultura. Ao contrário do que se costuma pensar, o “fundo público” não se contrai com o privatismo neoliberal; ele é uma tendência estrutural que só tende a crescer, uma vez que o padrão da competição capitalista é cada vez mais o de gigantes monopolistas, não entre entes privados como mônadas incomunicáveis entre si. Entre esses gigantes monopolistas e em seu interior, é difícil não encontrar um componente do fundo público – seja na forma de empréstimos, adiantamentos, vantagens fiscais; seja na incorporação do progresso técnico, que na maior parte das vezes é bancado pelo Estado, por causa da grandeza dos aportes requeridos. Em suma, o “fundo público” é um pressuposto do capital privado, de maneira que ele não pode ser subtraído justamente quando esse último impera.

A socialização da riqueza também ocorre por meio do salário – ou “relação salarial” – e isso está relacionado com o “fundo público”, porque o salário não é apenas aquele montante monetário que entra no bolso do trabalhador no final do mês, mas também aquele montante que ele deixa de gastar, ou economiza por causa do acesso aos serviços públicos, ou seja, o “salário indireto”.

Ora todo esse cenário descrito tem a ver com o processo de publicização do privado, que é uma longa tendência desde o arranjo do pós-Guerra até hoje (espécie de gênio que não volta mais para a garrafa). Do ponto de vista político, tal cenário testemunhou a consolidação das classes sociais – trabalho e capital – em um ambiente de contratação coletiva, isto é, de negociação. As chances de anulação do outro – jogo de soma-zero – estão ausentes, de maneira que tal ambiente deu ensejo a uma rica prática de negociação e de experimentos de força de parte a parte. Trata-se de uma versão dos conflitos de classe; versão regulada das lutas de classe. Se a socialização do privado é uma tendência estrutural, isso não quer dizer que ela não tenha recuos, sobressaltos, paradas. Daí o caráter dinâmico do processo, os “achados” da história. Para usar uma imagem polanyiana, uma coisa é o *sentido* da mudança e outra é o *ritmo* da mudança: o ritmo da mudança pode atrasar o desenvolvimento da tendência de fundo, mas não pode alterá-lo completamente.

O neoliberalismo, com a privatização do público, tem tentado capturar o fundo público para uma destinação não-pública, e é contra isso que os agentes, os atores coletivos, os movimentos sociais, a sociedade civil, a opinião pública, enfim, devem lutar.

Chico de Oliveira vinha trabalhando há muito tempo com esses pares – publicização do privado e privatização do público –: desde a segunda metade dos anos 1980. Sua reflexão atinge uma grande luminosidade no período do Cenedic, com a problemática do desmanche, mas já estava presente antes – na análise do significado do período Collor, por exemplo. Ali, o fracasso da estabilização da moeda está intimamente relacionado com o método antipúblico da *tabula rasa* dos interesses coletivos – que já eram fortes, haja vista a “onda das invenções” que vinha desde a década anterior. Matar o tigre com um só tiro, o golpe do yppon, as imagens mirabolantes de uma vontade

messiânica que passa por cima dos interesses organizados, só podia dar no que deu. Tratar a cidadania como ou enquanto interesse individual sem medida é pensar em termos de um contrato social velho, ultrapassado, de um liberalismo que não existe mais porque corresponde a um capitalismo que não existe mais. A cidadania do fundo público exige um outro tipo de contrato, que seja adequado a uma sociedade intransparente (para usar um neologismo), isto é, uma sociedade cujo nervo não esteja exposto a um estímulo direto do cidadão, no sentido de resposta automática e “soberana”, mas a um processamento complexo de alteridades que se medem umas às outras incessantemente. O sistema representativo pode ser uma das ferramentas para facilitar esse tipo de processamento, mas também nada vaticina que seja o único! O Orçamento Participativo nos anos 2000 podia ser uma variação (dessa vez mais do tipo “democracia direta”), assim como os acordos setoriais dos anos 1990 (agora mais próximos do estilo social-democrata do neocorporativismo). O que eles têm em comum é o experimento de uma nova contratualidade, isto é, um novo contrato social que corresponda aos movimentos tectônicos da própria infraestrutura. E o que essa nova contratualidade quer indicar é o ocaso de uma postura fáustica que Chico gostava de aproximar da ideia de “um raio num dia de céu azul”, como se tudo fosse mudar da noite para o dia, ou se a vontade iluminada do sujeito fosse capaz de virar a sociedade de ponta-cabeça. Assim era o que pensava Collor com o Plano de confisco da poupança pública em 1990; foi o que fez Fernando Henrique Cardoso quando interrompeu um rico processo de negociação dos atores coletivos, sobre como entrar na globalização ou enfrentá-la, em 1994. Ambos – Collor e Fernando Henrique – eram “modernizadores”, ambos também demonizavam o Estado – um queria acabar com os “marajás”, o outro queria acabar com a Era Vargas – enquanto a “modernidade”

na verdade estava em outro lugar. Eles concebiam a modernidade como o oposto do Estado, enquanto outros atores coletivos à mesma época estavam tentando fazer a passagem pactuada para uma nova ordem internacional, e isso de uma forma “intransparente”, isto é, sem uma revolução regeneradora, fáustica e clarividente, que estabelecesse um “novo começo”, à maneira das narrativas religiosas e salvacionistas.

Um certo mal-estar exalava de uma sociologia marxista que via nessa interpretação das coisas uma espécie de apaziguamento funcional, plausível para o Primeiro Mundo mas inviável para o Terceiro, além de levar à resignação ao invés da luta ou da mudança. Acontece que a chamada “luta de classes democrática” – uma imagem cara à literatura sobre o *Welfare State* – estava longe de significar paz social: que o diga a Greve dos Petroleiros de 1994. Que o digam as Medidas Provisórias 1029/94 (estabelecendo a PLR) e 1709/98 (estabelecendo o Banco de Horas), primeiros marcos de uma Reforma Trabalhista que vai perdurar como uma longa duração do desmonte das estruturas regulatórias do trabalho, ainda em curso (e agora radicalizada com a ideia de uma “Carteira Verde-Amarela”). É a própria disputa pelo fundo público (acicatada pela globalização) que vai acirrar mais e mais a luta de classes, e isso vai incluir todos os ciclos políticos, inclusive os dos governos petistas. Não há paz social alguma: basta ver que, quando a violência repressiva baixa a guarda, e quando as condições do mercado de trabalho estão pró-trabalhador, o ciclo de greves é retomado, desvelando uma situação estrutural de extrema pressão, contida nos momentos “normais”.

Ora, voltando agora ao terreno dos direitos da cidadania, e no contexto da sociedade brasileira em particular, pode-se entrever como a concepção de uma luta de classes democrática motivada pela apropriação do fundo público – o que quer dizer: um conflito entre a

publicização do privado *versus* a privatização do público – atualiza o velho debate sobre o papel do corporativismo estatal e da justiça do trabalho. Enquanto era o poder estatal quem definia arbitrariamente a noção de “público”, não se podia falar propriamente de “invenções” das classes sociais. Toda a ideia do “justo” – ou “medida justa” – era definida *a priori* e monopolisticamente pelo Estado e seus intelectuais organicistas. A “lei” não era fruto de uma interpelação dialógica de atores relevantes do espaço público. Pudera: toda a modernização econômico-social fora feita “por cima”; não havia, portanto, como cobrar uma cultura política democrática de que estivessem imbuídos aqueles atores. Toda a concepção tutelar dos direitos cancela a possibilidade de uma legitimidade que se conquista a partir dos conflitos. A irreversibilidade da luta de classes democrática – direitos geram mais direitos – portanto se aproxima da noção de uma caixa de Pandora, ou então de um gênio que não entra mais na garrafa. A irreversibilidade da luta de classes democrática é coetânea à irreversibilidade do fundo público – uma vez detonado e acessado, não tem mais volta, pois que não é verossímil hoje um capitalismo que não recorra a fundos públicos de acumulação (seja para catapultar o investimento, seja para evitar a crise num estilo “socialização das perdas”). Chico, aliás, gostava de lançar mão da noção de aceleração da aceleração quando se referia às novas tecnologias de informação e comunicação, e à imbricação da pesquisa científica e tecnológica com o Estado. Tais evidências foram se acumulando ao longo dos anos a ponto de tornar tudo isso uma trivialidade, hoje sustentada, entre outras coisas, pela circulação do termo “Estado Profundo”, o qual de certo modo traduz no jargão midiático uma realidade sociologicamente percebida.

Se esse diagnóstico está correto, então o propósito da classe dominante sempre fora o de minar uma sociabilidade coletiva

organizada; detonar esse senso de direitos ali onde ele surgisse. Ora, o que é tal “sociabilidade coletiva organizada” – vendo-a do ponto de vista de seu (re)surgimento – senão a articulação entre o que certa sociologia chamava de “movimento social” ou “sociedade civil”, por um lado, e “movimento operário e sindical”, por outro? Afinal, a experiência da população pobre com a moradia, a experiência da vizinhança, do consumo, da carência material, do custo de vida, dos problemas de transporte, da violência e tudo o mais era vivida conjuntamente com a experiência do trabalho na fábrica ou nos serviços precários que ocupavam essa imensa população. Era isso o que traduzia empiricamente o termo “sociabilidade”, e quando essa última ganha uma feição político-representativa, ela se torna “organizada”, constituindo então uma invenção poderosa que pode ser capaz de alterar o *ritmo da mudança*. Portanto, o desmonte perpetrado pelo neoliberalismo não só minava os pilares institucionais do Estado (a privatização das estatais, o ataque ao serviço público, a captura da dívida pública pelo setor privado internacionalizado etc.), mas visava à destruição dessa *energia* que emanava de baixo para cima: a famosa “sociedade civil organizada”. Dada a nossa herança jurídicista e bacharelesca, elitista, não era indiferente para os atores em posições de poder que tais demandas ganhassem o molde de demandas por direitos. É só olhar para o Direito do Trabalho e observar o sistemático ataque que ele tem sofrido há décadas – mesmo com todos os problemas (que não são poucos) de nosso marco legal, a CLT de 1943. É só lembrar que o Decreto que instituiu o Plano Real foi o mesmo que começou organizadamente a flexibilização dos direitos do trabalho. É só ver a tenacidade com que os empresários se opõem à regulamentação das comissões de fábrica nas empresas, item que é uma espécie de *bête-noire* da negociação coletiva entre capital e trabalho. É só

olhar para a constante da rotatividade do mercado de trabalho; a ausência de anteparos à demissão imotivada; a procrastinação dos processos na Justiça do Trabalho, cuja carência operacional aparece como estratégia deliberada para desmoralizar a noção de direitos junto à população trabalhadora; a escassez de fiscais e auditores de saúde ocupacional... A lista é longa.

Depois veio a terceirização e a nova gestão das empresas baseada no *just-in-time* da firma dita “enxuta”. Economia de custos era o mote da reestruturação produtiva, e isso significava não apenas demissões, mas uma nova relação do trabalhador com o seu trabalho, desorganizando a visão do antagonismo de classe que opunha patrões e empregados. Agora estavam todos juntos em uma luta comum pela produtividade e pela competitividade. Mas mesmo aí uma noção de *alteridade* tentou-se introduzir, na forma de uma contratação coletiva da mudança, herança da “energia utópica” do período anterior.

E aqui temos um “verdadeiro problema”. Em que sentido?

O problema da simultaneidade de dois tempos diferentes: a temporalidade do Centro e a temporalidade da Periferia.

No centro, o avanço do fundo público havia deitado certas raízes na sociedade; os sindicatos tinham mais instrumentos à mão, e isso tinha estabilizado uma certa sociabilidade que administrava melhor as incertezas e os ciclos curtos. Aqui, na periferia, não. Nós nunca tivemos verdadeiramente uma norma coletiva criada a partir de um critério dialógico de contrato, do contraponto e da confrontação (não necessariamente violenta, como temem os liberais) de pontos de vista diferentes, e que inclusive aceitassem certas perdas momentâneas com vistas a um resultado material mais satisfatório a longo prazo – numa palavra, uma visão estratégica. As classes

dominadas, aqui, sempre se depararam, ao contrário, com uma pauta das *urgências*. Assim, aceitar a incerteza (com o novo regime flexível) não tem nada de novo para o trabalhador brasileiro; aceitar o desemprego como uma fatalidade, como se o trabalhador não tivesse direito algum a reivindicar (os direitos da relação salarial); como se fosse isso mesmo, a ponto de vagar no ar a bem conhecida interpelação popular, fatal: “uai, o Senhor quer o quê?” Requer-se uma adaptabilidade a uma norma frouxa que já era constitutivamente frouxa e que nunca chegou a ser verdadeiramente “rígida”, a não ser para reprimir e controlar (polícia, repressão a greves, interdição de manifestações públicas). Assim se explica a acachapante naturalidade com que se aceitava a invasão da firma no espaço privado, por exemplo instigando a que o trabalhador fizesse em casa aquilo que fazia na empresa: estamos nos referindo às normas de higiene e segurança (lavar as mãos, manter todos os cômodos limpos etc.), asseio, frugalidade, poupança, contabilidade dos desperdícios e uma certa ética ascética para conduzir ao bom caminho da produtividade e da recompensa, já que a sociedade não dava nada para ele. Ideias como essas, oriundas da “qualidade total”, foram prontamente aceitas como o cuidado que alguém começa a ter com um outro que nunca foi objeto de um tal tipo de amparo (exceto pela religião). Aqui, um depoimento elucidativo: quando Chico falava com seus orientandos sobre essas práticas de gestão, saía-se com uma tirada sensacional: ele dizia: “gente, essa coisa de *just-in-time* que vocês estão falando aí, na minha terra a gente chamava de ‘é pra já, Doutor!’” Ele pegou o ponto.

Quando esses exemplos são exumados, no fundo o argumento essencial é de que a nossa regulação “brazuca” foi pega no contrapé. Em outras palavras, quando estava se consolidando uma norma coletiva de contratação, capitaneada pelo sindicalismo e por uma

plêiade de movimentos sociais, vem o neoliberalismo, a globalização e a flexibilização.

Outros exemplos poderiam ser oferecidos. No âmbito da qualificação profissional, no momento em que os índices de escolaridade da força de trabalho estão melhorando, isto é, ninguém é mais contratado na manufatura se não tiver pelo menos o ensino médio, aí vem a percepção pessoal de que não precisa mais investir naquele curso técnico para subir na carreira, porque agora ele não vale mais nada: “bobagem, agora são todos polivalentes!”, aquela função não existe mais, ou ela se juntou com outra, a máquina na qual você trabalhava ou seu pai trabalhava não existe mais, então toda aquela formação subitamente se desvaloriza – já não se tem muita certeza em quais ativos de formação investir. Isso introduz um elemento de “névoa”, de imprevisibilidade na carreira – a qual você não domina, tornando-se opaca, misteriosa para você, e com relação à qual o sindicato, aliás, também não domina – e você finalmente é colocado diante de um *fait accompli*. Em terminologia sociológica, é toda uma profanização rápida, acelerada, das balizas sagradas que cercavam o emprego, o mercado, a família e os projetos de futuro. O horizonte de cálculo se reduz, se estreita. As projeções privadas, como na esfera econômica, se aninham no curto prazo, com relação ao qual é possível dizer alguma coisa; o futuro, como a avassaladora vaga evangélica-pentecostalista posterior acabou mostrando, a Deus pertence (mas Chico de Oliveira não tinha muito a dizer a esse respeito). Aliás, tinha sim: ele dizia, em tirada genial, que o líder sindicalista dos novos tempos era assim uma espécie de evangelizador: tinha de ganhar as massas da mesma forma que o pastor fazia com o povo (pois que o apelo racional, estava subentendido, ruíra, bem como o público destinatário), e por isso tinha de ser admirado exatamente

como o são os pregadores no deserto: pela persistência, abnegação e indiferença ao ridículo.

Outro exemplo de profanação das balizas sagradas: o salário. Sim, agora o salário pode ser reduzido sim – as horas extras são coisas do passado; portanto, se você quer ganhar o mesmo que você ganhava antes no ano, a via de acesso é pela Participação nos Lucros e Resultados, que é variável e depende do desempenho da empresa: você, trabalhador, pode ganhar ou não ganhar. E isso na melhor das hipóteses, pois a outra hipótese é ter de negociar diminuição do salário para se manter no emprego por mais algum tempo, uma sobrevida. Foi esse o espírito dos acordos que foram assinados na segunda metade dos anos 1990 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Outras das balizas sagradas: a jornada – agora você não tem mais a previsibilidade do tempo durante o qual você vai trabalhar ao longo do ano: pode trabalhar muito num período, nada no outro: isso desorganiza a vida familiar, a compatibilidade com outras atividades (outros “bicos”, ou talvez os estudos); altera, enfim, os planos, dificulta os projetos, junta as urgências (que são estruturais) ao presentismo: resolver os problemas na medida em que eles aparecem – contingência que é “a cara” do novo tempo do modelo produtivo.

Por fim, como corolário, o “direito adquirido” vira sinônimo de “privilégio”.

É preciso entender essas sutis transformações para entender as mudanças que se processam na sociabilidade pública que confronta os países da periferia, como o Brasil, com a temporalidade do centro do capitalismo. Aqui essa sociabilidade ficou rapidamente passadista, ultrapassada e deslocada, como se os seus arautos estivessem falando de um mundo que não existe mais.

Ora, se não se tem mais controle sobre esses parâmetros, então toda a ideia de uma “responsabilidade política” que está por trás de acordos pactuados e contratados cai por terra. Como vou ser *leal* a uma palavra empenhada para um propósito ou um fim que não depende em nada de mim, da minha vontade? Cujas resultante será aquela que for estabelecida unilateralmente (segundo uma vontade que é impessoal e apenas lógica), de qualquer jeito, de qualquer modo? Tal destituição e desmoralização (em sentido lato) da política só podiam trazer como resultado prejuízos e danos na constituição de uma verdadeira *esfera pública*. Não existe espaço para a *instituição de uma norma* se tudo é automatismo, se tudo é obediência a um *fluxo* no qual é impossível encontrar uma responsabilização ativa pelo que acontece: cada um joga a culpa no outro exatamente como numa cadeia de clientes e fornecedores em que a instabilidade da relação é vista positivamente como imposição da competição sobre a acomodação. A frase “vai procurar o Bispo!”, quando alguém reclama sobre algo que percebe como errado, ecoa aquela do “vai procurar os seus direitos” que o trabalhador ouvia, ou seja, não há instâncias a que se possa recorrer, com efetividade, que deem credibilidade a um acordo coletivo. Se o trabalhador estava acostumado a uma chamada do tipo “vai procurar os seus direitos” e, por um breve momento, passou a acreditar que podia ser possível, de verdade, acreditar que uma contratação seria respeitada pelos agentes que a pactuaram, então tudo isso durou pouco, pois a globalização e as exigências de competitividade que emanam do novo modelo produtivo introduziram um novo cenário de fundo ou, nos termos de uma filosofia da história, uma nova “época”.

Essa “época” não é mais a mesma que acolhia a “temporalidade societária” que expressava a autonomia da política no capitalismo contemporâneo, no diagnóstico oliveiriano. Por isso a política passou

a ser desimportante, passou a não ter nada mais a dizer sobre essa nova sociabilidade: exatamente porque ela não *representa* mais essa sociabilidade. Hoje, para atrair a atenção das massas, a política tem que se voltar ao que Chico chamou uma vez de “programa inconsútil”, isto é, resolver tudo de uma forma inteiriça, de uma vez só, de uma vez para sempre – o que em geral leva a certo voluntarismo e decisionismo, ambos de cunho autoritário. Como se pode notar, há uma longa linha evolutiva que desemboca no que contemporaneamente se denomina como crise da democracia. A estupefação (“a que ponto chegamos?”) é geral – no sentido de que transcorre em outros quadrantes do globo, mas isso não deveria ser motivo de consolo, e sim de alerta, uma vez que a experimentação, de fato, começou na periferia do sistema, com iniciativas tais como o Congresso de Washington e os ajustes pré-austeridade, pelo lado macroeconômico, assim como os chamados “transplantes” produtivos do *Just-in-Time*, pelo lado microeconômico (as experimentações do toyotismo e dos círculos de qualidade, lembrem-se, são dos anos 1980; o consórcio modular, do final dos 1990). Depois tais orientações se disseminam, inclusive para o Norte Global. Se a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco, como dizia Marx, então o laboratório é aqui. A informalização do mercado do trabalho – que alguns autores já chamaram inclusive de “brasilianização” – é o atraso como padrão para o moderno. O ornitorrinco viceja em territórios-cobaia, a testar a “resiliência” do mal onde o elo é mais fraco, para depois tentar a sorte ali onde cobra maior resistência.

É esse o ponto em que estamos hoje. Uma privatização do público que não faz jus às formas cada vez mais *socializadas* de reprodução da vida (haja vista isso que estamos vivendo hoje em dia, com toda a comunicação à distância que conecta tudo com tudo). Mas há um outro lado, que é, simultaneamente à privatização do

público, a autonomização da política. Situação paradoxal, e mesmo contrafactual, pois dever-se-ia esperar o contrário.

A noção de politização das relações de trabalho talvez ajude a entender o ponto: ao discutir as “razões” da empresa, da produtividade, da eficiência e da alocação de recursos, introduz-se um elemento inesperado, que é o domínio dos “fins” onde deveria imperar apenas o domínio dos “meios”. Uma contradição do capitalismo (já tematizada anteriormente enquanto uma “crise de legitimidade”). Não é a fraseologia empregada por Chico de Oliveira, nem a maneira como ele intervém nesse debate (sua filiação intelectual deve mais à tradição da economia política). A moralização da discussão econômica, contudo, tem correspondência com a “temporalidade societária”, que expressa a – agora sim, na linguagem de nosso autor – autonomização da política no capitalismo contemporâneo, onde todos podem falar e emitir juízos. Resta saber se a socialização promovida pelo fundo público vai deixar espaços desimpedidos para a expressão daquela autonomia. Pelo que sabemos da história transcorrida até aqui, a resposta parece ser um rotundo “não”. Entretanto, conforme lembrado por Chico em um debate a propósito da recepção do livro de Robert Kurz, *O Colapso da Modernização*, no início dos anos 1990, nenhum vaticínio lógico é capaz de substituir a ação dos homens na sociedade, e por isso a análise e a interpretação das coisas terão de passar pelo crivo de um reatamento, provavelmente em novos termos, da relação entre classe social e representação política.

O “totalitarismo neoliberal”, o trabalho e as classes sociais hoje: algumas notas a partir do legado de Chico de Oliveira¹

Graça Druck²

Em primeiro lugar, meus agradecimentos pela oportunidade de estar nesse seminário em homenagem ao Chico de Oliveira. Penso que fui chamada por Cibele Rizek, uma das organizadoras desse seminário, motivada muito mais por uma questão institucional do que pessoal. Isso porque eu sou pesquisadora de um centro de pesquisa da Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, o CRH, com o qual o Chico teve, desde a sua origem, uma grande interlocução e cooperação.

Vocês mencionaram na apresentação do seminário a obra “Bahia de todos os pobres”³, publicado em 1980, que foi um livro

1 Esse texto é uma síntese da minha exposição no Seminário em homenagem a Chico de Oliveira, realizado em dezembro de 2020, organizado pelo Cenedic, acrescida de algumas notas que mostram a atualidade de formulações de Chico de Oliveira para o contexto do trabalho no Brasil em 2021. Meus agradecimentos à Clarissa, que fez a transcrição da exposição.

2 Graça Druck é professora titular de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do CRH/UFBA e do CNPq.

3 SOUZA, G. A. A. de (org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: CEBRAP e Ed. Vozes, 1980.

organizado por Guaraci Adeodato de Souza – uma das fundadoras do CRH – e o Vilmar Farias, prefaciado por Chico de Oliveira e que serviu para divulgar os resultados da pesquisa “Força de Trabalho e Emprego”, realizada em parceria do CRH com o CEBRAP. Desde aquela época (o CRH tem cinquenta e um anos), o Chico participou da discussão sobre a constituição das linhas de pesquisa do Centro como consultor, e de vários seminários, assim como esteve presente nos encontros de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, que ocorreram em vários momentos. Mais recentemente, Chico participou de um dos seminários organizados pelo atual reitor da UFBA, professor João Carlos Salles⁴, quando este era diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: os “Seminários de São Lázaro” (nome do *campus* onde se situa a Faculdade). A última participação do Chico nesses seminários foi em 2011.

Nessa trajetória e nos momentos em que me encontrei com Chico, mesmo fora da UFBA, ele sempre se referia às “minhas amigas do CRH”. Eu, diferentemente de vocês, não fui aluna do Chico, infelizmente. Não fui aluna formalmente, como vocês foram, mas acho que todos nós somos alunos de certa forma do Chico, pois sempre aprendemos com ele, com sua obra acadêmica e política.

O Chico representa muito bem o campo da “sociologia pública”, debate que Ruy Braga, junto com Michael Burawoy e Marco Aurélio Santana trouxeram para o país⁵. O Chico é, exemplarmente, um sociólogo público, um intelectual público, e eu acho que é por isso que ele é exemplar e nos inspira a todo momento.

4 João Carlos Salles Pires da Silva, Reitor da UFBA desde 2014.

5 Ver dossiê “Sociologia Pública”, organizado por Ruy Braga e Marco Aurélio Santana, publicado no Caderno CRH, v. 22, n. 56, 2009, e o livro “Por uma Sociologia pública”, de Ruy Braga e Michael Burawoy, Editora Alameda, em 2005.

Em 2019, ano em que o Chico nos deixou, ocorreu o 14º Encontro Nacional da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Foi em setembro, realizado em Salvador, na UFBA, e sediado no CRH. Foi o último grande encontro presencial antes da pandemia, pelo menos de que eu participei, e que reuniu por volta de quinhentos participantes. Nós abrimos esse encontro com uma homenagem a Chico de Oliveira, através de uma fala da professora Anete Ivo⁶, também membro do CRH, que reconstituía a sua história e a história do Chico junto ao nosso centro.

Dito isto, quero agradecer mais uma vez a oportunidade que esse encontro me deu, de revisitar os escritos do Chico. Pois me incentivou a reler, ou a reaprender, ou principalmente a redescobrir formulações escritas em vários momentos da sua obra, que podem ser pensadas e discutidas para analisar o momento contemporâneo no campo das transformações do trabalho.

E é essa tentativa que eu vou fazer. Pensar e refletir junto com vocês sobre o trabalho hoje, como é que ele se constitui nessa conjuntura que estamos vivendo no mundo e no Brasil à luz de algumas formulações expostas em diferentes obras do Chico de Oliveira, e que contribuem para se pensar a relação entre neoliberalismo, trabalho e classes sociais.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que estamos em uma conjuntura de uma grande e múltipla crise, desnudada e ampliada pela pandemia do coronavírus, que está no mundo todo e que tem levado a milhões de mortes. Essa crise evidenciou a centralidade do trabalho e suas metamorfoses na sociedade contemporânea;

6 Anete Brito Leal: socióloga, atua desde 1979 como professora pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) e do Programa de Pós-graduação em C. Sociais da FFCH/UFBA.

evidenciou também a falência das políticas neoliberais, pois, diante da crise sanitária, em todos os países do mundo, os governos tiveram que intervir com políticas públicas, demonstrando a necessidade de intervenção do Estado social. Ela revelou também uma extrema desigualdade econômica e social entre as classes sociais, referendando o que Chico já identificava há muito tempo: que o projeto neoliberal é um projeto político de classe. Além disso, a pandemia também explicitou a extrema desigualdade racial e de gênero, pois o número de contaminados e de mortos atinge mais aqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

Assim, a pandemia desvendou, para o mundo inteiro, a tragédia neoliberal que o Chico tão bem já previa e analisava desde a sua origem aqui no Brasil, nos anos 1990. O neoliberalismo impõe uma mercantilização sem limites, de natureza destruidora, provocando crises sistemáticas ou quase permanentes. Na compreensão dos autores franceses Christian Laval e Pierre Dardot⁷, o neoliberalismo se alimenta das crises. É como se as crises se transformassem em um paradigma de governo. Ele se nutre das crises econômicas e sociais que ele mesmo gera. E, em vez de questionar o que provocou as crises, aprofunda e radicaliza a mesma lógica que as criou, reforçando-as indefinidamente. Então ele se alimenta das crises porque, ao mesmo tempo em que as crises mostram os limites do neoliberalismo, o que ele oferece é mais do mesmo e, portanto, realimenta essas crises. Essa é a forma “truncada” do neoliberalismo, usando o termo do Chico de Oliveira, no sentido de que ele mesmo não tem saída, ele não oferece nenhuma saída.

7 DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Um outro aspecto se refere às diferentes interfaces do neoliberalismo: a globalização e a financeirização constituindo um capitalismo flexível e neoliberal, que tem em comum e central em sua dinâmica a precarização social do trabalho. As transformações no trabalho decorrentes do processo de globalização financeira, da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais, colocaram a precarização social do trabalho como centro da dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Uso o termo precarização social do trabalho, embora talvez o Chico utilizasse o termo “informalização” (mesmo considerando que o conceito de informal já estava ultrapassado) ou a “desconstrução da relação salarial”, porque considero que expressa melhor as transformações que vêm ocorrendo no campo no trabalho. A precarização social passa a ser uma estratégia de dominação do capital, e que tem uma multidimensionalidade: se manifesta no âmbito da organização do trabalho, dos processos de trabalho, das formas de inserção no mercado de trabalho, na organização coletiva e sindical, na saúde do trabalhador e nas regras definidas pelo direito do trabalho.

Concordo com Bourdieu (1998)⁸, quando afirma que no capitalismo flexível há uma “estratégia de precarização”, inspirada por razões econômicas e políticas, produto de uma “vontade política” e não de uma “fatalidade econômica”, que seria dada, supostamente, pela mundialização. Considera a precarização “como um regime político (...), inscrita num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (Bourdieu, 1998, p. 124-5).

8 BOURDIEU, P. A Precariedade está hoje por toda parte. In: BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

A “vontade política” de que fala Bourdieu pode ser identificada no neoliberalismo, compreendido como um projeto político e ideológico, que se tornou hegemônico, à medida que os valores neoliberais passaram a ser incorporados pela maioria da sociedade, não só entre os dominantes, mas também pelos dominados e pela classe trabalhadora em particular. Valores que estão pautados na mercantilização sem limites, na mercantilização da vida. Mais uma contribuição do Chico de Oliveira, quando trata da ideia da “privatização da vida”, “tornando os valores do mercado seu sinônimo”⁹, em que se desconstroem e se destroem os sujeitos coletivos, é a destruição da política enquanto *pólis*, enquanto reunião, agrupamento, coletividade.

O neoliberalismo rompe com a ideia de solidariedade, com a ideia de coletivo e de ação coletiva, e valoriza o indivíduo, a concorrência de tudo, de todos contra todos, que passa a ser incorporada cada vez mais entre os próprios trabalhadores. Concorrência não só como um elemento mais geral da dinâmica do sistema capitalista e da disputa entre capitais, mas que passa a ser parte do cotidiano do trabalho, das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores.

A substituição do emprego pela ocupação, o estancamento da tendência à formalização do trabalho, a “desfiliação” ou a desconstrução da relação salarial em todos os níveis e setores, a terceirização, precarização, flexibilização, desemprego, conforme já apontava Chico em *O Ornitorrinco* (2003, p. 142), são fenômenos da reestruturação produtiva, da dominância da lógica financeira, da globalização e do neoliberalismo impostos nos anos 1990, no Brasil.

9 OLIVEIRA, F. de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. Boitempo, 2018, p. 96.

Se, naquele momento, Chico de Oliveira já ressaltava esses indicadores como parte de um processo de transformações da economia brasileira – cada vez mais sujeita e subordinada à finança internacional, radicalizando a dependência financeira e tecnológica, fruto de escolhas políticas e de classes dos governos FHC –, quase trinta anos depois, as transformações no campo do trabalho não só não reverteram aqueles indicadores, como os radicalizaram.

E um dos componentes políticos centrais nos anos 1990 – e atualmente – é o que Chico de Oliveira chamou de “totalitarismo neoliberal”, conforme apresentado no texto “Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal” (1999)¹⁰.

Considero que essa formulação do Chico é extremamente atual para caracterizar o que nós estamos vivendo hoje no Brasil, mesmo que numa outra dimensão. Isto porque o neoliberalismo é histórico, no sentido de que vai se metamorfoseando no tempo e no espaço. O neoliberalismo dos anos noventa não é o mesmo dos dias atuais, pois conserva elementos importantes daquela época, ao mesmo tempo que introduz novos. Eu diria que, na conjuntura atual, estamos vivendo uma radicalização do neoliberalismo, um certo fundamentalismo neoliberal, principalmente a partir de 2016.

Chico de Oliveira tem toda razão quando afirma que não houve nenhuma ruptura com o projeto neoliberal desde o início dos anos 1990, inclusive durante os governos petistas, que se mantiveram

10 OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. de. PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Ed. Vozes, 1999.

subordinados ao modelo neoliberal, embora de forma diferenciada em relação ao passado e ao presente.

E, a partir da interrupção antidemocrática do mandato da presidente Dilma, em 2016, quando se consumou a ofensiva do grande capital, que impôs uma derrota aos trabalhadores e seus movimentos organizados, se abriram todas as possibilidades para uma amplificação e revigoramento do “totalitarismo neoliberal”, agora reconfigurado.

Em nome de uma crise fiscal, que se tornou permanente, se constitui e se fortalece também um Estado de exceção permanente, já mencionado por Chico, quando se referia aos governos de Fernando Henrique Cardoso, expresso nas privatizações, na repressão às greves e ao movimento sindical, no endividamento público do Estado, com a financeirização do fundo público, num Executivo que governava a partir de medidas provisórias, e na incapacidade do governo de conter a fúria competitiva do grande capital, conforme analisado em *Brasil: uma biografia não autorizada*.

No momento atual, estamos vivendo os resultados de uma tragédia neoliberal que conseguiu suplantar a dos anos 1990. A aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos sociais por vinte anos, uma decisão inédita a nível mundial; a contrarreforma trabalhista de 2017, que estabeleceu a precarização como regra, destituindo direitos do trabalho conquistados, estabelecidos na CLT, uma nova legislação justificada pela tese de que os trabalhadores já não são mais hipossuficientes, ou seja, que a relação assimétrica entre capital e trabalho estaria sendo superada e, portanto, a função protetiva do Estado e do direito do trabalho já não teriam mais lugar. Por isso, a determinação do “negociado sobre o legislado”, ou seja, os direitos, se transformaria em disputa entre as partes, através

da negociação, até mesmo individual, entre patrões e empregados. Ao mesmo tempo, a nova legislação limita violentamente o poder dos sindicatos, redefinindo as fontes de seus recursos financeiros, excluindo-os da representação nas homologações e dificultando o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, liberando a terceirização (uma das principais formas de precarização do trabalho) sem limites.

No campo do trabalho, é possível identificar dois grandes movimentos. De um lado, a desconstrução dos direitos, impondo a precarização como regra, a exemplo da contrarreforma trabalhista, que provoca uma imensa regressão social, expressão do que Chico denomina de “privatização do público”, ao se referir ao esvaziamento das câmaras setoriais, enquanto espaço público da “publicização do dissenso”. Pois as negociações privadas entre patrões e empregados, substituindo o legislado na reforma de 2017, tiram o caráter público da disputa, o que é reforçado pela negação da representação sindical e, portanto, da própria política. De outro lado, houve a reconfiguração do trabalho e dos trabalhadores provocada pelas tecnologias de informação, o que também foi denominado de “capitalismo de plataforma”. Os trabalhadores que trabalham no regime de “uberização”, especialmente a imensa maioria constituída por entregadores de aplicativo, trabalham sob total controle taylorizado do trabalho, de seus movimentos, de seus ritmos, das suas metas pelas empresas-aplicativos, com jornadas extensas de trabalho e remuneração que depende da concorrência com outros trabalhadores e do seu desempenho nas ruas; mas lhes é negado o reconhecimento de uma relação de assalariamento e de emprego. São considerados prestadores de serviços, autônomos, empreendedores. São os “empresários de si mesmos”.

São transformações sob o signo da precarização social do trabalho, que, ao pregar o fim da hipossuficiência do trabalhador,

negando a necessidade do direito do trabalho, retirando direitos sociais e trabalhistas conquistados, precarizam a condição objetiva e subjetiva de classe, juntamente com a “uberização”, que nega a condição de trabalhador e, portanto, a possibilidade de sua existência enquanto classe social. Este é um processo mais radicalizado do aquele que o Chico analisou no texto, já referido, sobre a “destruição do público”, que, em relação às classes dominadas,

“é a destruição de sua política, o roubo da fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, sua destruição como classe; seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal” (Oliveira, 1990, p. 79).

O que cria convergência e unidade entre a contrarreforma trabalhista e as novas formas de organização do trabalho constituídas pela “uberização” é a negação da condição de trabalhador enquanto classe social. Ou seja, há um objetivo que é político – é essa uma das grandes contribuições do Chico de Oliveira –, no sentido de impedir o fazer-se da classe no processo de lutas entre o capital e o trabalho.

Por fim, não menos importante, esses dois movimentos – a contrarreforma trabalhista e a uberização – são expressões do que Chico também tratou na “Crítica à razão dualista”¹¹, a partir de uma análise da relação dialética entre o moderno e o atrasado, pois se combinam a atual revolução tecnológica (aplicativos, algoritmos, indústria 4.0) com o retrocesso e o atraso representado pelo que

11 OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Ricardo Antunes¹² chama de “escravidão digital”, ou seja, o uso de formas pretéritas de trabalho e dos trabalhadores e a permissão, agora legal, de uma exploração sem limites, com a desconstrução da função protetiva do Estado.

Para concluir, quero fazer referência a uma questão muito polêmica, formulada por Chico no “Ornitorrinco” quando ele afirma sobre a formação de uma nova classe social, constituída a partir da burocracia sindical, que passou a gerir os fundos privados. Na minha releitura do texto à luz dos desdobramentos da análise do Chico na atualidade, penso que, se não se pode falar numa nova classe, é possível dizer algo sobre como o processo de financeirização se disseminou no conjunto da sociedade, atingindo os trabalhadores e as principais direções sindicais e políticas. Isto porque a hegemonia da lógica financeira ultrapassa o terreno econômico e impregna todos os âmbitos da vida social. É marcada por uma rapidez inédita do tempo social, que parece não ultrapassar o presente contínuo, um tempo sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade, sem limites, de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. A mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser “superados” e substituídos por outros, “novos” e “modernos”, isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato. O conteúdo

12 ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e industrial 4.0* (2020) e *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2018), ambos editados pela Boitempo.

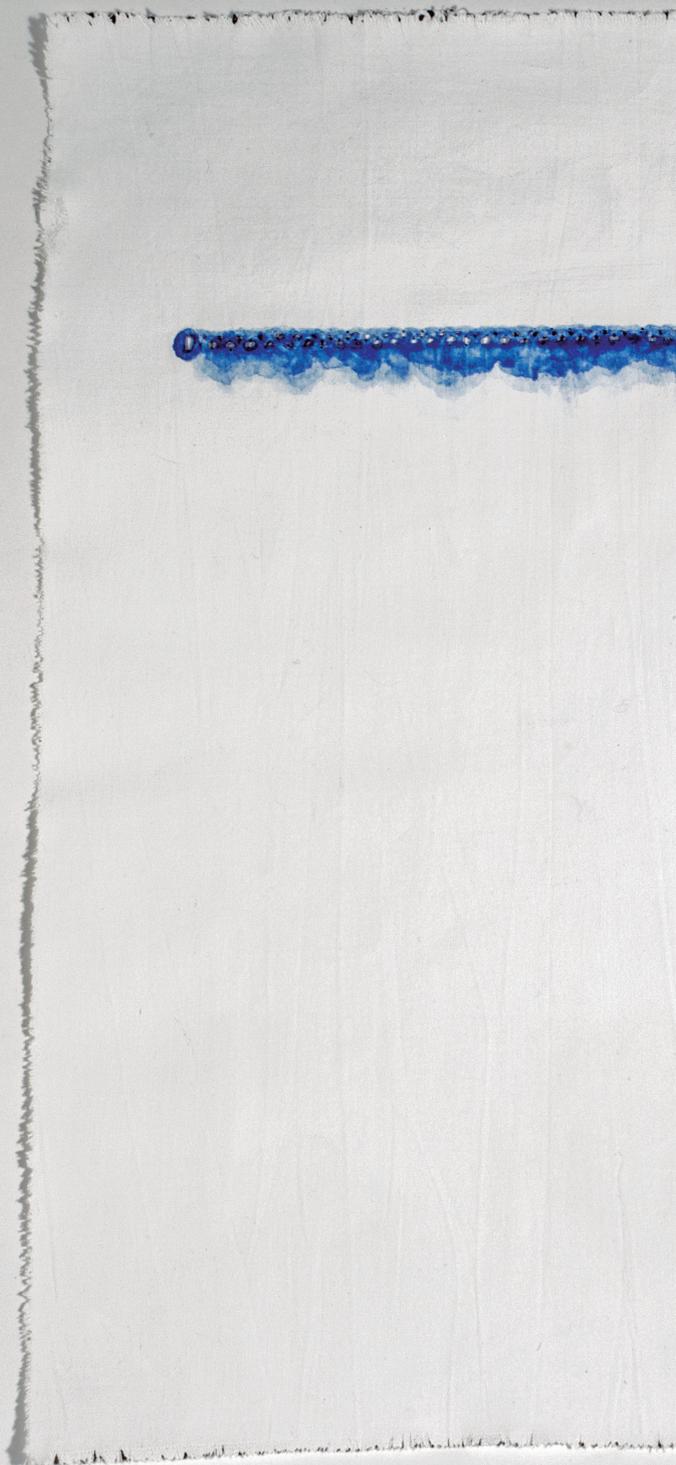
dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho (Druck, 2013)¹³.

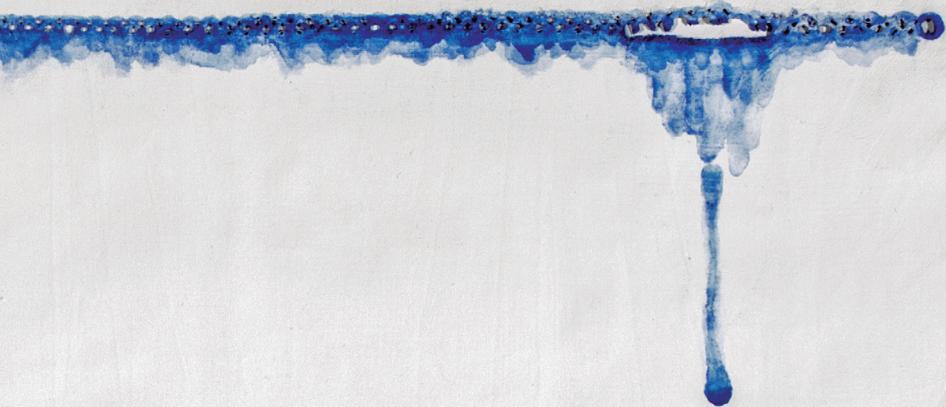
Essas condições impactam e redefinem a conduta no terreno da política, que se pauta no curtíssimo prazo, no imediatismo e na crença de grande parte das direções sindicais de que não há outras saídas, embarcando na “via única” como alternativa histórica. Ou seja, como afirmava Chico de Oliveira, o capitalismo, ao negar a condição de classe aos trabalhadores, ou ao incorporar direções da classe em sua perspectiva neoliberal, busca impossibilitar o desenvolvimento do conflito e da luta de classes.

Nos dias atuais, tal condição histórica permite afirmar que o “totalitarismo neoliberal” saiu vitorioso, se renovou e se radicalizou. Mas não sem contradições. Hoje temos no Brasil um neofascismo neoliberal, representado pelo governo Bolsonaro, mas um governo de crise e em crise permanente, alimentada internamente pelo desconforto político das classes dominantes frente ao comportamento do governo em relação à pandemia do coronavírus e aos ataques à democracia, por exemplo, classes estas que, no entanto, estão unidas na defesa das políticas neoliberais em curso. A crise é estimulada também pela retomada das lutas e dos movimentos sociais na defesa da vida! Externamente, a mesma crise é alimentada pela mudança política na conjuntura internacional, com a derrota do Trump nos EUA e a virada antineoliberal na América Latina, a exemplo da Argentina, Chile, Bolívia, México, Peru, entre outros, contribuindo

13 DRUCK, G. A Precarização Social do Trabalho (verbete). In: IVO, A. (org.). *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*. Ed. Annablume, 2013, p. 373-81.

decisivamente para o crescente desgaste e isolamento do governo Bolsonaro. Uma conjuntura que pode abrir possibilidades de enfrentamento ao neoliberalismo, resgatando o sentido público da política e criando novas condições para um refazer-se do trabalho e da classe trabalhadora numa perspectiva emancipadora.





Depoimentos

Carta ao mestre Chico

*Edson Miagusko*¹

Meu caro Chico,

Cibele me convidou para falar pela Sociedade dos Orientandos de Francisco de Oliveira (SOFRO) na homenagem que o Cenedic preparou pra você. Sei que você não era dado a homenagens, sempre desafiando e *escarnecendo* as etiquetas e solenidades acadêmicas. Mas também sei que reconhecia o lugar desses rituais acadêmicos e aproveitava esses momentos para nos brindar com algo que desafiasse à reflexão, que afiasse nossa tarefa da crítica sobre o mundo à volta.

Quando recebeu o título de professor emérito, compareceu conforme mandava o ritual. Agradeceu o título, fez uso da modéstia para lembrar ter sido uspiano na terceira vida, como um gato de sete vidas, e lamentou não ser formado por esta casa. Terminou dizendo que, apesar da formação, foi da sua “pobre, aquática e bela Recife” que ganhou algo fundamental para sua vida e profissão: o socialismo.

¹ Edson Miagusko é professor de Sociologia da UFRRJ e coordenador do Observatório Fluminense. Foi orientando de Francisco de Oliveira no mestrado em Sociologia em 1998.

Ouvindo aquele velho áudio no Youtube, ele parece porvir de um tempo longínquo, mas foi em 2008.

De lá para cá muita coisa mudou, e você bem acompanhou essas últimas décadas e pôde nos ajudar a compreender esse mundo revirado e misturado, como diria o velho Rosa.

Não tem sido fácil, desde sua partida. Aqueles “tempos sombrios”, para o qual Maria Célia nos alertava em sala de aula, nas suas brilhantes aulas sobre Hannah Arendt, chegaram com força nessa terra. Você ainda estava vivo quando o Brasil elegeu um governo de extrema direita sob a batuta de um obscuro deputado e capitão do exército, mesmo sem poder ver seus desdobramentos.

Lembro-me de uma expressão que utilizou num artigo sobre a eleição de Collor, a “falsificação da ira”, para descrever a chegada ao governo, em 1990, do “caçador de marajás”. Não sei se hoje o termo é adequado. Mas a ira e o ódio foram o que passou a nos governar, e se instalaram como um modo de fazer política. Não tá fácil compreender isso tudo que aconteceu. Mas agora a compreensão deixou de ser distanciamento acadêmico, e se tornou mais que necessária para manter a nossa combalida democracia em pé.

Sempre lembro que nos alertava para a necessidade de afiar as armas da crítica. Essa é nossa principal falta. Precisamos, mais do que nunca, compreender o mundo que foi criado depois do desmanche neoliberal em sua totalidade. Você ajudou a compreender parte desse momento. A quarta pata do ornitorrinco se pôs definitivamente.

Você faz muita falta nesses dias tão difíceis.

Mas hoje não é um dia para lembrar a sua morte. É dia de celebrar sua vida que continua conosco.

Aqui nestas mesas participaram muitos orientandos e colegas queridos que trabalharam com você nessa sua longa vida de gato.

Cada um a seu modo, falaram da sua obra e deram depoimentos emocionantes.

Foram o Elson, o Carlão, a Joana que falaram do desenvolvimento. Os colegas do velho Nedic e do Cenedic, a Cibebe, o Laymert, o Leonardo, o André, o Rui, que esmiuçaram esse ornitorrinco que não deixa de nos impressionar, mostrando que a monstruosidade neoliberal não tem forma fixa, é mutante e não deixa de nos surpreender. Suas variantes e mutações podem ser ainda mais destrutivas.

Vou te contar que hoje estamos a homenageá-lo dentro de nossas casas, afastados e isolados, na frente de uma tela de computador. Ficção científica? Não, uma pandemia de um novo vírus chamado COVID-19. No dia de hoje já morreram 164 mil brasileiros e o mundo inteiro, em todos os cantos do planeta, está mergulhado nesse filme de horror macabro.

Não está fácil ser otimista. Você logo reprovaria a pieguice lembrando junto com o velho pequeno sardo: “pessimismo na razão, otimismo na vontade”. Esforcei-me para não chorar a sua perda, porque hoje é um dia de celebrar sua vida. Aí fiquei lembrando quando lhe procurei no mestrado para me orientar. Jovem, naquela época me somei a vários outros jovens, que faziam parte do SOFRO. Posso dizer que foi uma das maiores experiências intelectuais que tive e agradeço muito sua disponibilidade e generosidade.

Para escrever esta carta, fui reler o que escrevi nos agradecimentos da minha dissertação – afinal de contas, agradecimentos são importantes, porque mostram que a vida acadêmica não é feita sozinha, mas é composta daqueles que fizeram parte dela e estão presentes naquilo que escrevemos. E lá estava algo que poderia repetir:

“– Chico é ave rara numa terra em que proliferam grandes quantidades de ‘aves de arribação’. Seu rigor intelectual e seu caráter só são possíveis num intelectual da mais fina estirpe que não faz concessões fáceis ao pensamento e que em sua própria trajetória é mestre para as novas gerações. Sua presença no trabalho, mais que inspiradora, é fonte constante de argumentação para desvelar esse emaranhado em que as nomeações se deslocam de sentido, justificando aquilo que antes visavam combater”.

O seu barroquismo, as imagens utilizadas em diferentes conferências e textos nos fazem pensar. Mas, mais do que pensar, nos fazem sair dos lugares confortáveis. Talvez por isso tenha sido um *gauche* na vida. Lembro-me quando, ao sair do CEBRAP, já em pleno governo FHC – o que diz muito da sua retidão intelectual – veio criar junto com Maria Célia o Nedic, a “aldeia gaulesa” que por muito tempo pudemos compartilhar como estudantes.

A imagem não era falsa. Quando se entrava no caldeirão do Asterix, a gente sentia que ficava mais forte e era desafiado a pensar por si, desafiado com suas observações argutas e muitas vezes vertiginosas para compreender aquilo que estávamos vendo.

Nunca esqueço que na minha tese sua provocação foi de torcer o nariz para um certo Weber estranho que você dizia eu estava usando. Rindo, me disse que na escala dos pecados isso era um pecado venial e não mortal. E que não arderia no fogo do inferno. Sabe que depois fui ler *Economia e Sociedade* de cabo a rabo para pelo menos saber com quem poderia ir para o fogo dos infernos?

A última vez que o visitei, você estava na sua casa, cercado de livros e jornais espalhados. Você disse que aquilo que estávamos vendo era o progresso na sua forma mais acabada, sem tirar nem pôr. Isso era antes do golpe de 2016 e o lulismo estava a

todo vapor. Fiquei pensando se o Chico que conhecia se tornara benjaminiano.

Nos últimos anos, falava muito daquela exceção que estávamos vivendo. A linguagem não era desprovida de sentido e, talvez, muitos não tenham compreendido os sinais da profunda crise que vivíamos nesse tempo de aceleração, nessa era de indeterminação. Hegemonia às avessas, o Carlos Nelson e o Werneck lhe cobraram rigor no uso do conceito. E desde quando seu pensamento respeitou conceito? Para pensar não é preciso pedir licença.

Mas estava tudo lá, como sempre gostava de dizer, com a modéstia de não assumir que aquilo que dizia que estava lá era sempre uma interpretação original daquilo que outros haviam transformado na forma de conceito.

Uma vez me disse que eu e Maria Célia Paoli, a thompsoniana mais radical depois do Thompson, segundo seu comentário, bebíamos fel achando que era mel. Que sempre procurávamos a possibilidade da política como invenção, mas que a política era previsibilidade, como num xadrez em que a classe só se constituía quando da possibilidade de pautar os movimentos do outro. A classe não poderia se dar na indeterminação.

Mas deixo pra você uma provocação: no final das suas sete vidas de gato você não deixou uma mensagem na garrafa para compreender esse mundo e afiar as armas da crítica?

Meu caro Chico, receba essa aligeirada carta de um antigo orientando.

Com muita saudade, respeito e admiração.

Rio de Janeiro, 13 de novembro, ao primeiro aniversário da morte de Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira.

Francisco de Oliveira e o “tempo de encontros”

Luiz Roncari¹

Quando passei ao Leonardo Mello e Silva o título da minha palestra, tinha me inspirado nos versos do “Samba da benção”, de Vinícius de Moraes e Baden Powell, e o Papa Francisco não os havia citado ainda na sua encíclica, *Fratelli Tutti*. Mas foi pensando neles que os usei, confrontando-os com o fado que o tempo nos impunha de tanto isolamento, quarentenas e desencontros. E é sobre isso que quero falar, contrariando Sartre, dizendo que o inferno não são os outros, mas a falta que o *outro* nos faz.

Foi com muita satisfação que recebi o convite do Cenedic para participar de tão justa homenagem ao amigo e colega Francisco de Oliveira. Justa, porque ele pertence a uma geração de intelectuais ilustres que não se preocupavam apenas com as suas obras, mas, sem descuidar das mesmas, dedicaram-se também às causas públicas, à política, no seu sentido mais amplo: de alguém também ativo e preocupado com os problemas gerais da “cidade”. Por isso a homenagem que prestamos é a quem foi de fato um *cidadão*. A sua ação política tinha em vista, entre outras coisas, tentar fazer com que superássemos a nossa condição de *sertão*, o nosso passado co-

1 Luiz Roncari é professor titular aposentado da FFLCH-USP.

lonial e escravista, de vida agressiva e violenta, a ordem das armas, e plantássemos aqui um processo mais civilizatório. Ele era um economista-sociólogo ou vice-versa, mas, sobretudo, alguém preocupado com a sociedade e a cultura brasileiras. O seu cuidado como estudioso era, por um lado, o de evitar uma perspectiva elitista, nos moldes da perfumada burguesia brasileira, e, por outro, radicalmente republicano, democrata e social, por onde deveríamos passar para podermos pensar num horizonte mais igualitário. Nisto o “Chico”, permito-me a intimidade, foi radical e nunca se distanciou dos seus pares, como Florestan Fernandes, Celso Furtado, Antonio Candido, Marilena Chauí, Darcy Ribeiro, Paul Singer, Maria Conceição Tavares, Paulo Freire e tantos outros que também nos formaram com suas obras e exemplos. Eles serão sempre os melhores e nós, por isso, como professores, não devemos nunca nos esquecer de que é nesse terreno intelectual e ético que temos de colher as melhores referências para os nossos alunos, para que eles os recordem, como os pioneiros que foram em repensar o país, e para que os continuem e superem. Mas não vou gastar toda a minha fala aqui só em homenagens, embora elas sejam também necessárias. Apenas quero deixar um pequeno depoimento, tirado da memória, sem maiores pesquisas e elaborações, sobre a experiência que compartilhei com o Chico na chamada “imprensa alternativa”, na segunda metade dos anos 1970, entre 1975 e 1977, ainda em plena ditadura militar, principalmente durante os governos dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, em plena vigência do AI-5 e da cavalaria.

A minha primeira intenção é a de contrastar esse tempo com o nosso atual. Naquele, tivemos de nos equilibrar, pois era cheio de riscos e ameaças, mas, diferente deste, vivíamos um outro momento ou uma outra fase de um processo oscilante e ondulatório, que marca a nossa vida institucional e a própria história do Brasil. Quase diria

que estávamos lá então na crista da onda da ditadura, num momento em que ela só dava alguns sinais de esgotamento e os próprios inomináveis começavam a falar em “abertura lenta e gradual”. Enquanto agora estaríamos na pior hora desse regime destrambelhado, numa fase de vazão, em plena baixa e parte da sociedade ainda se engalana de verde e amarelo e se aproveita dos amigos e familiares no poder. Lá, já tínhamos passado a hora ufanista do “Brasil ame-o ou deixe-o”, ela já havia se arrefecido, e a chamada sociedade civil começava a se dar conta da besteira que tinha feito ao apoiar o exército na sua nova aventura golpista, que se repetia desde a proclamação da República, se é que a besta era capaz de repensar a asneira que tinha feito ao marchar “com Deus, pela família e pela propriedade”. Por isso considero importante esse contraste entre os dois tempos, como um alento, para sabermos que também os golpes e os regimes de exceção vivem suas fases e agonias, até na periferia, onde o cavalo vira o “burro xucro” da história, aquele animal esquivo de que nunca sabemos qual será a reação diante de qualquer comando.

Começemos pela situação atual. O pior inferno de hoje não é só o da Covid-19 e o da família Bolsonaro, mas creio que seja a nossa situação de anomia e desagregação, de “desencontros”, diria Vinícius, com o impulso pessoal dominando qualquer iniciativa de ação coletiva, o que aceita e fortalece o isolamento em que somos forçados a viver. A “quarentena” da atual pandemia parece que já vinha de longe, a de agora seria só um prolongamento oficial do que já estava no cotidiano de cada um. O conforto do privado já era o procurado parece que pela maioria, e não só pelos filisteus. A sua decretação só oficializou algo que já vinha acontecendo. Por isso, não foi tudo tão sofrível para todos igualmente; contemplou as aspirações de muitos: viver bem e confortavelmente na “bolha”, na “caverna eletrônica”, nos guetos dos condomínios, para onde, com as adegas e *freezers*

bem abastecidos, já tinham levado a biblioteca, a música, o teatro, o cinema, os museus, o espetáculo com todos os canais fechados de TV. Essa ordem sem lugar para os ganhos da vida social e pública, para o pensamento e o espírito gerados e estimulados pelos contatos entre os homens, foi criada também pelos pressupostos neoliberais do capitalismo atual e não por alguma força desconhecida. Agora, a impressão que temos é a de que tudo parece nos levar a um grau cada vez maior de isolamento, e o responsável está muito além da pandemia e do demônio estulto que nos preside. Não conseguimos nos juntar em torno de nada e nada no plano institucional e intelectual nos coliga, nos sentimos isolados, cada um com a sua própria lanterna e não procurando a saída, mas penetrando cada vez mais fundo no labirinto.

No tempo sobre o qual quero falar – quando tive a imensa satisfação de poder acompanhar o Chico de Oliveira – era o oposto. Tudo nos ameaçava e era cheio de riscos, atos institucionais, prisões, torturas e mortes, porém tudo nos levava a agregar-nos, os nossos projetos eram coletivos e não por opção, mas era da própria natureza e da cultura do tempo nos reunirmos. O que procurávamos? Para mim, tínhamos em vista três coisas objetivas (as subjetivas seria difícil enumerá-las): 1º) Um jornal alternativo que abrisse espaço às vozes dos trabalhadores, dos populares e dos excluídos, num momento em que a direita intelectual não havia ainda conseguido fazer com que jogássemos fora a criança com a água do banho, estigmatizando qualquer referência ao “popular” e ao “nacional”, fazendo-nos confundir a empatia com o povo pobre e preto e a defesa do empreendimento “nacional” como “populismo”, o que será concretizado com a cultura *yuppie* e também acadêmica dos anos 1980 e 1990; 2º) a organização das oposições sindicais de diversas categorias de trabalhadores, para tentar tirar as associações das mãos dos pelegos manobrados pelos

senhores do poder, civis e militares; 3º) e a agregação em torno de uma organização política que não fosse clandestina nem sectária como as que tínhamos experimentado nos anos 60, mas também não fosse como os partidos tradicionais, com vigência apenas nos períodos eleitorais, e tivesse em vista mudanças mais profundas e a superação de nosso passado senhorial e coronelista.

Tudo nos levava a nos juntarmos e darmos expressão às nossas opiniões, reivindicações e lutas por uma participação mais efetiva nos poderes públicos. Vou me concentrar no primeiro item, pois acho que os demais – lutas sindicais e movimentos político-partidários – já foram mais conhecidos e estudados. O semanário *Opinião* (1972-1977), fundado pelo Fernando Gasparian e tendo à frente Raimundo Pereira como editor-chefe, foi uma espécie de guarda-chuva que acolhia políticos, sindicalistas, jornalistas, professores e intelectuais de todos os matizes políticos, dos liberais tradicionais aos comunistas e trotskistas; o que os identificava era a oposição à ditadura. Era um tempo em que, para a opinião pública ou a da esquerda, ser “liberal” era quase ser de esquerda, não tinha as conotações reacionárias de hoje, de defesa do “Estado mínimo” e do “domínio do mercado”; “liberal” era ser contra a ditadura, a censura, a tortura, os atos institucionais, os decretos, enfim, a prática impositiva e autoritária a que estávamos sujeitos. Ser “liberal” era ser antiautoritário e não seguidor da doutrina econômica conservadora e antiestatizante. Como Gasparian era também o dono da editora Argumento, ele era um daqueles típicos e dignos representantes da chamada “burguesia nacional”, com a qual parte da esquerda pregava aliança; assim, o que importava ao jornal era a qualidade da colaboração e o seu viés humanista e combativo. Antonio Candido, num seu artigo, chamou o período de “o tempo de ser do contra”, se referindo a ele tanto no sentido político como cultural. Foi sem dúvida o melhor semanário

produzido nesses anos. Até que os colaboradores de vários setores da esquerda resolveram formar, em São Paulo, um órgão mais puro sangue, só da esquerda, sem os chamados liberais. Foi assim que surgiu o *Movimento* (1975-1981). Ele reunia todos os remanescentes dos grupos e organizações esfaceladas pela repressão e incorporava os que retornavam do exílio, ainda antes da Anistia. Embora o jornal formasse uma federação de esquerda, existia uma luta surda entre as diferentes facções pela busca da hegemonia. Ela acabou sendo ganha pelo PCdoB, que tinha atrás de si um partido mais organizado e com estrutura própria. Isso gerou um descontentamento e provocou novos “rachas” – era o termo que então se usava. Um deles deu origem ao *Em Tempo*, que reunia uma esquerda mais libertária e vários grupos trotskistas, estudantis e operários. Os considerados “socialistas independentes”, inclusive muitos comunistas, formaram um outro jornal, o *Amanhã*. Foi nesse movimento de reuniões infinitas e nos trabalhos que o precederam, que pude acompanhar o Chico, do qual ele era um dos principais intelectuais e organizadores.

Segui-o em todo o processo de reuniões e discussões que tomavam noites inteiras para a definição do que deveria ser esse jornal dos que se consideravam “independentes”, desde a orientação política até a feição da editoria de cultura, tudo que deveria andar numa linha mais ampla, mas também um tanto bamba, e aí é que o Chico mostrava-se um grande equilibrista, mas firme definidor de caminhos. Aqui só poderei enunciar alguns dos seus parâmetros – se é que estou certo, e tudo o que vou dizer agora poderá ser corrigido e precisado. Havia três negativas do que não deveríamos seguir e uma afirmativa, de onde vinham os sinais que nos guiariam: a) evitar todos os vícios e práticas que tinham marcado os PCs, tanto as concepções leninistas ortodoxas, como as reformistas que trocavam as definições mais radicais por outras demasiadamente conciliató-

rias; b) ao mesmo tempo, se distanciar dos liberais e da política só institucional e eleitoral, defendendo um vínculo mais orgânico com as bases sociais, principalmente com as lideranças dos movimentos sociais e sindicais; c) evitar o sectarismo e o facciosismo de muitas organizações de esquerda, principalmente as estudantis, como eram os da Libelu (Liberdade e Luta) e outros grupos trotskistas; e, como senda positiva, d) o horizonte cultural seria dado pelo chamado marxismo ocidental de Horkheimer, Adorno, Benjamin, Gramsci – este principalmente –, que identificavam alguns partidos comunistas europeus, particularmente o italiano, de Togliatti e Berlinguer.

O semanário *Amanhã* durou só poucos números. Tínhamos problemas de todo tipo, desde os econômicos, para pagamento das colaborações, da gráfica, da compra de papel, até os administrativos, como de contabilidade, distribuição etc. Foi um grande choque de realidade; as ideias, por mais generosas e esclarecidas que fossem, precisavam de muitos meios materiais e apoio social para poderem andar. Caímos na real e a maioria dos participantes desaguou nas discussões político-partidárias que já estavam se processando na esquerda sobre para onde irmos. Oscilávamos entre a volta ao MDB, depois PMDB, cuja liderança mais próxima era Ulisses Guimarães, e o refúgio nos velhos PCs, nos quais ninguém mais acreditava, até a formação de um novo partido. Penso que a maioria, e com ela também o Chico, se integrou nas discussões que depois resultaram na fundação do PT. Lula e as lideranças sindicais, religiosas e dos movimentos sociais tiveram força e sabedoria bastante para a agregação, organização e fundação do partido mais civilizatório da história republicana brasileira, o PT. Ele integrava na vida política do país muitas das camadas excluídas e marginalizadas da sociedade, principalmente a do operariado sindicalizado, os que tinham sempre ficado de fora dos concertos políticos das elites. Com isso,

se criava uma esperança republicana e civilizatória no Brasil, como de fato aconteceu, de 2002 a 2014, depois dos governos “dos amigos” de Fernando Henrique Cardoso. Em 2013, de novo, o burro chucro da história escoiceou e começou com o novo golpe o desmonte do Estado e das conquistas civilizatórias nacionais para o retorno ao sertão, da guerra de todos contra todos para ver quem ficava com a parte mais rica da carniça – se as corporações militares, policiais, políticas, jurídicas, religiosas, além das milícias e jagunças dentro da nova regra da lei da força e da traição: Bolsonaro que não confia em Moro, Moro que não confia em Guedes, Guedes que não confia em Rodrigo Maia, Rodrigo Maia que não confia em Toffoli; a lei agora era, como dizia a molecada do Grupo Escolar Dr. Almeida Prado, de Jaú: cueca de aço e traseiro na parede, ou, como disse a professora Marilena Chauí muito sabiamente, logo depois do último golpe, mais ou menos isto: “– Eles não têm companheiros, só têm comparsas, um não pode confiar no outro porque os seus projetos são só pessoais e nessa luta um trai o outro”.

O que fica é a pergunta: quando conseguiremos de novo criar uma força de encontros e superação, juntar os cacos para mudarmos profundamente a situação, numa perspectiva radical, sem cairmos numa nova conciliação com as cobras e as pragas que voltarão a nos devorar num outro futuro? Por isso, a melhor frase desses novos tempos, e que deve orientar a esquerda, foi “ninguém larga a mão do outro”. Salve o Chico e aprendamos com o legado dos seus escritos, não como o anúncio do fim dos tempos, mas como as bases esclarecidas para o início de uma retomada pelos que emergirem das ruínas neoliberais.

Para Chico, com saudades

*Ruy Braga*¹

Chico de Oliveira deixou-nos na madrugada do dia 10 de julho de 2019. Iria completar 86 anos em novembro. Nascido em Recife e filho de pequenos comerciantes que tiveram doze filhos, Chico graduou-se em Ciências Sociais na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, em 1956. Ainda na faculdade, foi um dos fundadores do Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco, ligado ao Partido Socialista Brasileiro. Após se formar, Chico deu a primeira guinada na sua trajetória, transitando para a área pela qual seria, inicialmente, conhecido: a economia.

Trabalhou como economista no Banco do Nordeste do Brasil, sediado em Fortaleza, e, no final da década de 1950, de volta a Recife, na Sudene, ao lado de Celso Furtado, seu grande mestre. Preso por dois meses após o golpe de 1964, Chico de Oliveira viveu um ano na Guatemala, participando de uma missão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e dois anos no México,

¹ Ruy Braga é professor titular da Universidade de São Paulo, pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

onde trabalhou como professor em cursos para funcionários públicos latino-americanos.

Se o golpe significou a interrupção do projeto de desenvolvimento nacional, tal acontecimento traumático da história nacional estimulou, por outro lado, uma inflexão no itinerário de Francisco de Oliveira. Como diria décadas mais tarde: “É paradoxal: 1964 me salvou de ser um burocrata de êxito”. Esse diagnóstico não deixa de expressar uma inflexão que de fato ocorrera na sua trajetória e que o levaria a concentrar seus esforços no engajamento político e intelectual.

Em 1970, dois anos após ter retornado ao Brasil, uma nova etapa da trajetória de Francisco de Oliveira iria se abrir: a convite de Octávio Ianni, Chico ingressou no Cebrap, onde escreveria os seus primeiros trabalhos de impacto, tais como *Elegia para uma re(li)gião* e, sobretudo, *Crítica à razão dualista*. No Cebrap, Chico permaneceu até 1995, lecionando simultaneamente Economia na PUC-SP e, a partir de 1988, Sociologia na USP, onde se tornaria professor titular em 1992 e emérito em 2008. No Cebrap, Chico distanciou-se da tradição cepalina, aproximando-se de uma corrente crítica e marxista da sociologia, caminho que o conduziu para a *Crítica*, sua obra mais importante.

Publicado pela primeira vez no segundo número da revista *Estudos CEBRAP*, em 1972, e em livro no ano seguinte, o texto foi concebido em meio aos debates entre os membros do centro a respeito do processo de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil, polemizando com a interpretação de Fernando Henrique Cardoso, desenvolvida em *Autoritarismo e democracia*, a propósito da existência ou não de uma “revolução burguesa” brasileira. Para Chico, o visível crescimento econômico do país não significava

que estivéssemos passando por uma revolução burguesa, mas por uma “progressão das contradições” típica de uma sociedade na semi-periferia do sistema capitalista. Mais uma vez, o atraso era retomado como técnica de dominação moderna.

Debatida em seminário por Caio Prado Jr. e Gabriel Bolaffi, a *Crítica* aproximava-se, assim, no seu destaque à articulação essencial entre aspectos “modernos” e “arcaicos”, das críticas do marxismo paulista às mais variadas “razões dualistas”, fosse a da Cepal, a do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), ou mesmo a do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mas delas se diferenciava pela ênfase na dimensão interna das relações sociais de produção capitalistas, que era tomada como eixo explicativo do processo de acumulação brasileiro.

Embora a *Crítica* ainda atinasse com alguma perspectiva de autossuperação nacional, o eixo do argumento já apontava para o impasse de todo e qualquer projeto pela esquerda de desenvolvimento no país após o corte de 1964, isto é, um período no qual as tensões econômicas entre as classes sociais teriam se transmutado em um antagonismo abertamente político: “A luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão”. Nessas condições, o futuro estaria “marcado pelos signos opostos do *apartheid* ou da revolução social”.

Nos anos 1980, depois de retornar de uma estadia de dois anos na França, Chico flertou com a possibilidade de construção de um “modo de produção socialdemocrata” à brasileira, na esteira do processo de abertura democrática e da emergência de um novo movimento operário e social. Inspirado no modelo francês,

e sob a influência da teoria da regulação (Michel Aglietta, Robert Boyer, Alain Lipietz, entre outros), Chico apostou suas fichas na esperança de que, por meio da política e da disputa negociada pelo fundo público, fosse possível forjar um novo pacto de classes no Brasil, baseado num “antagonismo convergente”, que faria valer o que ele chamou de “direitos do antivalor”.

No final dos anos 1980, Chico percebeu que, caso o neoliberalismo, isto é, esta verdadeira onda de mercantilização oriunda dos países centrais, se estabelecesse entre nós, o resultado seria uma espécie de desmanche autoritário, assemelhado ao fascismo, das possibilidades de construção de uma sociabilidade balizada por um padrão minimamente republicano. Dessa forma, o neoliberalismo poderia sepultar, em definitivo, relações sociais democráticas, impossibilitando “uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante”.

Em 1995, após 25 anos de colaboração, Chico deixou o Cebrap, do qual tornou-se presidente em 1993. Em 1995, ajudou a criar, junto com outros colegas do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, como Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles, o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (Nedic). A participação no Nedic, atual Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) inaugurou a última fase de sua produção intelectual. De início ainda relativamente otimista em relação às potencialidades político-democráticas dos novos movimentos sociais, Chico avançou em uma direção cada vez mais cética sobre a possibilidade de um arranjo capitalista efetivamente “moderno” no país, que se ancorasse na negociação interclassista.

O momento mais significativo dessa inflexão aconteceu nos primeiros anos do primeiro governo Lula, momento em que, para

ele, tornou-se nítido que também o partido dos dominados estava contrariando o mandato que recebera das urnas, ao se ajustar aos parâmetros do “totalitarismo neoliberal”. Esta é a perspectiva que pode ser encontrada, por exemplo, em seu polêmico ensaio, “O ornitorrinco”, publicado em 2003. Desde então, tanto os objetos quanto a forma da reflexão de Chico encontram-se em grande medida balizados pela visão crítica em relação aos governos liderados pelo PT, do qual se desligou logo em 2003, na esteira da crise gerada pela contrarreforma da Previdência do funcionalismo público promovida pelo primeiro governo Lula. No ano seguinte, manifestou apoio à criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tornando-se o primeiro filiado do novo partido.

Os ensaios de Chico nesse último período gravitam em torno de um impasse: um país que não pode mais se aproveitar das brechas propiciadas pelo impulso modernizador no bojo da chamada Segunda Revolução Industrial, deixando de ser “subdesenvolvido”, sem, no entanto, ter se tornado propriamente “desenvolvido”. Se adicionarmos a esse diagnóstico uma de suas teses mais persistentes, segundo a qual a burguesia brasileira se aferra à iniciativa unilateral e prefere a desordem ao constrangimento da negociação social organizada, perceberemos a razão de seu pessimismo tardio.

Estava com Chico no quarto de hospital, no momento em que ele recebeu sua alta médica. Ele já estava internado há 21 dias. Conversamos sobre o novo projeto do Cenedic e aventamos a possibilidade de gravarmos uma entrevista a respeito da comparação histórica que estamos propondo realizar entre o golpe de 1964 e a situação atual do país. Ele animou-se e falou bastante sobre aquilo que viveu nos anos 1950 e 1960. Conversamos sobre o papel da imprensa e dos intelectuais. No final de minha visita ele disse: “– De fato, está tudo

tão diferente e, ao mesmo tempo, tudo tão igual”. Eu respondi: “- É o gato pardo do Lampedusa que Gramsci gostava de citar, Chico”. Ele sorriu e disse: “- O sardo foi realmente genial”. E nos despedimos com um abraço. Arrependo-me de não ter lhe respondido: “- Genial é você, grande mestre... Genial é você”.

Seguramente, um dos maiores intérpretes que a sociedade brasileira já teve, Chico fará muita falta nesse momento tão sombrio da história do país. No entanto, ele nos deixou com uma bússola mais do que confiável: sua obra. Que saibamos fazer bom uso dela.

Chico de Oliveira e o cinema do avesso

Ana Amélia da Silva¹

O que se pode ver no avesso do avesso?

Francisco de Oliveira

Ao prestar esta homenagem ao Chico de Oliveira, grande e saudoso mestre e amigo, percebo que a ação de juntar o aspecto mais espontâneo e coloquial atribuído à fala, e o mais convencional, obedecendo ao registro escrito, significa enfrentar desafios nem sempre à altura do equilíbrio demandado para um texto. Portanto, segue o alerta de que em vários momentos esses aspectos aqui aparecem mesclados. Agradeço, inicialmente, aos colegas e companheiros do Cenedic que organizaram essa homenagem – Cibele, Joana, Leo, Carlão, e espero não estar esquecendo ninguém. Destaco a enorme satisfação de encontrar aqui, entre o corpo agora ampliado de pesquisadores, aqueles que a Cibele nomeou de “velho Cenedic”.

¹ Ana Amélia da Silva é professora do departamento de Ciências Sociais da PUC-São Paulo e pesquisadora do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

O ponto de partida recai sobre depoimento visando testemunhar um aspecto notavelmente mencionado na tarde de hoje, na fala de Laymert Garcia dos Santos: a partilha do intelectual e do afetivo com que Chico procurava sedimentar amizades duradouras e inspiradoras de reflexões, trilhas de pesquisas e interlocuções nos debates. Tarefa que certamente permeou várias apresentações deste evento, ontem e hoje.

Para isto volto a uma das várias reuniões quinzenais do Cenedic de elaboração de um projeto coletivo de pesquisa traçado no biênio 2012 – 2013, intitulado “Desigual e combinado: capitalismo e modernização periférica no Brasil do século XXI”. Durante os encontros em que cada pesquisador apresentava seu subprojeto de pesquisa, e alimentado por seminários internos e externos ao projeto, este relato recai sobre uma tarde de março de 2013, em que Chico esteve presente às apresentações. Como proposta de subprojeto da pesquisa “Cinema e representação das classes sociais no Brasil recente”, apresentei minha “cartografia” de alguns filmes selecionados para a análise conforme as hipóteses específicas, e em acordo com a proposta mais geral do projeto, voltado à reconfiguração das classes sociais no Brasil contemporâneo, em suas diversas expressões.

Na ocasião, destaquei um deles, o premiadíssimo filme *O som ao redor* (Kleber Mendonça Filho, 2012). Primeiro longa-metragem do diretor, este filme desencadeou um debate em âmbito internacional e nacional que respondia por enorme conjunto de críticas cinematográficas e sociológicas, ao qual se somava outro conjunto considerável de entrevistas dadas por seu realizador. Tendo estreado no Brasil em 04 de janeiro de 2013, na cidade de São Paulo, o filme vinha na trilha de um ano de promoção mundial em diversos festivais internacionais, com vários prêmios amealhados. Sua singularidade recaía em sua forma estética (imagens, sons, narração, montagem,

entre outros), aliada à perspectiva sociopolítica que apontava para as continuidades e (re)atualização de relações e práticas sociais, políticas e culturais, com raízes em nosso passado colonial, patriarcal, escravocrata, oligárquico e autocrático. Assim, cabia levar em consideração as figurações que se erguiam em torno do potencial do cinema nacional recente para a representação da experiência de classe.

O que foi extremamente interessante e que ajudou sobremaneira na elaboração de um trabalho posteriormente apresentado em congresso internacional de Sociologia foi o comentário de Chico de Oliveira. Ele mencionou que ainda não tinha assistido ao filme *O Som ao redor*, mas adiantava que a grande crítica social aparecia em um curta-metragem do cineasta, *Recife Frio* (Kleber Mendonça Filho, 2009, 24min), lançado em 2012. O curta de 24 minutos havia amealhado mais de quarenta prêmios internacionais, e fora exibido nos festivais mundiais mais importantes. Chico ainda ressaltou diversos momentos da crítica encenada no filme, a ponto de impulsionar a compra da última cópia em DVD que encontrei na antiga Livraria Cultura do Recife. Era um pouco assim que Chico operava, abrindo pistas a partir de suas reflexões...

Recife Frio, assim categorizado de “falso documentário”, ou *mockumentary*, conforme a língua anglófona, apresenta de imediato um argumento principal perverso. Supõe uma catástrofe, um desastre, uma diferença climática abissal que teria transmutado o clima quente da cidade em um gelado, que se abate sobre ela. Tal tragédia, que já “encaminhara 350 mortos ao IML”, atrai “*los hermanos argentinos*”, âncoras, correspondentes de uma TV de Buenos Aires, paramentados para enfrentar desastres climáticos – no caso, as praias geladas. Até se fabula a trajetória e sobrevivência de “uma marcha dos pinguins” em Boa Viagem. Os jornalistas argentinos simplesmente aterrissam nas praias de Recife, espantando-se com a cidade que “há

oito meses vive sob temperatura cuja queda verificada por cientistas foi de 30°C, para 5 ou 10°C”. Trata-se de fazer um documentário sobre este fenômeno, e transmiti-lo através de um programa com o curioso nome de *Mundo em movimento*².

Assim, entre grandes panorâmicas, *travellings* e cenas tomadas por toda a cidade sob o frio e as nuvens cinzentas, o locutor principal do “documentário” se encaminha para “entrevistas” no que se pode denominar de variante de pesquisa de campo com os mais diversos personagens. Em questão está principalmente a mudança de *habitus* no comportamento de seus moradores, cientistas atraídos pelo fenômeno, trabalhadores, repentistas, visitantes estrangeiros, etc.³ Somos informados de que “talvez” (“ninguém confirma”) tudo tenha decorrido de um meteorito que teria atingido a praia Maria Farinha, distante 35 quilômetros de Recife. As cenas iniciais – enunciadas pelo locutor argentino, mas filmadas pelo diretor do falso documentário – aparecem reveladas por panorâmicas sobre uma cidade agora dominada pela escuridão, nuvens pesadas e baixas, chuvas constantes e, até neve caindo em determinados pontos e momentos. Assim se expressa a voz do locutor, remetendo à panorâmica (escura) do “que um dia foi o rio Capibaribe”: “Hoje o Capibaribe é uma “m...”. Ou, “Recife é uma cidade cortada por um caos escuro que já foi o rio

2 Outras análises, que não será possível aprofundar por causa do limite de tempo, apontam para a crítica extensiva à mídia dirigida aos programas da TV a cabo, tipo *Discovery Channel* e outros semelhantes.

3 Aqui tomando a noção de Pierre Bourdieu, envolvendo a dominação e o poder simbólico. Em termos resumidos: “O espaço de posições sociais descreve igualmente um espaço de disposições (*habitus*) e de tomadas de posição (representações) que definem os lugares no interior da distribuição de poderes e conduzem às lutas, nomeadamente as simbólicas”. In: GRANJON, F. (dir.). *Matérialismes, culture & communication. Tome 1*. Paris: Presse des Mines, 2016, p. 354. Tradução própria.

Capibaribe.” Aquela cidade que já foi designada como “Veneza brasileira”, onde “se vendia o sol”, hoje, “cheira a maré, frutas e urina” ...”

No entanto, afirma o locutor, remetendo ao passado e tecendo a crítica à segregação e espoliação urbanas, aí incluso o repúdio à crescente verticalização das cidades brasileiras e, em especial, na cidade de Recife:

“Antes ‘*del cambio climático*’ Recife já sofria com o medo paralisante da violência e com a feiura do urbanismo agressivo, tão comum nas cidades latino-americanas. O espaço urbano caótico piorado por uma especulação imobiliária fora de controle abria espaço para a desumanização das cidades. Muitos sequer percebem que a paisagem foi substituída por linhas e ângulos retos. Nesta desordem, o elemento humano se achatou. E as ruas tornaram-se inóspitas”.

Nesta direção, vale destacar outros momentos da “pesquisa de campo”, encenando situações cotidianas no que Fredric Jameson definiu como “dramas figurativos”. Como exemplo, a visita do locutor a outro estrangeiro (personagem do francês, que alguns já denominaram de “ocupante”). Este abriu uma pousada “que vendia sol”, e, agora, se vê sem clientes por seu negócio falido. A figura entra em desalento e pondera se não será melhor “criar uma ONG para salvar pinguins”! O tom sarcástico e um humor cortante percorrem todo o filme numa crítica mordaz e irônica, o que, segundo a linguagem cinematográfica, seria a característica principal em alguns “falsos documentários”, ou *mockumentaries*.⁴

Cabe aqui a referência a outra situação hilária de exceção dentre os personagens entrevistados. A figura do Papai Noel – de

4 A tradução mais direta de *mock* = falso.

resto, a mais fetichizada da mitologia universal, com base em rituais seculares de países em tempos de inverno – recai sobre o único personagem que se sente bem com o frio, pois afirma “que [outrora] já desmaiou várias vezes com o calor”. Quanto ao restante: moradores tristes olhando seus celulares e buscando fotos antigas de quando iam à praia...”

Outra cena contundente destacada do filme refere-se à família de classe média alta que forja um “pacto” entre sua empregada e o filho do casal, reencenando a sociabilidade e dessolidarização decorrentes da persistência “moderna” da casa grande & senzala, e tecendo forte crítica que, em sua forma cínica, resulta na expulsão da empregada de seu quarto. Assim, mais uma vez, o locutor registra:

“Verificamos um conflito de família! Na classe alta temos as vítimas arquitetônicas do frio, com resultados catastróficos no mercado imobiliário local (...) O *locus* do conflito? O quarto da empregada, esta instituição arquitetônica brasileira é a herança da escravidão, o fantasma moderno da senzala. (...) é o menor cômodo da casa ou apartamento. Mas é a mais calorosa. Suas janelas são mínimas ou inexistentes. Invariavelmente, construídas nas partes traseiras dos edifícios, viradas ao poente...”

Mais adiante, em direção ao final do filme, a voz do locutor volta em seu formato “portunhol”: “Ruas vazias durante nossa estada e ‘nos preguntamos’: *‘Donde están las personas/ Las personas están al shopping’*”. A câmera lenta com pessoas caminhando em direção a bolhas (no caso, grandes bolas coloridas) onde boiam as pessoas, filmadas na piscina do que parece ser o andar térreo de um *shopping*. O “assento” nas boias/bolas, acompanhado pela 7ª Sinfonia de Beethoven, ergue-se como metáfora forte do encapsulamento da classe média, com imagens que são retomadas em outros filmes de curta-metragem do diretor, e em seu primeiro longa, *O som ao*

redor, ou mesmo enunciadas em suas reflexões, expressas em inúmeras entrevistas.

O filme termina numa cena de praia em que as nuvens ainda estão carregadas, e a areia, empapada de água de chuva, enquanto um “frágil” arco-íris se delinea ao longe. Um grupo se reúne numa roda (provavelmente a equipe do filme), embalada pela voz acolhedora de Lia do Itamaracá embaixo de um guarda-chuva, com a música “Eu sou Lia – minha ciranda”. Se é possível que este horizonte com um tênue arco-íris possa conferir um possível futuro redimido pelo provável retorno ao clima quente, é bom não nos esquecermos de que *Recife Frio* inicia afirmando que o filme se refere a “um tempo futuro...daqui a alguns anos”⁵.

Cabe destacar algumas dimensões compreendidas na abordagem de algumas cenas aqui brevemente mencionadas. Inicialmente, a ironia e o humor sempre mordazes que percorrem *Recife Frio* apontam para um “efeito de distanciamento crítico” do cineasta, plausível de nexos representativos com a forma do teatro de Brecht, ao dispor para a voz do narrador-locutor argentino a crítica social e seu significado político. Também ao “*virar tudo ao avesso*” nos significados da forma estética adotada, estabelece a crítica à realidade, que não deixa de sugerir uma alegoria forte aos “pactos sociais” na trajetória histórica do país. Por outro lado, esse mesmo narrador-locutor percorre as ruas da cidade para verificar, num efeito de pro-

5 Destaca-se que a dialética espaço/tempo aparece em outros filmes de KMF, lembrando aqui o recente *Bacurau*. É interessante, por outro lado, lembrar que Chico ressaltava a figura de Lia de Itamaracá encerrando a cena final. “Minha ciranda não é minha só/ Ela é de todos nós/ A melodia principal quem/ Guia é a primeira voz/ Pra se dançar ciranda/ Juntamos mão com mão/ Formando uma roda/ Cantando uma canção”.

ximidade e afeto e, ao mesmo tempo, de espanto, diante dos “atores de si mesmos”, cada um narrando o impacto do frio e a mudança de comportamento. Não por acaso, nos créditos finais aparece o elenco de atores/atrizes apostos aos personagens do filme, e assim, esta forma distanciada e não menos intrigante adquire, também, um forte potencial brechtiano de crítica:

“um narrador/ uma cientista/ um cientista; [novamente] uma cientista; [novamente] uma cientista/ um sem-teto/ uma sem-teto/ uma voz cética/ uma garotinha com sombrinha/ uma mulher saudosa/ um homem saudoso/ dois repentistas/ um pastor/ um Papai Noel/ um francês do sol/ um artesão/ uma mãe; um pai/ um filho/ uma empregada/ uma jornalista/ um homem do tempo/ Lia do Itamaracá.”

Com estas breves reflexões em torno do documentário, foi possível flagrar o elo entusiástico com que Chico referia-se ao potencial da crítica social contida no filme. Pois também ele, Chico, ficou conhecido como mestre da “dialética expressiva” no estilo literário de seus ensaios, portadores de metáforas, alegorias e “imagens de pensamento”, como a elas se referia Walter Benjamin, potentes em termos de significados, conceitos e “valores cognitivos”, várias delas recuperadas pelas falas nesse evento, ontem e hoje: “a falsificação da ira”, o reiterado e lembrado ornitorrinco, sem dúvida a alegoria mais certa para definir os anos percorridos, e aguardando sua metamorfose através do texto apresentado aqui pelo Paulo Arantes; a “passagem na neblina” em texto dedicado, também, *et pour cause*, ao cineasta Theo Angelopoulos; o “totalitarismo neoliberal com seus fornos frios”; o “avesso do avesso”; entre muitas outras.

Frente a essas afinidades eletivas aqui delineadas, engatei o trajeto de retorno para a releitura da obra que mais se referia à

cidade do Recife: *A noiva da revolução*⁶, sempre lembrando o convite de Chico a percorrermos juntos esta cidade cujos atributos consolidariam o que ele denominava de “ensaio histórico-político-sentimental”. Em suas “cartografias da memória” destacava-se uma caminhada intelectual e afetiva verificada hoje, na lembrança de Laymert, sobre um momento em que estiveram juntos em Paris, percorrendo sua paisagem, suas ruas, museus...

No entanto, cabe anotar, estes trajetos também são percorridos pelo olhar agudo e dialético da luta de classes, e, no caso de Recife, abrigavam os ingredientes da tarefa revolucionária.

“Não espere, pois, leitor, recifense ou não, uma história dessa cidade, aquática, musical, bela e pobre, que muitas vezes foi noiva da revolução, quase se casando. Cerimônia marcada, na undécima hora sempre chegavam sinistros homens, deixando para trás amargas lembranças vestidas de luto. Desde 1964, parece que a revolução a abandonou, ou foi ela que, pós-modernisticamente, rejeitou seu antigo amado, seu antigo amor?” (Oliveira, 2008, p. 25-6).

Tomando então a reflexão a partir dessa figuração histórico-critica, ou mesmo tomando-a apenas como poderosa metáfora ou alegoria, pode-se deduzir, seguindo nosso autor, que não foi possível *desvelar o véu*. No entanto, suas palavras finais, como bem ressaltou Vilma Arêas na apresentação do livro, após lançarem “o terrível lamento provocado pela situação contemporânea e suas políticas equivocadas – ‘uma cidade que bota pobres em lugar de ovos’, como um ornitorrinco ainda mais monstruoso...” (p. 12), apontam para o

6 OLIVEIRA, F. de. *Noiva da Revolução/Elegia para uma religião*. São Paulo: Boitempo, 2008.

grande salto de esperança (estaríamos frente ao salto do tigre benjaminiano?), quando, nas palavras da autora da apresentação, Chico, retornando a Recife durante o período do Carnaval, ainda se encanta com a música e outras lembranças. Vilma Arêas desse modo sinaliza para “a música popular, que transforma o lamento em saudade... [e com isso] acende outra vez a esperança”.

Para finalizar, volto a retomar a chave de leitura empregada na breve análise do documentário *Recife Frio* e suas correspondências ou nexos com as figurações sociocríticas e políticas expressas nas metáforas e alegorias, tanto no estilo literário de Chico, quanto na estética e linguagem cinematográfica de Kleber Mendonça Filho. Em ambos, cada um a seu modo, a luta de classes ganha sua expressão dialética pelo recurso ao método do “virar do avesso”, ou “olhar do avesso”. Portanto, cabe aqui para encerrar retomar outro autor que, nos anos 1970, em obra extraordinária sobre o “estilo literário de Marx”, assim se referia em capítulo final, justamente intitulado “Epílogo sobre a ironia e a alienação”. Nela, o venezuelano Ludovico Silva traz uma frase de Marx extraída de *As lutas de classes na França* (1850): “A hipoteca que o camponês tem sobre os bens celestiais garante a hipoteca que a burguesia tem sobre os bens do camponês”. Reconhecendo aí um “fulgor estilístico e conceitual” que concretiza o que chama de “dialética da expressão”, ou tão somente a “expressão da dialética”, aponta para outra “combinação muito frequente em Marx: a ironia articulada à indignação” (p. 91). Nessa direção, afirma:

“O módulo conceitual desta ironia é sempre propiciado por aquela capacidade que Marx tinha para olhar pelo avesso – ou pelo reverso – todos os fenômenos sociais de que os economistas, filósofos e políticos só viam a aparência, o anverso [*ou aparência das coisas*]. (...) Daí que as suas ironias estilísticas tenham

sempre uma função-chave: a função da denúncia (...). Trata-se também de um componente teórico: a ironia, a zombaria e, em geral, a crítica (...) formam parte constituinte de sua teoria geral da sociedade e da história” (p. 91-2)⁷.

Salve, Chico! Sempre presente e inspirador, mesmo não estando mais entre nós. Faremos ainda outras homenagens, cada vez mais importantes nestes tempos terríveis e nefastos, para dizer o mínimo. Foi ótimo poder partilhar esta modesta reflexão crítica com colegas e companheiros de debates e, principalmente, com os familiares de Chico que acolheram este evento.

7 Ver SILVA, L. *O estilo literário de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1971].

Vínculo e entendimento

Laymert Garcia dos Santos¹

Boa tarde a todos. Eu queria começar agradecendo à Cibele esse convite para participar da homenagem ao Chico. Acho ótimo falar na sequência do Paulo, porque a agudeza da análise dele – com a qual concordo plenamente – me permite ir para um outro caminho, fazer uma espécie de pequeno depoimento, muito mais curto do que o tempo que me é disponibilizado... Assim, a gente aproveita para que mais pessoas possam se manifestar. Enfim, concordo com o Paulo: a gente está vivendo com uma espécie de Ornitorrinco, uma espécie de Ornitorrinco morto-vivo. O título da mesa, aliás, é muito bom e quando o vi, quase levei um susto porque, de repente, veio na minha cabeça toda a configuração do Ornitorrinco, só que numa espécie de avanço rápido (*fast forward*), porque ele me apareceu como uma espécie de realização de uma profecia sinistra, na qual todos os fios que o Chico puxou estão agora expostos em um país em decomposição. Então, para mim, o Brasil como Ornitorrinco é um país em decomposição.

Levei bastante tempo nessa pandemia para encontrar a palavra que correspondesse ao meu sentimento maior em relação ao que está

¹ Laymert Garcia dos Santos é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, pesquisador do CNPq.

acontecendo no Brasil – recusei muitas palavras, e acabei chegando na palavra *decomposição*. E é ótimo – na verdade, nem preciso ficar falando disso porque o começo dessa história de decomposição se encontra na análise do Paulo quando mostra que o Roberto (Schwarz) e o Chico já tinham detectado essa decomposição num momento em que ela ainda estava em gestação, e também como é que isso foi se desenvolvendo ao longo do tempo, até que agora está tudo explicitado de maneira escandalosa. Então, acho que a contribuição do Chico para o entendimento do que é este país está dada, já foi dita nesta mesa, o Paulo disse brilhantemente o que era preciso dizer. Por causa disso, não vou falar sobre o Chico pensador, vou falar sobre o Chico pessoa. Pelo seguinte: conheci o Chico nos anos noventa, quer dizer, bem mais tarde do que toda a turma da minha geração. Não o conhecia porque, quando ele apareceu, eu nem morava aqui no Brasil. Eu o conheci numa mesa de um seminário sobre a modernização na Amazônia, que aconteceu no início dos anos noventa em Belém. Por um acaso, estávamos na mesma mesa. Eu já conhecia o trabalho dele, mas não nos conhecíamos pessoalmente. Nessa ocasião, falei sobre um texto que havia escrito sobre a encruzilhada do Brasil em relação à questão ambiental, na verdade ambiental e tecnológica ao mesmo tempo, que era a minha área. Ele gostou do que eu disse, nós pegamos o mesmo avião de volta para São Paulo, e ficamos amigos no caminho. Hoje, vendo retrospectivamente, tenho a convicção de que a gente ficou amigo ali, porque o entendimento era muito grande.

Depois disso passou um tempo, ele entrou em contato para que eu fizesse parte do Cenedic. Bom, as pessoas que fizeram parte do Centro sabem de meu interesse pelas discussões, pelas questões que eram levantadas, e pelas dificuldades com as quais a gente trabalhava e que tinha de enfrentar, inclusive do ponto de vista teórico.

Tudo isso foi muito estimulante, mas não vou falar sobre o Cenedic. Vou falar sobre um pequeno episódio que aconteceu em 2005, já no governo Lula. Acho ótimo o Paulo ter lembrado do diagnóstico do Chico e da posição política dele com relação ao governo do PT e, também, a posição do Paulo nesse período, que era muito próxima da do Chico. Nas conversas e discussões isso ficava muito claro, e muita gente ficava se mobilizando para, de certa maneira, tentar defender o governo. E eu me lembro muito bem do desencanto do Chico com relação ao que já estava acontecendo ali e o que viria a se desdobrar depois – desdobramento que, a meu ver, provocou uma amargura no Chico, que eu acompanhei; e acho que ele não merecia a amargura que o Brasil suscitou nele, embora ele soubesse, evidentemente, o que era toda essa carga.

Bom, mas em outubro de 2005, fizemos um debate, uma jornada no Beaubourg, no *Centre Pompidou*, que foi organizada por uma crítica de arte, a Catherine David, e eu próprio, para discutir o Brasil. O seminário se chamou “A Ascensão dos Paradoxos”; estávamos tentando levantar as questões paradoxais que já estavam se acelerando no período. Nessa ocasião, nessa jornada, que durou um dia inteiro, a fala inicial era do Chico, e ela estava concebida para esboçar um grande painel contextual e crítico para os franceses, que estavam muito interessados em saber o que estava acontecendo, porque se tratava do governo Lula, do primeiro governo Lula.

Chico fez a palestra dele, mas houve um *tilt* terrível, pois a pessoa que o *Centre Pompidou* contratou para fazer a tradução era muito ruim e a palestra que foi feita em português se tornou praticamente incompreensível em francês. E na primeira fila estava sentado o François Chesnais! Foi uma lástima. Quando ficou patente que a tradução era imprestável, o pessoal do Beaubourg saiu à procura de um novo tradutor, mais qualificado, mas este só chegou a tempo

para a intervenção do segundo palestrante. Então, o Chico, que era a estrela do evento e a pessoa-chave, que ia não só abrir, mas dar o tom dessa ascensão dos paradoxos, acabou fazendo a palestra só para nós, os brasileiros...

A jornada, depois, correu normalmente, foi tudo bem. Uma vez terminada, minha mulher, eu e o Chico ficamos em Paris por três dias, a convite do *Centre Pompidou*. E aí eu pude conhecer melhor uma figura que só conhecia ou no trabalho ou, digamos, por livros. Porque a gente resolveu passear pela cidade durante os três dias, e eu pude conhecer a figura humana do Chico. Antes de tudo, a curiosidade dele – que era uma curiosidade quase infantil, porque ele tinha uma abertura de cabeça que era uma coisa entusiasmante. Tudo ele queria conhecer, tudo queria saber, experimentar. Da comida aos vinhos, aos passeios, às atividades culturais... E o episódio que, para mim, ficou guardado, e que resolvi contar hoje um pouquinho, aqui nessa homenagem a ele, foi uma visita que fizemos ao Louvre. Nessa ocasião, o museu estava apresentando, na Sala da Capela, uma exposição comemorativa do Ano do Brasil na França, com treze das vinte e sete pinturas que Franz Post havia feito de Pernambuco e que o Príncipe Maurício de Nassau havia oferecido de presente a Luís XIV, em 1679. São pinturas que praticamente nunca são vistas – na verdade, estavam sendo mostradas juntas pela primeira vez desde o final do século XVII. Então, tratava-se de algo muito especial: não só era a primeira exposição que o Louvre fazia sobre um tema brasileiro, mas também se expunha o primeiro artista a ter como motivo a paisagem brasileira.

Foi interessantíssimo fazer essa visita com o Chico, porque eu me dei conta do entusiasmo dele vendo a exposição e descobrindo os espaços e o modo como esses espaços eram percebidos e trabalhados, descobrindo a vegetação, os engenhos, descobrindo sobretudo o céu

amplo, que ocupa praticamente dois terços das telas de Franz Post, o entusiasmo dele com o país dele, sobretudo com o país natal, que era Pernambuco. Era tocante ver como ele via a exposição, o seu entusiasmo, e aí me dei conta do vínculo que ele tinha com o Brasil, para além da dimensão teórica e do comprometimento teórico e heurístico que tinha para tentar entender o seu país.

Então, achei que era legal mencionar esse episódio, pois foi uma espécie de contraponto, uma espécie de presente dessa viagem, pois nenhum de nós teria tido a oportunidade de ver essa exposição, não fosse o evento do Beaubourg. Esse presente, parece-me, compensou, em muito, o fracasso da apresentação do Chico na jornada, por causa da tradutora. E é interessante notar que ele não reclamou um único momento do fato de ter acontecido o desastre com a intervenção dele. Sempre manteve o bom humor e, sobretudo, essa vontade de conhecer as coisas... Eu queria deixar esse testemunho pessoal porque, a partir daí, passei a ver o Chico com outros olhos, a vê-lo de maneira diferente, mesmo dentro do Cenedic, nas discussões, etc. Passei a vê-lo de modo diferente em função de uma amizade que se intensificou ao longo desses três dias parisienses. E isso, para mim, foi muito importante. É isso. Muito obrigado.

“Saudade do que poderia ter sido” – Uma homenagem a Francisco de Oliveira

Lena Lavinás¹

Gostaria de agradecer aos colegas do Cenedic por estar aqui com vocês hoje, em particular ao Carlos Bello, Ruy Braga, André Singer, Cibele Rizek e Leonardo Melo, para celebrarmos Francisco de Oliveira. Pelo que vejo, sou uma *outsider*. Mas saibam que fico muito feliz de ter a oportunidade e o prazer de ouvir toda a equipe do Cenedic, aprender com vocês e os conhecer melhor. Muito obrigada desde já.

Eu preparei um texto, pois tudo ficou meio descosturado. Vou lê-lo e sobretudo vou repetir inclusive passagens já analisadas e trazidas pelos colegas que brilhantemente intervieram na mesa anterior. Sinal de que tenho convergências com vocês, embora nosso diálogo esteja apenas começando.

É uma honra e um desafio falar do homem e do pensador Francisco de Oliveira, tamanha é a estatura desse intelectual ímpar, que fez da dialética o *modus operandi* da sua leitura dos fenômenos sociais imbricados nas engrenagens do capitalismo contemporâneo

1 Lena Lavinás é professora titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e bolsista CNPq.

na periferia. Poucos foram tão longe em desvendar os simulacros da nossa sociedade periférica. Ou, como afirma ele num de seus prefácios, o “método de desvendar aparências,” que foi a tônica de um trabalho magistral nos seus propósitos e na sua amplitude.

São muitos e magistrais os trabalhos feitos por colegas como Cibele Rizek, nas coletâneas que organizou, ou Bernardo Sorj, José Sergio Leite Lopes, Marcelo Ridenti, Flávio Mendes e Daniel Pecaut. Eles reúnem depoimentos, entrevistas, que, de alguma maneira, compõem sua biografia. Eu desconhecía parte dela. Entendo que estamos aqui para falar da sua obra, do manancial de novas interpretações desse Brasil insólito e incômodo que ele nos ofereceu, do método que nos ensinou para descortinar o que paira à sombra. Ou que é o oposto do que veem os olhos.

Quando comecei a levantar a obra do Chico, para pensar por onde represá-la, me surpreendi com tudo que nunca tinha lido dele. Comecei pelo mais familiar, conhecido, e acabei não conseguindo elaborar ideias como pretendia. Porque iniciei pelo conhecido, o ponto de partida foi a questão regional já tratada. E o ponto de chegada não aconteceu. Só não digo que meu texto ficou meio ornitorrinco para não parecer grosseiramente pretensiosa.

Então, vou seguir por uma via meio marginal, que mescla um relato muito pessoal, com alguns apontamentos sobre sua obra.

Até porque Francisco de Oliveira, intelectual rebelde e refratário a dogmas, e o Chico, paulistano do Recife, meu amigo, me são indissociáveis.

Chico foi um homem de ideias e valores, cuja singularidade foi sempre de os ter assumido de forma intransigente e consequente. Embora ácida e implacavelmente crítico, ele era também um otimista, porque acreditava na transformação pela política. Julgava

até possível “uma campanha pela ética na política, pela moralidade pública (...) sem que se corra o risco de cair no moralismo conservador” (citação retirada do artigo “Economia Política da Social-Democracia”, de 1993). Ruy Braga, num artigo publicado na *Revista Época*, no ano passado, por ocasião da passagem do Chico, afirma que o mestre teria transitado para um pessimismo tardio, ciente da impossibilidade de que vingasse entre nós um arranjo capitalista moderno, isto é, forjado com base em negociações interclassistas. O pessimismo é provavelmente irmão siamês da crítica. Ainda assim, ao retirar do Estado e das elites qualquer dimensão de vanguarda na transformação estrutural das nossas sociedades e ao ter, como horizonte das lutas, o socialismo, Chico afixava sua crença e, portanto, seu otimismo, de que era possível travar batalhas para forjar caminhos alternativos à barbárie imposta pelo capital.

Chico é grande e falar dele implica forçosamente o uso recorrente a superlativos. Não apenas para recuperar essa ou aquela das tantas contribuições de sua vasta obra, senão para recordar com saudade esse ser humano generoso, solidário, verdadeiro, acolhedor, doce, que saboreava contar o prazer de tomar café no boteco da esquina, todas as manhãs, com Victor-Hugo, seu filho caçula, o último de uma sequência de oito. Sim, Chico sempre se excedeu em quase tudo, e com paixão.

Paixão me parece ser uma das dimensões que melhor define o Chico, ainda que certamente não a única. Paixão que nutria sua rebeldia e sua radicalidade. Chico era arrebatador na forma e no conteúdo, que o diga a leitura de seus fascinantes ensaios.

A começar por um relato mais recente, biográfico, mas não apenas, *A Noiva da Revolução* (2008), um canto de amor ao Recife – que Chico flexiona no feminino: mulher amada –, e aos personagens,

“as gentes”, como diz ele, que povoaram sua juventude e os tempos de luta e resistência na terra natal, e cuja história é também a história do Golpe civil-militar de 1964 e do fim do experimento promissor da Sudene. A Sudene de Furtado, que Chico afirma ser quando a Razão – com R maiúsculo – entra no Nordeste. Chico narra décadas de história no que denomina “reino do amor”, sem abdicar de estampar a hierarquia e a divisão de classes que construíram sua mítica Recife e a tornaram, ao final, irrelevante. Vagando do período colonial, atravessando o Segundo Império, os tempos de Getúlio e Agamenon, e finalmente a era Arraes, até adentrar a contemporaneidade marcada por sucessivas invasões norte-americanas, Chico, ao retratar a Recife pioneira em tantas astúcias, nos conta com paixão, sabor e requinte, a história do Brasil. O Brasil que ainda não deu certo.

Em certo ponto, Chico se dirige ao leitor diretamente e diz: “– Quero fazer com que você ame e sonhe com essa cidade, que ao ler o lamento cantado em suas ruas, tenha saudade do passado que você não viveu, uma saudade benjaminiana, do que poderia ter sido e não foi; nos versos de Maiakóvski, tenha, com ela, com os que lá moraram e viveram, com os que lá vivem, saudade do futuro”.

Saudades do futuro. Essa era uma expressão frequente, com que Chico arrematava conversas sobre derrotas, lutas inglórias e esperanças frustradas. Expressão incontestemente desse otimismo que pavimentou sua trajetória intelectual e acadêmica. Havia sim uma janela aberta para a superação de tudo aquilo que jamais exerceria papel civilizatório no Nordeste ou no Brasil, leia-se o grande capital e as burguesias, que, recorrentemente, nos sequestram o futuro.

Se a paixão impregna todas as linhas da sua obra, é na *Elegia para uma re(li)gião*, que Chico faz da paixão a mecânica que constrói a narrativa. Nas suas próprias palavras, *Elegia para uma re(li)gião* é,

sim, um canto de amor: principalmente do novo. Esta Elegia, diz ele, canta o amor do futuro”. Ou seja, num espaço de trinta anos, que separam a *Elegia* da *Noiva da Revolução*, Chico de Oliveira, no processo de desvendamento do real, aposta sempre no amanhã, no futuro construído na luta contra a opressão e que carrega a promessa de redenção.

Elegia foi a primeira obra que li de Chico de Oliveira. Um clarão a cortar a escuridão. Impactante. Grandioso. *Elegia* é um exercício de economia política acerca do planejamento regional do Nordeste. Revela como o Estado logrou operar uma mudança de forma do excedente, que retorna ao processo produtivo e promove o processo de acumulação em favor das empresas oligopolistas do Centro-Sul. O capital não se enraíza no Nordeste, mas é drenado para a região mais desenvolvida, agravando os diferenciais de desenvolvimento inter-regionais, reproduzindo o subdesenvolvimento.

É uma leitura em franca ruptura com o método histórico-estruturalista, com a tradição cepalina que até hoje enseja um mesmo diagnóstico para explicar o lugar subordinado da América Latina na economia mundo. É um divórcio com a lógica do planejamento que institui um modelo de intervenção centralizada, via aparato de Estado, e de formação de quadros técnicos na região, modelo esse ainda vigente. É verdade que no *Ornitorrinco* Chico revê seus arroubos na crítica que fez à formulação cepalina da especificidade do nosso subdesenvolvimento, mas isso não a invalida.

Instigante é sua compreensão do que define uma região, tanto do ponto de vista econômico quanto do político. Um conceito fora dos marcos geográficos e apreendido na “especificidade do espaço de reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto,

também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”. Uma definição marxista de região, tributária da marcha de homogeneização que toma o capital, marcha essa, porém, jamais completa e acabada. Apenas tendência. Isso porque o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado, explorando assimetrias e exacerbando-as, ao criar formas de reprodução do valor marcadamente diferenciadas. Assim, as regiões, que já não o são, se constituem como espaços diferenciados onde uma forma de reprodução do capital e uma forma que lhe é correspondente da luta de classes, resultante da natureza das relações sociais de produção ali predominantes, se imbricam dialeticamente. Logo, não havia diferentes modos de produção em disputa no Brasil, como se afirmava na década de 1950-60, com a presença de relações pré-capitalistas na área dita atrasada ou mesmo feudal. Claro, o feudalismo jamais esteve subordinado às leis de movimento do capital. Portanto, tampouco havia dualidade, senão formas distintas de produção de valor, dentro de uma lógica mais geral de acumulação.

Chico cunha também o conceito político de região, aquela fechada por certas classes dominantes. As regiões se abrem à medida que se integram à economia nacional, sendo que antes se constituíam regiões por determinação externa, na sua inserção internacional.

Genial. Uma revelação. Um gigante, Francisco de Oliveira, pela simplicidade e clareza do seu método analítico dialético. Enfim, entendia eu o que era o pensamento dialético na análise da realidade. O desenvolvimento regional desigual era fruto da própria expansão das relações capitalistas de produção e não do conflito moderno *versus* arcaico, com este embotando a progressão daquele.

Que revelação! Então faço mais um parêntesis aqui e conto uma anedota.

Morava em Paris e havia recém lido *Elegia* para minha tese sobre o Nordeste. Soube que Chico havia se mudado para a cidade. Início dos anos 1980, creio. Estudante, mandei uma carta longa de cinco páginas, explicando todas as coisas que pensava extraordinárias que fazia e pedindo que me recebesse para uma conversa sobre minha tese. Juventude é fogo... Completamente sem noção.

Desembarquei na *École*, onde ele tinha sua sala, entusiasmada, mas ele ainda não havia chegado. Fiquei esperando ao lado de uma moça, como eu, sentada na antessala. Pensei: “Nossa, vai demorar”. Fila. Todo mundo quer conversar com Francisco de Oliveira. Chovia muito e estava frio. Era janeiro. De repente, chega um senhor do meu tamanho – ou seja, baixinho –, embrulhado no seu *manteau* e escondido embaixo de um chapéu de feltro encharcado. Pensei de novo: “Essa fila tá ficando mesmo longa... Vai demorar”. Instantes depois retorna aquele senhor baixinho e me pergunta: “Você é a Lena? Eu sou o Chico!” Passaram-se alguns instantes de estupor. Tempo necessário para eu ajustar a imagem que eu formara daquele ser gigante, intenso, apaixonado, que me havia arrancado do torpor do conhecimento normativo e friamente acadêmico que a gente costuma ingurgitar para fazer uma tese. Aquele então era o homem do clarão, apesar de tão despojado de liturgias. Outra revelação. A menina da antessala era sua filha, Ritinha. Dali nos tornamos amigos e foram muitas as revelações que se seguiram.

Chico não foi somente amigo querido, ele foi sempre presente. Foi, por várias vezes, *baby-sitter* das minhas filhas quando eu, divorciada, precisava trabalhar e chegava tarde em casa; mobilizou toda a família para me ajudar a cuidar da bisavó das meninas, com quem morávamos; com ele, fugíamos de seminários da *École* para ir pro bistrô no Boulevard Raspail, falar de paixões e da França so-

cialista. Como ele disse na entrevista ao Ridenti e Mendes, Paris foi bom para curtir a cidade, e nós curtimos Paris juntos muitas vezes. Chico de Oliveira, temido e contestado por enfrentar destemido e com garra a crítica, por ser avesso a concessões espúrias, praticava, ao mesmo tempo, a ternura e a gentileza. E isso o fez ainda maior. Eu devo a ele momentos de alegria, um apoio incondicional, muito do que aprendi, e sobretudo um exemplo de decência, integridade e firmeza republicanas.

E é por isso mesmo que sua ausência hoje nos priva não apenas de uma reflexão rigorosa e decapante sobre a conjuntura que vivemos e nosso dever como sociedade, mas da voz do intelectual público que nunca flertou com o poder constituído e jamais se furtou a rupturas, fossem elas dolorosas e fonte de grande incompreensão sobre sua pessoa.

Eu não sou uma especialista no pensamento e obra de Francisco de Oliveira. Não tive a chance de trabalhar com ele no processo de construção dessa instituição de onde falamos hoje, o Cenedic. Nunca fui sua aluna. Sou, como tantos outros, alguém que se formou com seus ensinamentos, lendo seus ensaios, saboreando sua prosa, cativada pela força da palavra, pelo estilo ousado, pela elegância e por um lirismo que, por vezes discreto, era inerente ao personagem. A escrita do cientista social Francisco de Oliveira é absolutamente singular e notável.

Notável também é a imensidão da sua obra naquilo que ela esclarece. Impossível açambarcá-la. Eu aproveito para retomar algumas contribuições do Chico na crítica que fez aos marxistas na sua interpretação da relação Estado-economia no capitalismo contemporâneo. E na desvalorização das instituições, no caso, o próprio Estado do Bem-estar.

Num texto de 1993, sobre a economia política da social-democracia, ele considera que os estudiosos marxistas ortodoxos não deram atenção necessária à extrapolação das relações sociais para a esfera pública, relações essas antes configuradas apenas nos espaços privados. Ao contrário daqueles que viam no Estado praticamente um agente econômico com racionalidade idêntica à dos agentes privados, portanto, nas mãos dos capitais monopolistas, Chico, se servindo do arcabouço keynesiano, desenvolve o conceito de fundo público como um *mix* onde se fundem a razão pública e a privada. Onde, numa mesma unidade, se garante a produção e reprodução do valor, mas também do antivalor, que é onde se processa o gasto social, responsável por uma parcela importante da reprodução da força de trabalho. O chamado salário indireto. Com isso, Chico observa um deslocamento da luta de classes para dentro do orçamento de Estado. É como se as classes sociais que estão em franca mutação se tornassem públicas. Assim, não se está falando de uma esfera pública burguesa, que serve à acumulação do capital, através de subsídios e outras políticas afins, mas de uma esfera pública não-burguesa que toma a forma estatal para operar um conjunto de políticas sociais que vão desmercantilizar parcialmente a força de trabalho: política de saúde, educação, as aposentadorias. Isso significa, na sua visão, uma retração da base social de exploração.

Nas suas palavras, trata-se de um modo social-democrata de produção, onde o Estado do Bem-estar não somente cabe no orçamento público, mas o amplia de forma expressiva. Com isso, se estaria comprovando o que Chico denomina a “virtualidade da desnecessidade da exploração” com o fundo público tornando real o que é virtual.

Num texto anterior, de 1988, Chico desenvolve mais longamente a tese do antivalor, em que vê o fundo público reproduzindo cada

capital particular, mas também, num outro extremo e contraditoriamente, assegurando a reprodução da vida. Chico afirma que a presença do fundo público foi estrutural ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo – que eu limitaria ao regime de acumulação fordista –, e mostra-se, por isso mesmo, insubstituível. Algo que tampouco poderia ser desterritorializado. Os fundos públicos nacionais nos países desenvolvidos, com democracias representativas fortes, seguiram financiando articuladamente a reprodução do capital e da força de trabalho. Isso, contudo, se esvai com o advento da financeirização, que contrai o fundo público, também nas economias avançadas.

Ademais, com a ruptura provocada no mercado de trabalho por ocasião da pandemia, com milhões de trabalhadores, sobretudo mulheres, abandonando o mercado de trabalho, ou, na melhor das hipóteses, trabalhando de casa, literalmente *full time*, vemos que, de fato, tal como destacado por ele, todo tempo de trabalho é agora transformado em trabalho não-pago. Agride e assusta ver hoje que o que o Chico anunciou no plano teórico, no *Ornitorrinco* – qual seja, que não procede mais trabalhar com categorias como formal *versus* informal – é profecia que se realiza.

Julgo que essa interpretação do Chico foi essencial para nos alertar cedo do deslocamento da luta de classes para dentro do orçamento público, em particular com o advento do capitalismo sob regência financeira, novo regime de acumulação.

Isso leva à remercantilização da força de trabalho, agora através de sua relação com o setor financeiro, seja via crédito, seja via seguros, indicando que a esfera do antivalor foi expropriada à classe trabalhadora, às classes populares. Portanto, a captura do fundo público representa não apenas uma ameaça à democracia – a *pax* social se fazia pelo fundo público – senão uma nova etapa no regime

de acumulação capitalista contemporâneo, de utilização ilimitada do valor de uso da própria mercadoria força de trabalho, ou seja, aumento do trabalho não pago, para retomar os termos colocados pelo próprio Chico de Oliveira. Chico nos deu, sobretudo no *Ornitorrinco*, as chaves para entender como os vários “expedientes do rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho”, então interpretados como atraso, arcaísmos, ganharam agora a roupagem da descartabilidade inerente à economia da conectividade. E como, nesse processo, é a esfera pública que é carcomida de todos os lados.

Sim, a esfera pública é a esfera do coletivo, a dimensão social por excelência, como disse Wendy Brown, o lugar em que somos mais do que indivíduos privados e famílias, mais do que produtores econômicos, consumidores ou investidores. Mais do que meros membros de uma nação. Esse social, a esfera pública, é justamente o que vem sendo destruído pelo neoliberalismo, inclusive na sua versão social-democrata (e social-desenvolvimentista, se acrescentarmos esse bemol). Daí ser fundamental colocar no topo das nossas prioridades, sem concessão, a luta por direitos universais.

Desconheço se Francisco de Oliveira escreveu mais longamente sobre essa transição e a metamorfose do fundo público, abocanhado agora por uma nova fração do capital, o capital financeiro. Ele fala, no *Ornitorrinco*, da financeirização, e identifica a maneira como banqueiros, travestidos de intelectuais e técnicos, de um lado, e sindicalistas, de outro, preocupados com a maximização do valor do acionista, em benefício próprio, à frente da gestão de gigantescos fundos de pensão, passam a incorporar as novas classes ligadas ao capitalismo financeirizado. Mas não foi só a gestão dos fundos de pensão que levou os sindicatos a se dessolidarizarem de suas bases no Brasil, revelando nunca terem tido compromisso com direitos

universais. Contratos coletivos de trabalho que ofereciam planos de saúde privados, financiados com gasto tributário das empresas, esvaziando o fundo público; lançamento de linhas de crédito especiais (consignado) para determinadas categorias com rendimentos garantidos pelo Estado, com gestão de vínculos promovidos entre sindicatos e bancos e demais instituições financeiras.

Nunca deixamos de ser uma sociedade patrimonialista e seguimos sendo uma, só que agora sob a dominância do capital financeiro.

Chico finaliza seu diálogo com Ridenti e Mendes, afirmando que “se tiver olhos para ver, você aprende muito”. Talvez sem alguém que incomodamente nos instigue a ver com nitidez e coragem seja mais difícil encarar a realidade nua e crua com que nos deparamos. Fato é que Chico nos faz dramaticamente falta para pensar esse momento de tantas transformações, profundas e estruturais, em que não apenas a esfera pública se desintegra, mas em que os bens públicos que se constituíram na esfera do antivalor são questionados e desacreditados, pela sua deterioração e contração. Sua provisão se deslocou para a esfera financeira, através dos fundos de capitalização das aposentadorias; dos planos de saúde privados, talhados à escolha do cliente e fortemente segmentados por renda; dos infundáveis tipos de seguros que substituem direitos previdenciários; dos empréstimos estudantis; do sonho da casa própria que alimenta os mercados de *securities* e a dívida impagável das famílias. Sem falar no teto do gasto, no nosso caso, que contrai inexoravelmente a possibilidade de políticas universais. Agora temos extração financeira que capta, através da dívida, rendas do trabalho que se reproduz com base em padrões onde avança o trabalho não pago. Será viável?

Chico disse que quem tiver olhos para ver, aprende muito. Que tenhamos olhos para ver. Coragem para enxergar. E aprender.

Chico e a Lei Natural dos Encontros

Leonardo Mello e Silva

(sobre um tema de *Mistério do Planeta*, de Moraes & Galvão)

Da fuzarca contracultural dos setenta – quem diria? – sai a frase inesperada de verso torto, sem nada, mas nada mesmo, de ciência. Deixemo-la. Na casa espaçosa da Tavares Bastos, na Pompeia, um quartel-general de conspirações intelectuais e de jornalistas-investigativos-de-revoluções, talvez resoluções partidárias, clandestinas, quem sabe até mesmo importantes, junto com familiares mais propensos a outras lidas, essas mais da vida: filhos, mulher, parentes – tudo junto, com a inconveniência privada melando a altivez pública (ou o contrário, vendo do ponto de vista do docinho e do bolo de fubá). Imprensa alternativa em caldeirão fervente. “Alternativa” era a palavra, verdadeira força produtiva do espírito da época: palavra-de-ordem. Aí talvez o *link* com a fuzarca contracultural: opinião, movimento, amanhã, em tempo... Um *foyer*; acolhimento mais classe-média do que seria o velho e bem conhecido cortiço para onde vão os nordestinos pobres: mas aqui, claro, não é o caso – exceto pelos nordestinos. E outros, que para lá eram acolhidos (Fausto Cupertino que o diga). Isso num bairro de italianos, que viu algumas hospedarias erguidas e para onde iam seus conterrâneos também pobres (eles nem sabiam da hospedaria *de facto* da Tavares Bastos, anos após).

Eu me lembro das festas (cheguei um pouco depois nessa estória). Vai daí a associação inconsciente com o sítio de Jacarepaguá de 1973, onde, diz a canção-poema, *eu deixo e recebo um tanto*. Mas Chico não era baiano, nem novo nem nada. Era pernambucano. Nem dado a udigrudis (ele teria ficado do lado de Luciano Martins na querela da “Geração AI-5”).

Quando andava de volta do Hospital São Camilo, ali perto, ia passando pelas ruas que não têm mais casas – e cada vez menos árvores – e pensava: bem, tudo isso aqui tem um certo ar familiar, cada pessoa que não conheci direito, e as oportunidades de encontro e conhecimento, de promessa de saber ulterior (como um livro que se marca na página para continuar a ler mais tarde, e esse tarde sempre demorava muito, de forma que se tinha de recomeçar a ler da primeira página de novo), estava de alguma forma associada à calçada, à esquina, à placa de rua, aos altos e baixos da própria geografia do lugar bem particular da cidade, enfim, bem, tudo um dia acaba. Pensamentos. A visita tinha jeito mesmo de última, não havia muito mais a fazer.

Mas algumas daquelas pessoas estão hoje por aqui, ou ali; o que era então curiosidade virou depois um quinhão de maior clareza. Eram pensamentos. A casa passou, vieram apartamentos, escritório, tudo ali perto, mas o clima agregador não passou totalmente. Me lembro de Chico proferir, mais de uma vez, a expressão: “essa é minha casa”, em circunstâncias historicamente diversas, relativamente a um lugar que amava. Onde estavam os companheiros. Ele nunca deu muita bola, parece, para o bairro, e também nunca soube que eu era militante antiverticalização da região, mas as manifestações dele para designar sentidos de acolhimento e empatia passavam pela força centrípeta da figura mesma que, ao se deslocar, levava junto a casa. Era assim, creio, que via o Cenedic, a que chamava de tribo.

Quando Laymert lembrou do encontro com ele em Paris, depois de presenciar infeliz tentativa de tradução do pernambucano no *Beaubourg*, eis que o apaziguamento do transtorno veio com a visita a uma exposição sobre o Recife, o Capibaribe, e as ruas da cidade. Uma outra casa. Assim se tem uma linha, uma coerência meio atravessada, que seja, entre a figura e o entorno de amizade e sabedoria – quase família: chamando para interações improváveis de algo intuído como comum (ele era também, diga-se, muito duro com aquilo de que não gostava). “– Daqui não sai tese nenhuma!” – dizia de suas aulas. Portanto, não se trata de uma regra do método. No entanto, não deixa de ser uma “lei”; uma que só podia sair de um caldo de cultura subversivo e radical (Chico era um radical), cuja afinidade eletiva é algo chocante, certo, mas que no resultado não parece tanto, no fim das contas. Jacarepaguá ou Pompeia, se e somente se, vale a lei natural dos encontros.

Depois de um ano e alguns meses de ausência de Francisco de Oliveira, nosso Chico, o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), que foi fundado e alimentado intelectualmente por ele, prestou-lhe uma homenagem, rememorando sua produção e os momentos de convívio e diálogo que marcaram nossos encontros, seminários, projetos e livros.

Rememorar e reler as obras de Francisco de Oliveira, que ocupa um lugar de destaque no pensamento e na produção das Ciências Sociais nacionais, acaba sendo uma recuperação – nem sempre fácil – da história social e política do país. Uma biografia não autorizada do Brasil – aliás, título de sua última obra – pode ser encontrada nos vários momentos e temas de sua produção. No seminário que realizamos em sua homenagem, de encerramento emocionado e sensível, rememoramos em conjunto o sentimento que então nos tornava, de certo modo, partes de uma mesma família: “somos filhos fundadores”, “somos todos filhos de Francisco”.

Filiações, vínculos, saudade, certo, mas também um conjunto de ideias, proposições, provocações, idas e vindas que foram sendo identificadas pelos depoimentos e textos no decorrer do evento de novembro de 2020. Essa variedade de leituras, essa identificação de diálogos com outros pensadores e cientistas sociais, esse novo de heranças e de lembranças parece conter um tesouro que agora partilhamos numa forma escrita. Esse tesouro reside na crítica sem ponto de repouso, em uma inquietação intelectual permanente, em um inconformismo com o que está dado, em uma escolha das leituras a contrapelo que vão da Crítica à razão dualista, de 1972, até os últimos textos sobre a tragédia brasileira.

Com as contribuições de:

Ana Amélia Silva

Alexandre Freitas Barbosa

Edson Miagusko

Elson L. Pires

Laymert G. dos Santos

Lena Lavinias

Luiz Roncari

Maria da Graça Druck

Paulo Arantes

Ruy Braga

Wolfgang L. Maar



CENEDIC
Centro de Estudos dos
Direitos da Cidadania

